

Introdução

Muitas investigações têm sido realizadas sobre a problemática do trabalho infantil. Cada vez mais as sociedades contemporâneas percebem os malefícios da precoce inserção de seus filhos e filhas na atividade econômica. Além de todas as seqüelas na formação pessoal e psicológica da transformação das crianças em idade de formação em provedores de rendimentos para si e para suas famílias empobrecidas, existem impactos negativos na distribuição inter-geracional de oportunidades. Quando se combinam as informações sobre as exigências de qualificação continuada e escolaridade crescente que o mercado de trabalho vem desenhando e as possibilidades que estas crianças precocemente ativas terão no futuro, verifica-se que a escolha pelo aumento da renda presente pode significar uma estagnação nestes níveis com a evolução da idade das pessoas.

Além das pesquisas, também cresce o movimento social contrário ao uso do trabalho infantil, não somente em atividades insalubres e diretamente prejudiciais, mas ampliando-se a concepção de que as crianças têm o direito de brincar e estudar nas suas adequadas faixas etárias, sendo socialmente injusto a retirada destes direitos para as crianças provenientes de famílias mais pobres. Modifica-se o marco regulatório, crescem as campanhas de denúncias de utilização deste tipo de trabalho, ampliam-se os programas de apoio às famílias em estímulo à retirada de seus filhos e filhas da pugna diária por rendimentos e aumenta a exigência da responsabilidade social pelo problema, que não deve ser circunscrito apenas às decisões familiares, exigindo uma maior participação direta do estado nesta esfera.

A formulação de políticas públicas para enfrentar a questão, no entanto, encontra dificuldades na própria complexidade do problema que envolve decisões coletivas no âmbito da família, condicionadas pelo tipo de inserção que seus adultos têm na vida econômica, bem como pela estrutura familiar, sistema de valores e acesso à infraestrutura social disponível, que é diferenciado para os diversos segmentos da sociedade.

Políticas públicas para abordar o trabalho infantil também têm que ser elaboradas considerando o envolvimento de diversos níveis do estado e de distintos agentes da sociedade. Não podem ser concebidas exclusivamente como uma ação do estado, porque sem a interferência que leve a mudanças na decisão familiar os seus impactos finais sobre a exclusão das crianças da atividade econômica serão limitados.

Quando se amplia o escopo da problemática para incluir os adolescentes, a complexidade aumenta, na medida em que, para os jovens de 15 a 17 anos, cresce a importância das variáveis individuais na decisão de oferta de trabalho, assim como as questões referentes à transição escola-trabalho aumentam de relevância, alterando as relações entre a ocupação presente e os rendimentos futuros. Enquanto para a criança a atividade econômica reduz suas chances de acúmulo de escolaridade, para os adolescentes, a ocupação pode dar um treinamento no trabalho que aumente suas possibilidades de inserção diferenciada no mercado de trabalho adulto.

Assim, uma avaliação mais ampla da inserção das crianças e dos adolescentes no mercado de trabalho não pode se circunscrever exclusivamente a esta faixa etária, uma vez que sua atividade econômica vai estar condicionada por múltiplos fatores que afetam não apenas o indivíduo mas também suas relações intra-familiares e o posicionamento de sua família na estrutura social.

Este trabalho pretende avançar neste tipo de compreensão do problema, voltando-se para uma região metropolitana, profundamente urbana. No seu capítulo primeiro busca-se uma avaliação da própria percepção do tamanho da questão e uma revisão das principais contribuições para a determinação das variáveis que influem neste tipo de decisão. O segundo capítulo revisa o conhecimento sobre as modificações no mercado de trabalho brasileiro de 1980 até a segunda metade da década de 90 para contextualizar as alterações na utilização de crianças e adolescentes como trabalhadores.

O terceiro e quarto capítulos tratam detalhadamente do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador utilizando-se de duas etapas da Pesquisa de Emprego e Desemprego¹, realizadas em 1987/1988 e 1997/1998 com dez anos de intervalo. As duas pesquisas são metodologicamente compatíveis e permitem comparações de mudanças estruturais significativas entre os dois períodos. O capítulo 3 utiliza os conceitos tradicionais dos estudos do mercado de trabalho na composição da população em idade ativa(PIA), apresentando também uma análise dos resultados com referência às famílias. O capítulo 4 reinterpreta os mesmos dados utilizando uma categorização da PIA mais adequada às especificidades do trabalho infantil.

A título de introdução apresentamos a seguir as principais conclusões do trabalho.

¹ Ver descrição das duas pesquisas no Capítulo 3 e 4.

Muda a relação das crianças com a atividade econômica

Constata-se que a utilização de crianças no trabalho é maior entre os países mais pobres do mundo, porém observa-se que as modificações na economia internacional, as transformações na organização da produção principalmente dos países centrais e as conseqüências das crises mais recentes, têm provocado um crescimento da utilização deste tipo de trabalhador, que expande-se também para o centro do capitalismo mundial. O problema deixa de ser exclusivo das áreas rurais e periféricas, para atingir as cidades e o núcleo produtivo do globo.

Associado a este crescimento, há um aumento da concentração de renda e dificuldades de inserção ampliadas para maiores parcelas das populações desses países, com o crescimento de pessoas abaixo da linha de pobreza e a quantidade de famílias carentes. Por outro lado, a crise fiscal e a tendência para a redução dos gastos sociais diminui a cobertura dos programas protetores e políticas compensatórias, criando condições para uma maior exposição das crianças ao mercado de trabalho. Além disto, as elevadas taxas de desemprego e o processo de destruição de postos de trabalho acabam por induzir o adolescente a buscarem antecipar sua entrada na população economicamente ativa (PEA), porém sem sucesso em encontrar ocupações, elevando-se as taxas de desemprego para estes segmentos.

Apesar do estabelecimento desta associação entre o aumento da concentração de renda e a utilização de crianças e adolescentes no mercado de trabalho, não se pode afirmar que exista uma correlação definida entre os ciclos econômicos e o trabalho infantil. Nos momentos recessivos haveria uma espécie de efeito-renda que, aumentando as dificuldades dos adultos proverem os rendimentos necessários para as famílias, faz que as famílias recorram às suas crianças e adolescentes como novas fontes de rendimentos. Por outro lado, pode-se também identificar uma espécie de efeito-substituição entre os demandantes que, nos momentos de crise, teriam à sua disposição trabalhadores adultos dispostos a trabalhar em piores condições e com menores rendimentos, substituindo as eventuais “vantagens” da utilização de crianças. Neste sentido, a crise seria associada a uma queda do trabalho infantil.

Ao mesmo tempo em que cresce a utilização de crianças e adolescentes no trabalho, também aumenta a consciência social contrária a esta utilização. A própria visibilidade do

problema se amplia, na medida em que cada vez são menos legitimados os argumentos de que o uso de crianças na atividade produtiva é um destino melhor do que o crime e a miséria nas ruas. Os dois problemas devem ser enfrentados simultaneamente. A exclusão social presente, que expõe as crianças a situações de precariedade de vida cotidianas não pode ser combatida com a condenação destas mesmas crianças a ficarem de fora das possibilidades de melhorias futuras no mercado de trabalho, pela impossibilidade de acúmulo de escolaridade e de informação, indispensáveis para o enfrentamento das exigências crescentes das melhores ocupações remanescentes.

Esta mudança de percepção pode ser identificada na expansão dos movimentos sociais de condenação ao trabalho infantil, que se amplia no mundo inteiro de forma acentuada nos finais da década passada e nestes anos 90. Além destes movimentos sociais que englobam vários segmentos da sociedade, as conquistas legislativas conseguidas na modificação do marco regulatório, que define estas formas de relações de trabalho são substanciais na redefinição de formas de enfrentamento do problema. Evidentemente que a proibição do uso de crianças no trabalho pode ser inócua, se não acompanhada de montagem de sistemas de fiscalização eficientes e abrangentes para tornar custosa a desobediência aos dispositivos legais que proíbem tais práticas.

Estas modificações dificultam de forma particular os estímulos à demanda de trabalho das crianças por parte dos empregadores, atuando principalmente sobre as forças de demanda que afetam a questão, com pequenos resultados, no entanto, sobre as variáveis que influem na oferta deste tipo de trabalho.

O Brasil não é exceção neste panorama internacional. Depois da Constituição de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente a legislação brasileira deu passos importantes na direção da extinção do trabalho infantil. Mesmo concentrando-se mais na zona rural (agricultura e indústria extrativa) a utilização de crianças como força de trabalho é bastante acentuada na área urbana, apesar de apresentar sinais declinantes nos últimos anos.

Os anos 80 e 90 foram anos de intensa mudança no mercado de trabalho brasileiro, com ajustes nas relações de trabalho, ampliando o assalariamento sem carteira e as atividades de conta-própria, com a crescente participação das mulheres na população economicamente ativa e com aumento das taxas de desemprego, principalmente na segunda metade dos anos

90. Tornam-se mais difíceis as possibilidades de encontrar emprego regular, cai o rendimento médio das pessoas e aumenta a escolaridade dos que permanecem ocupados.

Em relação às crianças, no entanto, não se pode identificar claramente uma associação entre o aumento do desemprego e da precariedade no mercado de trabalho com o crescimento do trabalho infantil. Ao contrário, observa-se uma queda da proporção de crianças e adolescentes que estão trabalhando ou procurando emprego nos anos 90. Na década de 80 pode se verificar que no Nordeste houve um movimento inverso com o aumento da Taxa de Participação das crianças, fenômeno distinto do que acontecia no Sudeste do país. Nos anos 90, em ambas as regiões reduz-se a atividade econômica das crianças e adolescentes.

Os dados regionais permitem também inferir a importância relativa das variáveis de oferta e demanda de trabalho, no que concerne ao trabalho das crianças e dos adolescentes. No que se refere às pessoas entre 15 e 17 anos, há uma grande dispersão das taxas de participação entre as regiões, refletindo parcialmente as diferentes situações da absorção deste tipo de trabalhador, em consequência das condições de funcionamento desses mercados e portanto, refletindo mais intensamente variáveis de demanda. No que refere às crianças, no entanto, situações econômicas de distintas regiões, que refletem funcionamentos diferenciados das condições de demanda, apresentam taxas de participação bastante semelhantes, o que pode ser interpretado como um indicador das importância relativa das variáveis de oferta de trabalho.

Considerando-se os dados das duas pesquisas analisadas, pode-se afirmar que na Região Metropolitana de Salvador há uma redução da atividade econômica, tanto das crianças, como dos adolescentes, nos dez anos que se passaram entre 1988 e 1998, apesar de que as taxas de participação ainda são relativamente elevadas, sendo de 11% entre as crianças e de 39% entre os adolescentes. Esta queda foi mais acentuada entre as crianças do que entre os adolescentes. Tanto crianças como adolescentes reduziram sua participação na PEA, porém ambos aumentaram suas taxas de desemprego, sugerindo maiores dificuldades de encontrar ocupação no final da década de 90, do que na década anterior.

Do ponto de vista do bem estar social esta situação é bastante preocupante porque indica que a situação das crianças e adolescentes que permanecem economicamente ativas é mais difícil de superação uma vez que há mais dificuldades de colocação. As pesquisas mostram que as formas de procurar trabalho para crianças e adolescentes são diferentes das

utilizadas pelos adultos. Enquanto estes utilizam informações mais formalizadas e atuam diretamente na busca, as crianças e adolescentes recorrem muito mais à intermediação de conhecidos e parentes. Esta informação associada a elevação da taxa de desemprego pode ser interpretada como uma indicação de que a rede de relações sociais que levaria a inserção das crianças e adolescentes no trabalho perdeu eficácia, insinuando que estas famílias são da periferia dos sistemas sociais de reconhecimento e colocação que definem os mercados de trabalho modernos.

As famílias não estão conseguindo mais colocar seus filhos e filhas na atividade econômica, bem como a duração da procura de trabalho das crianças aumenta entre os dois períodos considerados. Mesmo com dificuldades de inserção, as crianças continuam pressionando o mercado de trabalho por mais tempo, podendo refletir situações de maior precariedade da situação econômica familiar. Esta interpretação também é reforçada pela constatação de que aumenta bastante entre os dois períodos a proporção de crianças que perderam a ocupação com menos de um ano de tempo de serviço e que continuam ativamente procurando trabalho.

Concluindo, pode-se afirmar que, nos dez anos considerados, houve uma redução do problema referente ao trabalho infantil na RMS, apesar das crianças que permaneceram economicamente ativas encontrarem-se em situação mais precária e provavelmente serem provenientes de famílias em situação mais frágil em relação ao mercado de trabalho. No que se refere ao adolescente, que reduz também sua taxa de participação, ainda que em intensidade menor, sua crescente taxa de desemprego recoloca de forma central a questão da escolaridade como estratégia de inserção no mercado de trabalho.

Atividade econômica e escolaridade

Não parece haver dúvidas de que a atividade econômica da criança dificulta o aprendizado e reduz o desempenho escolar, trazendo conseqüências de longo prazo na formação profissional. Desta forma, um dos elementos importantes na contenção da oferta de trabalho infantil é o acesso ao sistema escolar, sua qualidade e seus custos. Os dados do Brasil e da RMS parecem indicar que houve uma grande expansão deste acesso, inclusive com uma certa melhoria de sua qualidade, refletida na redução do atraso escolar de seus alunos.

Por outro lado, sabe-se que o abandono definitivo da escola é um processo cumulativo que depende das sucessivas tentativas de reingresso, repetições de ano e atraso escolar acumulado, que se concentra mais entre os adolescentes do que entre as crianças.

Os dados gerais das PNADs para o Brasil mostram que aumentou a proporção de crianças que só estudam e diminuiu a percentagem relativa àquelas que só trabalham, refletindo a expansão do sistema escolar. Já os dados das duas pesquisas analisadas mostram que a frequência escolar aumentou mesmo entre as crianças ocupadas, em todos os tipos de ocupações, exceto entre os informais avulsos. Esta constatação sugere políticas diferenciadas para os chamados autônomos, já que se evidencia uma maior incompatibilidade entre estudo e trabalho para este tipo de atividade. Por outro lado, apesar do aumento da frequência à escola das crianças como um todo, este movimento não se observa com a mesma intensidade entre as crianças negras ocupadas.

Ainda que se constate que a inatividade econômica se associa à maior frequência escolar, isto não se verifica para a totalidade dos inativos. Os inativos ideais, que por definição freqüentam escola apresentam a maior taxa, porém os outros inativos que não freqüentam escola e não trabalham são os de pior condição de freqüência. Por outro lado, os dados das pesquisas verificaram que o aumento do número de anos de escolaridade está associado positivamente com a redução da atividade econômica das crianças e adolescentes, confirmando a hipótese de que trabalhar prejudica os estudos.

Em termos de atraso escolar, cuja redução pode ser interpretada como um indicador da melhoria da qualidade do sistema escolar, observa-se uma redução para todas as crianças. Também em relação ao desempenho, a atividade econômica tem um efeito deletério, aumentando o atraso escolar entre as crianças e adolescentes ocupados e especialmente entre os desempregados, em relação aos inativos, como se verifica na tabela a seguir.

Tabela 1 Proporção de crianças e adolescentes sem atraso escolar

	Crianças		Adolescentes	
	87/88	97/98	87/88	97/98
Inativos Ideais	23,2	35,5	15,4	23,6
Desempregados	7,1	14,6	7,8	12,6
Ocupados	6,6	11,4	14,5	21,9

Fonte: PED-RMS. UFBA/SEI/SETRAS/DIEESE/SEADE-SP. Nossos cálculos.

Estes dados parecem sugerir que a maior melhoria relativa do desempenho escolar ocorreu entre as crianças desempregadas, ainda que a maior proporção de crianças sem atraso escolar encontre-se, como esperado, entre as crianças sem atividade econômica. Houve também melhoria entre as crianças ocupadas, porém de forma diferenciada entre os tipos de ocupação. As crianças ocupadas como domésticas apresentam as piores condições de escolaridade e de desempenho na escola.

Entre os adolescentes, reduz-se muito mais o atraso escolar das mulheres ocupadas do que entre os homens ocupados, ainda que tenha caído a proporção de adolescentes mulheres que freqüentam a escola. Esta diferenciação de resultados mostra que há formas de inserção no mercado que são distintas em termos de atributos pessoais como sexo, cor e situação migratória, como se analisa a seguir.

Composição por sexo, cor e situação migratória

A comparação entre duas faixas etárias ao longo de 10 anos, mesmo que provenientes de amostras distintas refletirá também as modificações da estrutura etária da população que porventura tenham ocorrido no período considerado. A população brasileira tem passado por um processo de transição demográfica bastante intenso nos últimos 30 anos, reduzindo drasticamente as taxas de fecundidade e de mortalidade, levando ao seu envelhecimento relativo. As pirâmides etárias reduzem suas bases e os grupos de idade mais alta aumentam suas participações relativas na população total.

Além deste processo geral, há também em alguns momentos uma certa “onda jovem”, que traz para o presente as variações de taxas de natalidade distintas em certos momentos do passado. A comparação das duas amostras revela este fenômeno, com o aumento relativo da população com mais de 18 anos de idade, contração da proporção de crianças e aumento da percentagem de adolescentes. Esta situação reduz as pressões de oferta de crianças sobre o mercado de trabalho, ao mesmo tempo que explica parcialmente o aumento da pressão dos adolescentes. É claro que estes movimentos são também intermediados pela decisão de sair da inatividade e entrar na PEA, que não depende exclusivamente de variáveis demográficas.

Ainda no que se refere a variáveis relativas à população, deve-se destacar a redução dos fluxos migratórios para as regiões metropolitanas brasileiras, que ocorreu nas duas últimas décadas, também diminuindo o aumento da pressão populacional sobre o mercado de

trabalho da RMS. Apesar da redução da pressão sobre a disponibilidade de ocupações pela diminuição do número de migrantes em geral, os dados das pesquisas parecem indicar uma diferença de comportamento quando se consideram as crianças e adolescentes, em comparação aos adultos. Cai a proporção de pessoas que migraram para a RMS nos 3 anos anteriores das pesquisas entre os adultos (de 11,1% em 1987/1988 para 6,7% dez anos depois), sem grandes alterações para crianças (5,6% para 6,0%) e adolescentes (10,2% para 9,2%). Isto sugere a manutenção de um certo fluxo migratório de crianças e adolescentes, sem o acompanhamento de seus pais, que pode se refletir em um aumento das famílias já residentes há mais tempo na RMS, com a incorporação de crianças que chegam. Estas crianças em geral têm um desempenho escolar inferior aos originários da RMS e apresentam uma taxa de participação mais elevada, o que intensifica a pressão sobre o mercado de trabalho.

Tabela 2 Taxa de Participação de Crianças, Adolescentes e Adultos na RMS por situação migratória

	87/88	97/98
Crianças	14,2	10,6
Sempre na RMS	12,8	10,1
Menos de 3 anos na RMS	26,6	16,0
Adolescentes	42,4	38,7
Sempre na RMS	39,9	36,7
Menos de 3 anos na RMS	57,5	50,8
Maiores de 18 anos	71,0	70,7
Sempre na RMS	72,2	73,0
Menos de 3 anos na RMS	71,6	73,1

Fonte: PED-RMS. UFBA/SEI/SETRAS/DIEESE/SEADE-SP. Nossos cálculos.

Não só as crianças e adolescentes migrantes têm uma taxa de participação mais elevada, como também sua proporção entre os desempregados é maior do que entre a população como um todo. A proporção de crianças migrantes desempregadas aumenta substancialmente de 1987/88 para 1997/98, indicando a maior dificuldade de inserção deste segmento. Isto é diferente entre os adolescentes, onde não se evidencia grande mudança na

situação de desemprego dos migrantes na comparação dos dois períodos. Entre os adultos recém chegados à RMS, a taxa de desemprego cai entre os dois períodos considerados.

Em termos de ocupação, há uma grande concentração de migrantes entre os empregados domésticos com 40% das crianças e 44% dos adolescentes, apesar de que esta proporção é declinante, especialmente entre as crianças.

No que se refere a cor não parece ter havido nenhuma mudança substancial entre os anos finais da década de 80 e da década de 90 na RMS como um todo. No entanto, os dados da pesquisa constata uma piora das condições ocupacionais da população negra, especialmente com o aumento da proporção de negros entre as crianças e adolescentes ocupados, confirmando que o movimento de saída da atividade econômica foi diferenciado entre os negros e não negros, de forma que os negros permanecem relativamente mais como ocupados e como desempregados.

Na RMS também se observou um aumento da atividade econômica das mulheres, ainda que a elevação das taxas de desemprego das crianças mulheres possa ser interpretada como uma indicação das dificuldades diferenciadas da inserção dos homens e mulheres no mercado de trabalho.

Ocupações mais precárias para os que continuam na PEA

No Brasil, a distribuição setorial da ocupação de crianças e adolescentes, da mesma forma que entre os adultos, muda pouco nos anos 90, com um ligeiro aumento da ocupação nos serviços. Os dados das PNADs mostram que o comércio nordestino desempenhou o papel de principal absorvedor das crianças, enquanto na RMS praticamente não se altera a composição setorial da ocupação das crianças, apesar do aumento dos serviços na absorção dos adolescentes.

Ao mesmo tempo em que as pessoas ocupadas passaram a ter relações de trabalho mais precárias, com o aumento do assalariamento sem carteira e as atividades de trabalhadores autônomos, a regularidade e continuidade das ocupações diminuíram nos dez anos entre as duas pesquisas. Esta perda de regularidade é particularmente visível entre as crianças, sugerindo que as ocupações que as absorvem têm aumentado sua irregularidade, ampliando sua dimensão de precariedade. No entanto, convém destacar que a situação de trabalhador familiar parece vir se consolidando com um aumento de crianças que regularmente exercem este tipo de ocupação.

Como um outro indicador destas formas mais precárias de inserção, observa-se que a estabilidade na ocupação tem aumentado, conforme se verifica com o aumento do tempo de serviço entre os adultos, porém movimento inverso ocorre entre as ocupações que absorvem crianças por menos tempo do que o faziam em 1987/88.

Do ponto de vista das posições na ocupação, os dados da PNAD mostram que as crianças brasileiras cresceram sua ocupação em trabalhos sem remuneração, indicando que suas atividades produtivas são fortemente associadas à inserção de outros membros adultos da família, que enfrentam dificuldades de manutenção de seus níveis de rendimento e de ocupação, apelando para suas crianças no auxílio e complementação. Enquanto este tipo de ocupação cresce entre as crianças, entre os adolescentes esta proporção se mantém praticamente estável nos dez anos considerados. Entre estes o que cresce é a inserção assalariada sem carteira assinada. Enquanto os empregadores privados continuam crescendo para as crianças, para os adolescentes observou-se um ligeiro declínio destes tipo de padrão, sinalizando um aumento do emprego público para estes jovens.

observa-se, indicando a proximidade entre a atividade familiar e a atividade produtiva, que as crianças exercem sua ocupação na própria residência em proporção superior à dos adolescentes e adultos, mesmo no caso de ocupações assalariadas.

Por outro lado, como mais um indicador de que as crianças que continuam na PEA, apesar de relativamente menos do que em 1987/88, enfrentam mais dificuldades, observa-se para elas o aumento do trabalho adicional, além do principal, em proporção muito maior do que entre os adultos. Também a concentração de ocupação em estabelecimentos com menos de 10 empregados é substancialmente maior entre as crianças do que entre os adultos.

Em termos da distribuição espacial dos locais de trabalho internamente na RMS, Salvador continua como o principal polo gerador de ocupações, sem grandes mudanças entre os dois períodos analisados para os adultos, porém com uma ligeira desconcentração para fora de Salvador, especialmente entre os adolescentes assalariados.

Entre as crianças que exercem atividades de autônomos, entre 1987 e 1997, parece ter havido redução dos que trabalham para o público em geral, aumentando o trabalho para empresas e diminuído a parcela proprietária dos próprios instrumentos de trabalho. Esta constatação sugere que uma grande parte destas aparentes ocupações autônomas escondem relações de trabalho assalariadas, com alto grau de precariedade.

Poucos ganham e os que ganham recebem pouco

Como já visto, a década de 90 assistiu a um aumento do trabalho sem remuneração de crianças, principalmente no auxílio a outros membros da família. Ainda que não haja remuneração em espécie, este tipo de trabalho potencializa os rendimentos dos adultos auxiliados, destacando a importância do comportamento do conjunto familiar nas questões referentes à inserção das crianças no mercado de trabalho. No final da década de 80, os dados parecem indicar que a contribuição direta do indivíduo de 10 a 14 anos era mais importante do que a ajuda que ele ou ela poderia dar para o adulto empregado naquela época. Era o tempo de taxas menores de desemprego, em que a renda familiar poderia ser complementada. Hoje, o desemprego cresce e o assalariamento cai, modificando as necessidades de adequação dos tipos de trabalho infantil, que desloca-se da relação direta com o empregador, para auxiliar a ação do adulto como autônomo ou em relações de trabalho mais precárias.

O aumento da precariedade da ocupação e da taxa de desemprego reduz a renda individual e inibe a compensação da renda familiar com a inclusão de outro membro adulto no mercado, como parece ter ocorrido nos anos 80. Nestas circunstâncias, ao invés de inserir as crianças em situações de difícil absorção e baixíssimos rendimentos é mais viável utilizar o seu trabalho para complementar as atividades de outros adultos ou de outros membros da família já ocupados, daí o porquê do aumento do trabalho infantil sem remuneração.

Apesar disso, vê-se claramente que quanto menor a renda da família mais probabilidade suas crianças têm de inserir-se precocemente no mercado de trabalho. Desta forma poucas crianças apresentam ganhos monetários e quando os têm eles são muito inferiores aos dos adultos, apesar das jornadas de trabalho não serem menores em termos correspondentes.

Mesmo que as crianças trabalhem com jornada menor do que os adolescentes e adultos e que elas sejam declinantes nos dez anos considerados, são ainda muito altas para indivíduos que não deveriam se afastar da escola e terem suas necessidades de lazer e formação adequados para sua idade. O declínio da jornada é mais acentuado entre as crianças assalariadas refletindo os avanços da legislação, mesmo que também se observe no último período uma queda da jornada das crianças que são trabalhadores familiares. Associada à informação de que houve um aumento da frequência escolar, isto pode ser interpretado

como uma indicação de que as famílias, apesar de ampliarem a utilização do trabalho de suas crianças para ajudar outros membros da família que já estão ocupados, o fazem com comprometimento cada vez menor do tempo desta criança.

Por outro lado, aumenta a dispersão de jornadas entre as crianças e adolescentes, principalmente na cauda superior da distribuição, enquanto se mantém relativamente estável a distribuição das jornadas entre os adultos. Esta maior dispersão reflete o fato de passar a existir um número relativamente maior de crianças e adolescentes com jornadas muito maiores do que a mediana.

Família e Trabalho Infantil

Mesmo em relação aos adultos há grandes questionamentos sobre o processo de decisão que leva à oferta de trabalho. Alguns chegam a negar a sua existência devido a impossibilidade de escolha efetiva entre trabalhar e não trabalhar em uma sociedade dominada pela produção de mercadorias. No que se refere às crianças, a aplicabilidade de modelos relacionados a processos de decisão individual fica muito a desejar se considerados os condicionantes que circunscrevem sua inserção no mercado.

Desta forma pode-se conceituar a oferta de trabalho infantil como o resultado de uma decisão familiar mais do que opção individual, que envolva opções sobre o investimento (continuar estudando e ter possibilidade de maior renda futura), as necessidades de consumo (contribuição direta ou indireta para o orçamento familiar), e a alocação de encargos domésticos entre os membros da família.

São pouco conhecidos os processos que levam as famílias a escolher entre os que vão estudar, os que vão trabalhar e os que vão ajudar nos afazeres domésticos. Mais conhecidas são as relações entre a oferta de trabalho das mulheres e dos filhos, especialmente nos EUA, onde constata-se uma redução da oferta de trabalho feminina com a presença de crianças menores na família, apesar da crescente importância da própria remuneração da mulher na superação destas limitações, com a expansão da utilização de serviços domésticos adquiridos diretamente no mercado e o aumento das ocupações em tempo parcial com flexibilidade de jornadas.

A renda familiar é uma variável fundamental na decisão de utilizar o trabalho infantil, porém não é a única, tendo importância também o tamanho da família, o espaçamento entre as idades dos filhos e a estrutura em termos de chefe e cônjuge. A estrutura das famílias

tem se alterado como resultado da queda da taxa de fecundidade, da nuclearização e expansão das famílias uni-pessoais, do aumento da Taxa de Participação² das mulheres, e das separações conjugais. Isto tem levado a aumentar a importância da criança na célula familiar, que busca combinar as diversas alternativas de utilização do seu tempo fazendo a criança continuar estudando, ajudar nos afazeres domésticos e auxiliar nas atividades produtivas de outros membros ocupados da família. Este conjunto de exigências acaba por acumular atraso escolar, reduzindo a qualidade do desempenho e aumentando a probabilidade do abandono da escola quando adolescente. A presença de filhos adolescentes, relativamente maior do que das crianças chama a atenção para os problemas relacionados como resultado da “onda jovem” da transição demográfica, com a demanda de trabalho que diferencia as formas de absorção a depender do dinamismo dos diversos mercados de trabalho entre as regiões brasileiras.

Destaque-se que o problema do trabalho infantil afeta diretamente cerca de 30% das famílias da RMS, porque somente esta proporção tem entre os seus membros crianças. Destas famílias, 90% não colocam seus filhos e filhas na atividade econômica, circunscrevendo o problema para um pouco mais de 3% das famílias da região. Um pouco mais de 40% das famílias têm entre seus membros pelo menos um adolescente e entre estas cerca de 57% não colocam seus filhos e filhas na PEA. A proporção de famílias sem crianças se elevou de 66,5% em 1987/88 para 69,6% em 1997/98.

Entre as famílias com crianças há algumas diferenças importantes entre aquelas com pelo menos uma criança na PEA daquelas com todas as suas crianças como inativas, conforme se vê na tabela a seguir.

Tabela 3 Diferenças nas características das famílias com crianças na PEA e inativas 1997/98

Características	Só Inativos	Pelo menos 1 na PEA
Chefe mulher	25,8%	30,5%
Renda média dos adultos (Real corrente)	698,7	379,7

² Proporção de pessoas economicamente ativas na população em idade ativa da faixa etária.

Tempo de serviço do chefe (meses)	98,9	84,2
Escolaridade do chefe (anos)	7,7	5,6
% de chefes assalariados	34,4%	24,0%

Fonte: PED-RMS. UFBA/SEI/SETRAS/DIEESE/SEADE-SP. Nossos cálculos.

Esta tabela revela de forma clara que a inserção das crianças no mercado de trabalho está mais associada a famílias com menores níveis de renda, com tempo de serviço dos chefes de família menor que pode sugerir maior rotatividade, menor escolaridade do chefe e proporção de assalariados, assim como uma maior parcela de famílias chefiadas por mulher.

Na comparação das características gerais das famílias nos dois períodos, observa-se que aumentam aquelas com chefe sem cônjuge, em geral chefiadas por mulheres. Os chefes de família ficaram um pouco mais velhos, têm menor renda média, menos tempo na mesma ocupação, apresentaram uma escolaridade média menor e são menos formalizados em suas relações de trabalho, reduzindo a proporção de assalariados com carteira assinada ou funcionários públicos.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 TRABALHO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: A COMPLEXIDADE DO PROBLEMA

1.1	INTRODUÇÃO	
1.2	LEGISLAÇÃO MUDA NOS ANOS 80 E 90	5
1.3	ESPECIFICIDADES DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	10
1.3.1	<i>Condicionantes da Oferta</i>	13
1.3.1.1	Trabalho Infantil e Decisão Familiar	14
1.3.1.2	Renda Familiar e Trabalho Infantil	18
1.3.1.3	Estrutura Familiar e Trabalho Infantil	20
1.3.1.4	Frequência à Escola e Trabalho Infantil	24
1.3.2	<i>Condicionantes da Demanda</i>	25

CAPÍTULO 2 CRISE E AJUSTES NOS ANOS 80 E 90 NO BRASIL REDUZEM TRABALHO INFANTIL

2.1	DETERMINANTES MACRO ESTRUTURAIS	29
2.1.1	<i>Aspectos Demográficos</i>	33
2.2	CAI A TAXA DE PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NOS 90	37
2.3	OCUPAÇÕES	44
2.3.1	<i>Composição setorial</i>	45
2.3.2	<i>Posição na Ocupação</i>	48
2.4	RENDIMENTO	55
2.4.1	<i>Rendimento Familiar</i>	55
2.4.2	<i>Rendimento Individual</i>	56
2.4.3	<i>Panorama na década de 90</i>	57
2.5	JORNADA	59
2.6	ESCOLA E TRABALHO	60

CAPÍTULO 3 CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR

3.1	CARACTERÍSTICAS DA PIA	66
3.2	COMPOSIÇÃO DA PIA POR SEXO E COR	67
3.2.1	<i>A Composição dos Ocupados</i>	70
3.2.2	<i>Os inativos</i>	80
3.2.3	<i>Os desempregados</i>	80
3.3	FAMÍLIAS	82
3.3.1	<i>A distribuição das famílias</i>	82

CAPÍTULO 4 AVALIAÇÃO DA AMOSTRA PED PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTESERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

4.1	INTRODUÇÃO	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
4.2	ESCOLARIDADE DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTESERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.	
4.2.1	<i>Escolaridade do Conjunto da Amostra</i>	
4.2.1.1	Frequência e Atraso Escolar	
4.2.1.2	Atraso Escolar	
4.2.1.3	Escolaridade das Crianças e Adolescentes Migrantes	
4.2.2	<i>Escolaridade da Criança</i>	Erro! Indicador não definido.
4.2.2.1	Escolaridade das Crianças Inativas	Erro! Indicador não definido.
4.2.2.2	Escolaridade das Crianças Ocupadas	Erro! Indicador não definido.
4.2.2.3	Escolaridade das Crianças Desempregadas	Erro! Indicador não definido.
4.2.3	<i>Escolaridade do Adolescente</i>	Erro! Indicador não definido.
4.2.3.1	Escolaridade dos Adolescentes Inativos	Erro! Indicador não definido.
4.2.3.2	Escolaridade dos Adolescentes Ocupados	Erro! Indicador não definido.
4.2.3.3	Escolaridade dos Adolescentes Desempregados	Erro! Indicador não definido.

4.3	RENDIMENTO E JORNADA DE TRABALHO DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES	
	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.	
4.3.1	<i>Rendimento das Crianças e Adolescentes</i>	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
4.3.2	<i>Jornada Semanal de Trabalho das Crianças e dos Adolescentes</i>	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
4.3.2.1	Rendimento das Crianças	Erro! Indicador não definido.
4.3.2.2	Jornada de Trabalho das Crianças	Erro! Indicador não definido.
4.3.2.3	Rendimento do Adolescente.....	Erro! Indicador não definido.
4.3.2.4	Jornada de Trabalho do Adolescente.....	Erro! Indicador não definido.
4.4.	A INFLUÊNCIA DA ESCOLA SOBRE O TRABALHO....	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
4.4.1	<i>Crianças e Adolescentes uma Visão de Conjunto</i>	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
4.4.2	<i>Crianças na Escola e no Trabalho</i>	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
4.4.3	<i>Adolescentes na Escola e no Trabalho</i>	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
4.5	PRINCIPAIS OCUPAÇÕES.....	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
4.5.1	<i>Principais Ocupações das Crianças</i>	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
4.5.2	<i>Principais Ocupações dos Adolescentes</i>	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
4.6	PRINCIPAIS SETORES	
4.7	CONCLUSÃO.....	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		112
3.4	ÍNDICE.....	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

CAPÍTULO 1 – TRABALHO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: A COMPLEXIDADE DO PROBLEMA

1.1. Introdução

Tanto o trabalho infantil, como a inserção do adolescente no mercado de trabalho sempre foram temas relevantes para a economia. Nos últimos anos, no entanto, fatores históricos têm realçado as suas especificidades e complexidades, de forma que a própria dimensão do problema se alterou.

A imagem do trabalho infantil está geralmente associada a situações lembrando as crianças geladas nas fábricas do início da revolução industrial ou é relacionada com os pequenos camponeses ajudando as famílias em pobres povoados da África, Ásia e América Latina ou então os meninos e meninas catando lixo, quebrando pedra e vendendo nas ruas das cidades do mundo subdesenvolvido. O trabalho infantil contemporâneo reflete também estas realidades e expande-se como problemática nos países mais ricos, atinge o trabalho doméstico e os serviços, além de desempenhar um crescente papel nas estratégias de sobrevivência das famílias jogadas para abaixo da linha de pobreza, na maior parte dos países do mundo.

Ao mesmo tempo em que se generaliza, o trabalho infantil também passa a ser socialmente condenado. A problemática relacionada ao trabalho infantil se amplia, refletindo uma percepção social dos males desta prática, uma maior consciência das sociedades sobre os impactos negativos na distribuição de renda entre gerações e pela intensificação da exclusão social demonstrada pelo volume crescente de famílias que caem para níveis de renda inferiores aos limites da pobreza. O problema do trabalho infantil deixa de ser uma questão relacionada com as decisões familiares e individuais, para inserir-se no capítulo dos direitos básicos do cidadão. Da mesma forma que a escravidão, o trabalho infantil crescentemente passa a ser considerado como inaceitável.

Conforme o relatório da UNICEF¹ mais de 13% das crianças de 10 a 14 anos no mundo são economicamente ativas. Cerca de metade destas crianças encontra-se na Ásia, porém há grande presença de trabalho infantil nos países da África e da América Latina. Apesar de concentrado, principalmente, nos países de menor renda, também nos países de maior renda

¹ UNICEF, 1997.

o problema é crescente, expandindo-se nos chamados Tigres Asiáticos, como consequência dos ajustes que estão sendo implementados no final deste ano.

Os dados da Tabela 1.1² a seguir mostram a grande diversidade das taxas de participação das crianças de 10 a 14 anos no início da década, ao mesmo tempo em que indicam a maior incidência do fenômeno nas regiões onde concentram-se os países de menor nível de renda, particularmente a África e a Ásia, bem como as pequenas taxas de atividade econômica das crianças nos países europeus e norte americanos.

Tabela 1.1 Taxa de Participação de crianças 10-14 anos 1990

Principais áreas geográficas		TP (%)	Principais áreas geográficas		TP (%)
Mundo			13.7		
África		22.0	Europa		0.3
	África Oriental	32.9		Europa Oriental	0.1
	África Central	21.6		Europa Norte	0.0
	África Norte	5.8		Europa Sul	0.8
	Sul da África	4.6		Europa Ocidental	0.0
	África Ocidental	24.2			
Américas		7.9	Oceania		6.9
	Caribe	6.8		Austrália - Nova Zelândia	0.0
	América Central	10.3		Melanésia	23.9
	América do Norte	0.0		Micronésia	0.0
	América do Sul	12.8		Polinésia	4.8
Ásia		15.3			
	Ásia Oriental	20.0			
	Sudeste da Ásia	11.1			
	Sudoeste da Ásia	14.0			
	Ásia Ocidental	6.7			

** Devido a arredondamento, os totais podem não ser iguais aos seus componentes.*

Fonte: OIT (1993). Esta tabela é baseada em: (i) retorno de um questionário especial da OIT enviado a mais de 200 países e territórios em Abril de 1992, (ii) LABORSTA (STAT banco de dados), (iii) estimativas e projeções preliminares da OIT da população economicamente ativa, e (iv) United Nations Population Division, *Sex and Age Distribution of the World's Populations: A revision 1992 (1950-2025)* (New York, 1992).

Reproduzido de Grootaert and Kunbar, 1994.

A incidência de trabalho infantil aumentou consideravelmente nos países da Europa Central e do Leste Europeu, devido à brusca mudança de economias centralizadas para economias de mercado e às transformações sociais e políticas ocorridas no período. Ao mesmo tempo, nos países industrializados, como o Reino Unido e os Estados Unidos³, o crescimento do setor de serviços e a demanda por uma força de trabalho mais flexível contribuíram para

² Grootaert e Kanbur, 1994.

³ A UNICEF, 1997 informa que no Reino Unido, por exemplo, as estimativas demonstram que entre 15% e 26% das crianças de 11 anos de idade, e entre 36% e 66% das crianças de 15 anos de idade estão trabalhando. Nos Estados Unidos, a grande maioria de crianças trabalhadoras está empregada na agricultura e uma alta proporção delas provem de famílias de imigrantes ou de minorias étnicas.

uma expansão do trabalho infantil. Tal expansão ocorreu, portanto, em praticamente todo o mundo ocidental.

O Brasil destaca-se como um dos países do mundo com maior incidência de trabalho infantil. Estudos da Organização Internacional do Trabalho – OIT – demonstraram que as crianças brasileiras, em meados da década de 80, na faixa de 10 a 14 anos, apresentaram taxa de atividade em torno de 18%, nível superior ao observado em países como Indonésia (11,1%), Marrocos (14,3%), Honduras (14,7%), República Dominicana (15,5%) e Portugal (16,8%), e inferior ao Paraguai (19,9%) e Haiti (24,4%)⁴.

Apesar da consciência de que o problema é crescente, no entanto, o real tamanho do mercado do trabalho infantil ainda é controverso. As diferenças entre o que se considera como trabalho infantil condenável e práticas socioculturais aceitas como normais, dificultam a precisa mensuração do fenômeno e a formulação de políticas adequadas para o seu combate.

Ao lado da concepção de banimento total do trabalho infantil, ainda percebe-se a existência de posições que buscam distinguir o “bom” trabalho, do trabalho prejudicial à criança, mesmo que os limites entre os dois tipos sejam bastante tênues e difíceis de definir precisamente. Elementos antropológicos e formas diferenciadas das oportunidades de inserção das famílias no mercado de trabalho acabam condicionando a aceitação de certas formas de trabalho infantil.

O tamanho do problema é controverso, porque a própria “visibilidade” do trabalho infantil é determinada histórica e socialmente, havendo enorme confusão entre o trabalhar e o “ajudar” a família nas atividades domésticas e nos “negócios”, quando o que está em jogo é a atividade da criança. Nas famílias de menor renda, a opção entre trabalhar e estar nas ruas valoriza a opção pelo trabalho, mesmo que as crianças estejam sujeitas a longas jornadas, sem treinamento adequado e com insalubres condições de trabalho. As informações estatísticas existentes em geral não levam em consideração esta proximidade entre a atividade econômica e a inatividade das crianças e subestimam o tamanho do trabalho infantil.

Alguns o consideram importante pelo processo de socialização e afastamento de situações de risco, na ausência de políticas públicas e falta de perspectivas de retorno em outras

formas de ocupação do tempo das crianças das famílias pobres e/ou discriminadas racial/eticamente. Esta diferenciação explica porque a UNICEF afirma em geral que, independente da posição econômica do país, “é a natureza do trabalho que a criança realiza – e não o simples fato de trabalhar – que determina se esse trabalho lhe é prejudicial ou não.”⁵ A posição da UNICEF na América Latina diferencia-se pela condenação de qualquer tipo de atividade econômica para crianças até 16 anos de idade, seja qual for o caráter do trabalho realizado. Coloca-se aqui como meta a erradicação do trabalho infantil.

As diversas manifestações do trabalho infantil, bem como seus principais determinantes, estão atrelados principalmente “à exploração da pobreza; à deficiência da educação; e às restrições impostas pela tradição.”⁶ Segundo o relatório da UNICEF, o fator que mais contribui para o trabalho perigoso e debilitante da criança é a exploração da pobreza. Constata-se que, nas regiões onde a sociedade é caracterizada pela pobreza e pela desigualdade, tende a aumentar a incidência e a exploração do trabalho infantil.⁷ Nestes casos, o trabalho das crianças é considerado fundamental para a manutenção do padrão econômico da família.

Este capítulo se organiza em três seções. A próxima apresenta uma resenha das principais mudanças dos marcos regulatórios deste tipo de trabalho tanto do ponto de vista internacional como no Brasil. A última seção aborda as especificidades da oferta e demanda do trabalho infantil e juvenil, assim como destaca os impactos da renda familiar e a frequência à escola na oferta e trabalho de crianças e adolescentes, como resultado de uma decisão familiar, mais do que fruto de uma escolha individual.

1.2. Legislação Muda nos Anos 80 e 90

Refletindo as mudanças na percepção social do problema, nas duas últimas décadas houve um avanço significativo da legislação internacional⁸ associado a campanhas de mobilização social para coibir o trabalho infantil – com várias resoluções das organizações internacionais, já referendadas por um grande número de países – que modificaram drasticamente a percepção sobre as fronteiras entre o trabalho da criança e a chamada

⁴ Oliveira, 1994.

⁵ UNICEF, 1997, p. 18.

⁶ Idem, p. 46.

⁷ Idem, p. 26.

⁸ Convenção 138 e Recomendação 146 da OIT(1973) sobre idade mínima para o trabalho e a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), aprovada por 191 países, são dois importantes marcos legislativos internacionais.

“ajuda nos negócios da família”, ampliando-se a aceitação da idéia de que as crianças devem se voltar principalmente para as atividades de educação e lazer.

Já em relação aos adolescentes, a dificuldade crescente de sua inserção no mercado de trabalho motivou inúmeros estudos e formulação de políticas específicas visando facilitar a transição escola-atividade econômica⁹, estimular a demanda de trabalho dos adolescentes e adaptar sua formação às novas exigências de qualificação. Legislação sobre salário de inserção, salário mínimo para adolescentes, programas especiais de qualificação, mudanças dos sistemas educacionais para aproximar escola-trabalho e outras políticas públicas têm sido formuladas para responder ao crescente problema de desemprego juvenil que atinge de forma extremada a maior parte dos países do mundo.

As restrições à utilização da mão-de-obra infantil no Brasil e o avanço da legislação sobre o assunto, principalmente, a partir da década de oitenta, constituem elementos importantes na análise da estrutura e dinâmica do mercado de trabalho da população na faixa etária de 10 a 17 anos. A existência de uma legislação coibitiva, conjugada com fatores sócio-econômicos, são importantes determinantes da retirada da criança do mercado de trabalho. O papel da legislação vai muito além da simples repressão. Ela estabelece e modifica padrões e atitudes da sociedade¹⁰, o que, de certa forma, garante que não se retorne aos altos índices de trabalho infantil, que existiram nos países ricos precursores da Revolução Industrial no final do século passado.

Desde a primeira Convenção Internacional sobre o Trabalho Infantil em 1919 – Convenção sobre os Direitos da Criança n.º 5 – sobre a idade mínima (14 anos) para o trabalho da criança na indústria, há uma maior preocupação com os direitos das crianças e os limites a serem impostos à exploração do trabalho infanto-juvenil. Inicialmente, a legislação restritiva dedicava-se exclusivamente às atividades industriais, tendo sua eficácia bastante restringida. Tal legislação acabou por se constituir, no entanto, num marco de preocupação, que possibilitou o surgimento de uma enorme variedade de idéias com relação à maneira de atacar as formas inaceitáveis de trabalho infantil, num acúmulo de experiências e estudos sobre o assunto, que se amplia cada vez mais. A Convenção n.º 138 da OIT – 1973 – substituiu as legislações anteriores, aplicáveis a setores econômicos específicos.

⁹ Gitter e Scheuer, 1997.

¹⁰ UNICEF, 1997, p. 19.

É estabelecida a idade mínima para a admissão da criança, em qualquer tipo de trabalho, abaixo da qual se possa comprometer sua saúde, segurança ou seu desenvolvimento moral. A Convenção sobre Idade Mínima para o Trabalho e sua Recomendação n.º 146 são os mais abrangentes instrumentos internacionais sobre o trabalho infantil, pois constituem um forte apelo aos diversos países na abolição do trabalho das crianças em qualquer setor econômico, antes dela completar a idade estabelecida para a conclusão da educação obrigatória¹¹.

As Nações Unidas definiram o ano de 1979 como Ano Internacional da Criança, financiando e promovendo inúmeros trabalhos sobre a questão, o que se evidencia no aumento das investigações científicas sobre o tema de 1978 a 1985, além da maior mobilização da sociedade e dos governos sobre a questão em seus aspectos mais amplos, envolvendo o trabalho infantil, a nutrição, as relações familiares, a escolaridade, o lazer e a distribuição de renda.

Finalmente a Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989, já ratificada pela quase totalidade dos países, reconhece em seu artigo 32 “o direito da criança a ser protegida contra o trabalho que ameace sua saúde, sua educação ou seu desenvolvimento”.¹² Em 1996, a OIT propõe a discussão de uma nova convenção sobre o trabalho infantil que envolve situações de risco, ou a eliminação das formas mais intoleráveis de trabalho infantil.

O avanço da legislação em relação ao tratamento a ser dispensado à criança e ao adolescente constitui etapa indispensável para a erradicação do trabalho infantil, mas é necessário que tais leis sejam cumpridas e que as ratificações sejam transformadas em ação. Desta forma, um ano após a adoção da convenção de 1989, surgiu a Declaração Mundial sobre a sobrevivência, a proteção e o desenvolvimento da criança, e um Plano de Ação para implementar a Declaração na década de 90.

No Brasil, antes da Constituição de 1988, vigorava o limite de doze anos para o ingresso no mercado de trabalho. Em 1987, o Governo Federal instituiu o Programa Bom Menino, decreto-lei que dispensava empregadores de encargos sociais para a contratação de crianças

¹¹ Diferenciada entre os países, mas em geral em torno dos 15/16 anos.

¹² UNICEF, 1997, p. 19.

e adolescentes carentes entre 12 e 18 anos¹³ e obrigava as empresas a possuírem em seus quadros de funcionários certa proporção de adolescentes.¹⁴ O tratamento dado à questão do trabalho era de incentivo, e não de controle e tentativa de sua erradicação.

A legislação brasileira sobre trabalho infantil avançou principalmente a partir da Constituição de 1988, que proíbe o trabalho da criança com idade inferior a 14 anos, salvo na condição de aprendiz para os meninos e meninas de 12 a 14 anos. O Estatuto da Criança e do Adolescente, que revogou as disposições do Programa Bom Menino, ratifica a proibição do trabalho da criança com menos de 14 anos, havendo aí uma defasagem de dois anos de acordo com a última recomendação da OIT (1973), que solicita aos países membros que elevem o limite mínimo de idade para o trabalho dos mais jovens para 16 anos. A tendência da legislação brasileira a abrir exceções à proibição da utilização de mão de obra infantil é confirmada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente ao permitir o trabalho de criança com menos de 14 anos na condição de aprendiz: "...o processo de exclusão da criança do mercado de trabalho nos países mais desenvolvidos não se encontra presente em nosso país".¹⁵ No entanto, o Estatuto é o instrumento mais completo até então elaborado para combater o trabalho infantil e é considerado indispensável pela UNICEF e outras entidades atuantes no Brasil.

A Constituição brasileira fixava a idade mínima básica aos 14 anos de idade para "qualquer trabalho" e a idade mínima superior a 18 anos para trabalho insalubre, perigoso e noturno (Constituição, art. 7º, inc. XXXIII). Deixava em aberto a idade mínima inferior para o trabalho do adolescente "na condição de aprendiz", uma figura criada pela legislação para, teoricamente, fomentar a formação profissional. Tal condição é condenada por especialistas em legislação sobre trabalho infanto-juvenil por ser considerada um processo prematuro de aprendizado para o trabalho, anterior a uma consolidação psicológica e da base de conhecimentos gerais do jovem de 12 a 14 anos.

O texto constitucional disciplinava apenas o trabalho executado na condição de relação empregatícia, com subordinação a outrem mediante pagamento. Não estão incluídas

¹³ Pereira et alii, 1994, p.16-17.

¹⁴ Oliveira e Pires, 1987, apud Pires, 1988, p.109.

¹⁵ Pires, p. 252. 19??

outras modalidades de trabalho, tais como o trabalho em regime familiar, o trabalho associativo ou o trabalho em escolas profissionais.¹⁶

Com a mudança constitucional aprovada em dezembro de 1998, foi proibido o trabalho para jovens com menos de 16 anos no Brasil. A mudança faz parte da emenda constitucional número 20, que alterou a idade mínima para aposentadoria. Os jovens de 14 e 15 anos que já estavam trabalhando não foram afetados pela mudança constitucional. A emenda não é retroativa. Mudou também a idade mínima para a condição de aprendiz; o aprendiz passou a ser permitido para jovens entre 14 e 16 anos. As empresas que contrataram jovens com menos de 16 anos desde o dia 16 de dezembro de 1998 estão sujeitas a multa.¹⁷

Desde o início dos anos 90, organizações ligadas ao combate ao trabalho infantil reivindicam a elevação da idade mínima do trabalhador para 15 anos, como prevê a convenção 138 da Organização Internacional do Trabalho. Apesar de ser uma reivindicação das entidades, a mudança não foi bem recebida por todas, pois pode jogar os jovens de 14 e 15 anos no mercado informal de trabalho, com conseqüências negativas para eles e para a Previdência Social. A mudança poderia também afrouxar o combate ao trabalho infantil. A mudança teria mais pontos positivos se tivesse sido acompanhada de uma nova legislação educacional, elevando a obrigatoriedade da oferta de ensino pelo Estado até os 16 anos, e de ações políticas de urgência nesta área.

O artigo 64 do Estatuto da Criança e do Adolescente fixa a idade mínima inferior a 12 anos para o trabalho do adolescente na condição de aprendiz, sujeito, no entanto, a duas condições: frequência à escola em nível de primeiro grau e serviços de natureza leve, não nocivos à saúde e ao desenvolvimento normal.

Na noção de trabalho infantil definida pela legislação, não se compreende o trabalho executado "no âmbito residencial sem fins lucrativos"¹⁸, que deve ser compartilhado por todos os membros da família, e do qual todos seriam beneficiários. A participação nesses afazeres faria parte do "processo educativo" na família. A Constituição não fixa idade

¹⁶ Oris, 1998, p.3-5.

¹⁷ Carvalho, 1999.

¹⁸ Termo técnico usado quando se trata de trabalho doméstico em âmbito do lar – conceito construído como "Trabalho no lar" no Capítulo 4 deste estudo. Não se confunde com "trabalho em regime familiar", importante sobretudo para o trabalho do adolescente.

mínima para as modalidades de trabalho não empregatícias, levando a conseqüências jurídicas várias. Estes trabalhos estão fora do âmbito da fiscalização do Ministério do Trabalho e da competência do Ministério Público do Trabalho. "Cabe ao Conselho Tutelar fiscalizá-lo e ao Ministério Público zelar pelo respeito às normas específicas e genéricas que as regem. A competência para julgar os conflitos decorrentes das ações destes trabalhos é do Juízo da Infância e da Adolescência".¹⁹

Na literatura sobre os condicionantes da inserção predominam os estudos que enfatizam as influências das condições de oferta de trabalho, que forçam as famílias a integrarem suas crianças e adolescentes na busca de rendimentos. Poucos estudos destacam as características da demanda, que aproveita-se das possibilidades de mão de obra dócil, disposta a trabalhar com salários inferiores aos dos adultos.

No que se refere aos dois segmentos da população considerados neste trabalho - as crianças e os adolescentes - torna-se ainda mais complexa a determinação dos elementos de oferta e demanda de um potencial mercado para estes trabalhadores. Em primeiro lugar, as crianças deveriam ser consideradas como inativas, em fase de formação e portanto livres de sujeição à racionalidade econômica de prover a família com rendimentos. No entanto, a pobreza se sobrepõe a estas considerações intertemporais e de valores éticos e humanitários, apesar das controvérsias a respeito da questão. No que se refere aos adolescentes, os processos de transição da escola para o trabalho ampliam complexidades do processo decisório, introduzindo elementos de incerteza crescente em decisões sobre o estado de atividade dos indivíduos.

1.3. Especificidades de Crianças e Adolescentes

Apesar do recrudescimento da crise econômica nos anos oitenta, existe consenso na literatura de que não houve explosão do trabalho infantil. O crescimento das taxas de participação durante a década de 80 se dá entre as faixas de idade mais elevadas, consideradas as mais significativas, produtiva e qualitativamente, para o mercado de trabalho. Esse movimento contraria o senso comum que determina que, em períodos recessivos, há inserção de indivíduos jovens e mal qualificados no mercado de trabalho em busca de emprego.

¹⁹ Oris, 1998, p.6.

A análise da inserção dos membros da família na força de trabalho na década de oitenta aponta para o aumento da participação do trabalho feminino. A entrada da mulher no mercado de trabalho, antes inativa mesmo em famílias de renda menos elevada, pode ser vista como principal determinante da estabilidade da proporção de trabalhadores jovens, comparativamente à dos adultos, além das oscilações próprias da dinâmica do mercado de trabalho.²⁰ Cervini & Burger (1991) avaliam que, em termos gerais, as crianças e adolescentes economicamente ativos são mais afetados negativamente nas crises ou na desaceleração econômica do que o conjunto da PEA; em compensação este grupo reage mais rápido às condições favoráveis do mercado.²¹

O crescimento da proporção de adolescentes na força de trabalho permite supor que a continuidade do processo de urbanização das regiões metropolitanas, bem como a existência de mercados demandantes de mão-de-obra infanto-juvenil, explicam em parte o incremento das taxas de participação para a categoria da população na faixa etária de 15 a 17 anos.

Cabe ressaltar que, na literatura sobre o mercado de trabalho infantil urbano, não há conformidade acerca dos distintos fatores que determinam a entrada da criança e do adolescente no mercado de trabalho. Diversos autores afirmam, no entanto, que o nível de renda familiar tem influência irrefutável na participação das crianças na força de trabalho. Os dados apresentados mostram que quanto mais pobres as crianças, maior é a sua taxa de participação. Para as crianças de 10 a 14 anos, constatou-se que a taxa de atividade dos mais pobres era, no ano de 1989, quatro vezes maior que a dos mais ricos.²²

O trabalho urbano infanto-juvenil tem sido tolerado pela sociedade e até mesmo incentivado, na medida em que não representa apenas uma estratégia das famílias para a sua sobrevivência, mas um item favorecedor da profissionalização dos adolescentes, ou até mesmo como solução para a marginalidade. Além disso, o trabalho infanto-juvenil é diferentemente concebido e utilizado dependendo dos diferentes contextos familiares, culturais e econômicos em que está inserida a criança.

A análise da exploração da criança deve ser feita levando-se em conta a estrutura familiar e a posição que esta e sua família ocupam na estrutura social. Cervini & Burger (1991) dizem

²⁰ Ribeiro; Sabóia & Branco, 1995.

²¹ Cervini & Burger, 1991, p. 23.

que a questão de uma criança trabalhar ou não, é condicionada, em uma vertente, pela posição que esta ocupa na estrutura familiar e da posição que essa família ocupa na estrutura social mais ampla e, em outra vertente, pelas próprias condições do mercado de trabalho. Lopes & Goltschalk²³, analisando mais a fundo a composição familiar, afirmam que as taxas de inserção no mercado de trabalho dos jovens de até 17 anos que pertencem a famílias chefiadas por mulheres são mais altas do que as dos jovens de qualquer outro tipo de estrutura familiar.

Dentre as diversas teses para explicar a inserção da criança e do adolescente na força de trabalho, destaca-se ainda a acessibilidade aos serviços públicos de educação. De acordo com Cervini & Burger (1991), dentre os principais fatores que determinam ou condicionam a decisão familiar de inserir ou não a criança no mercado de trabalho estão a acessibilidade, a qualidade e os custos da educação.²⁴ A OIT²⁵ destaca que a alternativa isolada mais eficaz para conter o fluxo de crianças em idade escolar que são inseridas na força de trabalho é a ampliação e a melhoria do sistema educacional, de modo a atraí-las e mantê-las na escola. Alguns autores colocam a educação como o fator isolado mais importante para a eliminação do trabalho infantil.

Aos fatores que determinam a incorporação dos adolescentes ao mercado de trabalho, agregam-se outros já mencionados para a exploração da criança, além de elementos mais específicos. A influência do nível de rendimento familiar sobre a participação dos adolescentes na força de trabalho, no entanto, é menos marcante, na medida em que o trabalho do adolescente deve ser analisado, principalmente, sob a ótica da existência de um mercado de trabalho que absorva pessoas ainda muito jovens interessadas em trabalhar e inserir-se no mercado pela primeira vez. Isto acontece porque, a partir dos 14 anos, o trabalho é permitido pela legislação e a inserção do jovem no mercado de trabalho assume significado distinto para os próprios adolescentes e para sua família. O trabalho da criança é mais sensível à pobreza, enquanto o trabalho do adolescente está mais associado a atração do mercado de trabalho, à necessidade de transição para a vida adulta e aos níveis de rendimento ali praticados, visto que a renda auferida pelo jovem já não mais tem como

²² Ribeiro; Sabóia & Branco, 1995, p.130.

²³ Lopes & Goltschalk, 1990, apud Cervini, & Burger, 1991, p. 32.

²⁴ Cervini & Burger, 1991.

²⁵ UNICEF, 1997.

objetivo principal a complementação da renda familiar, mas o atendimento das suas necessidades individuais de consumo.

Assim, a inserção das crianças e adolescentes no mercado de trabalho urbano, do ponto de vista da caracterização da ocupação desta parcela da população, tem suas especificidades, apresentando características distintas dadas a idade e a situação de domicílio dos mais jovens, bem como a condição econômica dos demais membros da família. Conforme citação de Bairros, “sexo, idade e raça articulam-se de forma a produzir níveis diversos de inserção na força de trabalho”²⁶.

A análise da inserção dos mais jovens no mercado de trabalho, em função da situação de pobreza das famílias e a importância da contribuição proporcional do rendimento individual de cada criança e adolescente à renda familiar, deve ser feita sem a agregação do rendimento desta criança no total do rendimento familiar, na medida em que quanto maior for a contribuição da criança em relação à dos adultos, mais oculta ficará a relação entre a renda familiar e o trabalho infantil.

Os diversos estudos e pesquisas sobre mercado de trabalho infantil nos mostram que a taxa de participação tende a crescer de acordo com a idade, sendo, portanto, menor para as crianças do que para os adolescentes. Além disso a taxa de atividade das meninas é, em geral, bem mais baixa que a dos meninos, seguindo o mesmo movimento dos adultos. As diferenças, no entanto, variam de acordo com cada contexto regional. As diferenças entre gêneros diminuem acentuadamente quando incluída na taxa de atividade de crianças e adolescentes aqueles dedicados a afazeres domésticos, característica principal de mercados de trabalho menos estruturados; neste item, a taxa de atividade das meninas é significativamente maior.

Um outro caminho para diferenciação da inserção das crianças e adolescentes no mercado de trabalho é a caracterização da ocupação segundo a cor da pele. Conforme estudos diversos, no conjunto do Brasil urbano, as crianças e os adolescentes negros trabalham proporcionalmente mais que os demais. Bairros²⁷, discutindo a situação na RMS, afirma que 59% das crianças e adolescentes negros ocupados no ano de 1985 declararam ter começado a trabalhar antes dos 14 anos de idade, período importante para a educação

²⁶ Bairros, 1992, p. 5.

²⁷ Bairros, 1992, p.10.

básica. Cervini & Burguer²⁸ explicam que as diferenças entre brancos e negros são maiores para as crianças do que para os adolescentes, porque as crianças são mais atingidas pelas desigualdades sócio-econômicas que existem por trás das diferenças raciais.

1.3.1 Condicionantes da Oferta

As controvérsias sobre a oferta de trabalho remontam aos primórdios da teoria econômica e constituíram uma importante temática nos debates entre clássicos e keynesianos, na primeira metade deste século. Alguns economistas questionam a própria existência de tal função de oferta de trabalho, deslocando a importância do problema para os condicionantes da demanda por trabalhadores por parte das firmas empregadoras. Do ponto de vista macroeconômico, a questão é relevante pelas implicações sobre a determinação dos níveis de equilíbrio do mercado de produtos e do mercado de trabalho, enquanto, nos estudos setoriais, a discussão ganha relevância na identificação dos processos de alocação do tempo das famílias e das pessoas e na modelagem de problemas referentes a avaliação de políticas públicas relacionadas com o emprego e a renda.

Os estudos sobre a oferta de trabalho das crianças e dos adolescentes destacam variáveis relevantes no que se refere à capacidade da unidade familiar tomar decisões, quanto à estrutura de gastos e níveis de renda familiar e à substituição ou complementaridade entre trabalhar e estudar. Levinson (1991)²⁹, por exemplo, sugere três tipos de “efeitos” influenciando nesta decisão: o efeito *noses to wipe*, que define os encargos domésticos, o *mouths to feed*, que indica as necessidades de consumo da família e o efeito *hands to lend* que explicita os membros que podem contribuir para os rendimentos da família.

Esta crescente atenção com os problemas do trabalho infantil e as formas de inserção dos adolescentes no mercado de trabalho enfatiza, - com maior importância no caso das crianças, - os elementos relativos às decisões de oferta de trabalho como significativos indicadores da dimensão e profundidade do tema, deslocando as investigações da decisão individual para o nível familiar, onde combinam-se, de forma complexa³⁰, opções relativas à alocação do tempo presente entre os seus membros, ajustando-se simultaneamente as decisões sobre o consumo, a decisão intertemporal de investir na educação e a inserção na PEA.

²⁸ Cervini & Burger, 1991, p. 26.

²⁹ Levinson, 1991, p. 15.

Desta forma, a entrada das crianças e adolescentes na PEA resulta de escolha sobre quem deve fazer o que e qual a distribuição do tempo em cada uma das atividades. Envolve questões referentes à Taxa de Participação e ao tipo de inserção que eles demandarão do mercado de trabalho. As crianças tendem a buscar ocupações com menor jornada e os adolescentes ocuparão postos tendencialmente com menor nível de rendimentos do que mesmos postos quando ocupados por adultos.

Como já mencionado, um dos pontos controversos refere-se ao próprio conceito da oferta de trabalho como resultante de uma decisão individual que maximiza uma função objetivo sujeita a restrições, ajustando-se a uma situação de ótimo com a escolha entre lazer e trabalho, dados os preços e os níveis de remuneração³¹. Além da problematização do próprio processo de escolha, no que se refere às possibilidades reais de opção nos contextos institucionais predominantes na economia atual, pode-se também questionar a pertinência de uma decisão individual, principalmente no que se refere ao trabalho infantil. Se a decisão não é individual, mas resulta de opção da unidade familiar, são introduzidos problemas novos que se referem às hierarquias de decisão, as regras de distribuição dos encargos entre os membros da família e apropriação dos ganhos de renda corrente e futura.

1.3.1.1 Trabalho Infantil e Decisão Familiar

No bojo do movimento de crescente mobilização em torno das mudanças na percepção social das dimensões das especificidades do trabalho infantil e dos adolescentes, bem como dos benefícios e dos custos associados à inserção precoce no mercado de trabalho, crescem também os estudos sobre os condicionantes da entrada das crianças na População Economicamente Ativa. Percebe-se que a inserção precoce das crianças no mercado de trabalho tem um grande impacto na mobilidade social intergeracional, condenando as famílias mais pobres de hoje a uma situação futura também bastante precária, uma vez que suas crianças perdem oportunidades de qualificação, que poderiam melhorar suas formas de entrada na atividade econômica, viabilizando algum grau de ascensão social.

Também é controversa a própria definição de criança e adolescente. Na literatura americana³², os jovens – *youth* – são considerados de 16-24 anos, enquanto os adolescentes

³⁰ Browning, 1992.

³¹ Modelo neoclássico tradicional de definição de oferta de trabalho.

³² Rees, 1986.

– *teenage* – ficam na faixa de 16 a 19 anos. Na legislação brasileira³³, as crianças são definidas como aquelas pessoas até 12 anos incompletos, enquanto os adolescentes têm de 12 a 18 anos. Neste trabalho, consideramos adolescentes as pessoas na faixa dos 15 a 17 anos e as crianças de 10 a 14, constituindo os adultos aqueles com mais de 18 anos. Esta estratificação serve muito mais a “critérios operacionais práticos”³⁴ do que tentar responder a questões teóricas referentes aos papéis desempenhados pelas pessoas em cada uma destas faixas, ainda que as investigações empíricas busquem identificar diferenças de comportamento de cada grupo no que se refere as variáveis relevantes para a inserção no mercado de trabalho.

O deslocamento da decisão do indivíduo para a família permite a consideração de variáveis sócio - culturais associadas com o custo de reprodução da força de trabalho e tem levado à formulação de modelos de comportamento da alocação intra-familiar dos recursos de tempo e orçamentários. A tendência dominante destes estudos tem sido a modelação desta decisão como um processo de escolha, resultante de uma capacidade da unidade familiar decidir sobre o tempo de trabalho dos seus membros e a sua especialização relativa, criando-se uma hierarquia etária³⁵ que legitima a possibilidade dos adultos desempenharem um importante papel na determinação da distribuição do tempo das crianças entre o ajudar nos afazeres domésticos, estudar e trabalhar. É no contexto da unidade familiar que se define e decide sobre quem estuda, trabalha ou ajuda na casa e quanto tempo será destinado a cada uma destas tarefas. No que se refere aos adolescentes, esta precedência da unidade familiar perde força relativa, porque aumentam os elementos de atração do mercado de trabalho sobre este segmento, particularmente no que se refere aos elementos de demanda de mão de obra pelas empresas.

Não há concordância geral sobre a necessidade de explicitação dos micro fundamentos destas decisões, uma vez que alguns autores têm considerado que fenômenos de natureza agregada podem refletir condições invariantes externas com maior influência sobre o conjunto de agentes do que as opções racionais individuais. Hildenbrand³⁶, por exemplo, em recente estudo teórico mostrando como as especificações de modelos comportamentais

³³ Estatuto da Criança e do Adolescente, Art. 2o.

³⁴ Cervini e Burger, 1991.

³⁵ Elson, apud Cervini e Burger, 1991.

³⁶ Hildebrand, 1998.

individuais não desempenham papel indispensável na formulação de hipóteses de grandes agregados, conclui pela relevância de indicadores da distribuição de renda para explicar movimentos de variáveis aparentemente relacionadas com comportamentos individuais ou familiares.

O processo de desinstitucionalização das relações familiares se intensifica nos últimos anos, com a queda da taxa de fertilidade, aumento do número de filhos nascidos fora dos casamentos e separações, caracterizando os últimos 25 anos como de declínio da família nuclear³⁷, principalmente nos países nórdicos e anglo-saxões. Esta redução do papel da família nuclear nestes países tem se associado a uma crescente importância das transferências do estado para as famílias da responsabilização por seus membros, uma vez que a coesão interna das famílias diminui, reduzindo as transferências intra-familiares, e ampliando o número de crianças que são levadas ao mercado de trabalho.

Por outro lado, a literatura menciona também os impactos de mudanças na estrutura das famílias como um dos elementos desagregadores da solidariedade intra-familiar que resulta em um aumento da oferta de trabalho das crianças e adolescentes, naquelas famílias chefiadas por um único adulto, seja o pai ou principalmente a mãe.

As relações entre o tamanho das famílias e a oferta de trabalho infantil são condicionadas pela estrutura e tamanho da família, pelo potencial produtivo das crianças e pelo grau de substituição do trabalho dos pais pela criança³⁸. Este conjunto de condicionantes do comportamento familiar se modifica de acordo com elementos antropológicos e sociais que definem o próprio conceito de transição da infância para a situação de adultos. Nas sociedades ocidentais predomina claramente o conceito cronológico, que não é universalmente determinante. Outros critérios como experiência, origem familiar, episódios específicos da vida individual podem sobrepujar a idade na definição do que é ser criança ou adulto³⁹.

Também o sexo das crianças altera a sua forma de inserção no mercado. As diferenças naturais de sexo são configuradas socialmente em distinções de gênero, que determinam sobremaneira as possibilidades de transição da inatividade infantil para a atividade

³⁷ Bettio e Villa, 1998.

³⁸ Grootaert e Kanbur, 1994, p. 7.

³⁹ Margaret Mead, em seu estudo antropológico clássico de 1928, nas Ilhas Samoa, já mencionava os componentes não cronológicos na transição da infância para a "idade" adulta.

econômica dos adultos. A Taxa de Participação⁴⁰ do adulto homem reflete a decisão tradicional da estrutura familiar patriarcal, associada à idéia do homem provedor dos recursos para a família, enquanto a das mulheres vem se alterando substancialmente nos últimos tempos em todo o mundo, refletindo as novas formas de inserção das mulheres na sociedade moderna. Nos primórdios da industrialização, a participação das mulheres na atividade econômica das famílias dos proletárias era bastante expressiva, declinando com o desenvolvimento da grande indústria manufatureira e começando a aumentar nos dias presentes. Adolescentes homens e mulheres reproduzem este comportamento em linhas gerais, com especificidades decorrentes da utilização deste tempo de trabalho, em substituição ao trabalho doméstico da mãe.

Na maioria dos países, as questões étnicas e raciais também devem ser destacadas como importantes condicionantes das formas de inserção das crianças e adolescentes na atividade econômica. As crianças de origens étnicas e raciais dominadas⁴¹ são discriminadas nos sistemas escolares e nas oportunidades de absorção em atividades consideradas menos danosas para elas. Além do mais, as expectativas familiares em relação aos retornos dos processos tradicionais de formação de mão de obra são distintos, refletindo as experiências dos pais e avós que vivenciaram pequena ascensão social com base nestes procedimentos educacionais⁴².

Modelar a entrada da criança e do adolescente na PEA como resultante de uma decisão familiar pressupõe que esta unidade tem mecanismos de coesão interna que permitem determinar a distribuição dos encargos e benefícios entre os seus membros. Na literatura pertinente⁴³, dois modelos de comportamento são geralmente mencionados - aqueles que estabelecem uma relação “altruística” entre os membros da família e aqueles “individualistas”. Nos primeiros, haveria um certo distanciamento da maximização dos objetivos individuais dos adultos, que redistribuíram suas rendas para as crianças, tendo diferentes implicações para as transferências inter-geracionais. Os “individualistas” voltam-se fundamentalmente para o curto prazo, exigindo que suas crianças entrem precocemente no mercado de trabalho como contribuintes para a renda corrente.

⁴⁰ Medida como a proporção de pessoas procurando trabalho ou ocupadas entre as pessoas em idade ativa.

⁴¹ Não necessariamente minoritárias.

⁴² Isto é particularmente verdadeiro nas populações negras. O retorno ao investimento educacional é mais alto nas populações de origem asiática, nos países ocidentais.

O uso de modelos de barganha, como jogos cooperativos ou não, para descrever a relação entre os membros da família aumenta o uso preditivo destes modelos, apesar de exigirem uma série de formulações de hipóteses *ad hoc* sobre objetivos e regras de comportamento dos componentes da família.

Além dos micro fundamentos da decisão familiar, o contexto macroeconômico é também extremamente relevante. Não existe um posicionamento consensual a respeito das relações entre a inserção das crianças e adolescentes no mercado de trabalho e o ciclo econômico. Nos momentos recessivos, a oferta de trabalho de crianças e adolescentes tende a aumentar uma vez que o nível de renda familiar tende a ser menor e, via efeito-renda, a família precisa inserir no mercado seus membros em idade de formação, para garantir o nível de consumo prévio. Este argumento deve ser matizado, no entanto, uma vez que a entrada da criança e do adolescente na PEA irá provocar uma alteração na estrutura de consumo familiar, reduzindo a renda imputada à contribuição que eles davam na supervisão doméstica

Por outro lado, a inserção de crianças e adolescentes também reflete um efeito-substituição sobre a demanda de trabalho. A crise desloca trabalhadores adultos e de mais idade para a desocupação, colocando-os em disponibilidade para o trabalho, concorrendo com as crianças e adolescentes entrantes. Este efeito faz que, nos momentos recessivos, haja mais dificuldades da inserção precoce no mercado de trabalho, porque a demanda é satisfeita com a oferta de trabalhadores em maior idade, dispostos a substituir as crianças em suas ocupações. Isto talvez seja uma das explicações da volatilidade cíclica das taxas de desemprego dos adolescentes

1.3.1.2 Renda Familiar e Trabalho Infantil

No curto prazo, um dos determinantes fundamentais para a oferta de trabalho das crianças é a renda dos adultos da família, apesar dos questionamentos⁴⁴ existentes sobre a dimensão do impacto desta variável na sua inserção no mercado de trabalho. Não parece haver dúvida que a maior parte das crianças economicamente ativas provêm de famílias com menor nível de renda, ainda que os dados agregados pareçam sugerir a importância de outras variáveis neste segmento da oferta de trabalho. Também existem algumas indicações que, entre as

⁴³ Pollack, 1985 e Altonji, Hayashi e Kotlikoff, 1997.

⁴⁴ Barros, Mendonça e Velazco, 1994.

famílias de menor renda, são aquelas com rendas ligeiramente mais altas que mais têm crianças participando da PEA⁴⁵, entre outras coisas porque as crianças também contribuem para a renda familiar, numa proporção mais significativa do que entre as famílias mais ricas.

Uma outra perspectiva pode ser colocada no questionamento da própria existência da oferta de trabalho, uma vez que não haveria a opção entre trabalhar e não trabalhar, já que as possibilidades de inserção e de garantia de rendimentos dos adultos já teriam se esgotado. Às famílias pobres só restaria a estratégia de extensão das fontes de renda com a entrada de seus filho(a)s no mercado de trabalho. Neste caso, a renda dos adultos seria a principal determinante da taxa de participação das crianças e adolescentes.

A renda dos adultos é o principal componente da renda familiar que deverá ser repartida em termos de consumo e poupança, assim como entre os membros da família. Os modelos tradicionais desta literatura⁴⁶, em geral consideram a decisão familiar em duas etapas, sendo uma primeira aquela que aloca uma parcela da renda entre os indivíduos e a outra que postula uma escolha racional entre os diversos usos destes recursos por parte de cada um dos membros da família.

No contexto familiar, a renda é uma variável fundamental, mas não exclusiva na determinação da oferta de trabalho infantil, uma vez que o elemento relevante para os processos decisórios é o gasto familiar, que depende fundamentalmente da estrutura de consumo, que altera-se por razões sócio - culturais e é bastante influenciada pelo tamanho da própria família. Com os mesmos níveis de renda, famílias com estruturas e tamanho diferenciados têm comportamento distinto no que se refere aos seus gastos, alterando suas decisões de alocação de tempo entre seus membros, influenciando de forma diferenciada a inserção de suas crianças no mercado de trabalho.

As transferências intra-familiares de renda desempenham um papel extremamente importante na configuração da estrutura distributiva da renda da sociedade⁴⁷, especialmente quando as taxas de desemprego e de inatividade tendem a aumentar, intensificando a carga

⁴⁵ Barros e Mendonça, 1991, p.357.

⁴⁶ Becker, 1974 e 1991. Levinson, 1991 é uma competente aplicação deste tipo de modelo a dados brasileiros.

⁴⁷ Barros, Camargo e Mendonça, 1995.

de dependência⁴⁸ sobre os ocupados, sejam eles adultos, ou as próprias crianças e adolescentes. Estas transferências, que refletem valores de solidariedade entre os membros da família, estão condicionadas pelos níveis de rendimentos e pelo sistema de valores sócio-antropologicamente determinado, incluindo as opções sobre as expectativas de inserção futura de suas crianças na vida econômica.

No que se refere aos adolescentes, a importância da variável renda dos adultos da família perde influência na medida em que suas possibilidades de inserção se associam também ao uso de seus rendimentos no atendimento de suas necessidades individuais de consumo que, se incorporadas à cesta de consumo da família, poderiam superar a contribuição marginal ao rendimento familiar. Espera-se assim que a renda do adolescente seja suficiente para cobrir os acréscimos de seu consumo e ainda gere um excedente para ajudar a renda familiar, naqueles casos em que esta é insuficiente para cobrir toda a despesa básica dos seus membros.

1.3.1.3 Estrutura Familiar e Trabalho Infantil

Outro conjunto de variáveis importantes sobre a oferta de trabalho de crianças e adolescentes relaciona-se com a estrutura familiar⁴⁹. Há uma clara tendência internacional de redução da família tradicional com o homem provedor de recursos, a mulher cuidando dos afazeres domésticos e as crianças estudando. Em primeiro lugar, este tipo de relacionamento familiar nunca foi predominante no mundo, apesar de sua prevalência na Europa anglo-saxã e EUA, durante as décadas posteriores à II Guerra.

O número de famílias com apenas um adulto tem aumentado neste final de século, especialmente com o crescimento das famílias chefiadas por mulheres. O fenômeno não parece ser novo no Brasil. Existem indicações⁵⁰ que mostram um crescimento das famílias chefiadas por mulheres no Brasil, passando de 14% das famílias urbanas de 1960, para 15,7% em 1970, 18,7% em 1980 e 20,6% em 1986.

⁴⁸ Definida como a razão entre o total de membros da família e os membros ocupados.

⁴⁹ Cervini e Burger, 1991 e Lerman, 1993.

⁵⁰ Dados históricos brasileiros, de Kuznesof (1985) citados por Barros, Fox e Mendonça (1997), p. 234, por exemplo, já mostravam que, em São Paulo, domicílios chefiados por mulheres correspondiam a 30% dos domicílios em 1765, 44% em 1802 e 39% em 1836, devido às necessidades dos homens deslocarem-se em uma economia predominantemente agrária.

Estas famílias chefiadas por mulher tendem a ter mais crianças no mercado de trabalho⁵¹ e são muito heterogêneas entre si, porém tendem a se concentrar nos segmentos de menor renda e com piores condições de ascensão social⁵². Há estudos no Brasil, referentes a década de 80⁵³, que estimam uma taxa de participação de crianças três vezes maior nas famílias sem o pai, ainda que esta proporção caia em relação aos adolescentes e às regiões metropolitanas mais ricas.

Esta modificação das relações familiares provoca nos adolescentes dois tipos de impactos. Nas famílias maiores, eles são levados a incorporar-se ao mercado de trabalho mais cedo, não somente para complementar a renda familiar, mas também porque passam a ser responsáveis por uma parcela maior do consumo da família mais reduzida. O outro impacto tem efeito contrário, uma vez que, dada a redução do tamanho da família e a queda de fertilidade, a adolescência pode ser sustentada mais pela renda dos adultos, nas famílias com duplo *wage earner* ou através de transferências interpessoais, como no sistema de pensões⁵⁴.

Por outro lado, se há relativo consenso a respeito da tendência de redução do tamanho médio das famílias, há intenso debate⁵⁵ sobre o relacionamento entre o tamanho e a oferta de trabalho das crianças. Alguns autores sugerem que nas famílias nucleares, quando há redução de rendimento e seus membros adultos já estão empregados, só resta a criança para adicionar outra fonte de ganho para a família. Outros autores afirmam, ao contrário, que as famílias extensas tendem a ter mais crianças trabalhando, ainda que haja o reconhecimento da existência de economias de escala na produção doméstica, que reduziria o custo adicional das crianças à medida em que a família cresce, aumentando a renda real das famílias pela queda do custo per capita⁵⁶.

Outros⁵⁷ apontam que crianças em famílias grandes tendem a freqüentar menos a escola, ter um pior desempenho escolar e apresentam uma tendência maior de entrada precoce no mercado de trabalho. Quando se analisam os efeitos conjuntos do desempenho escolar e da

⁵¹ Lopes e Gottschlak, 1990 apud Cervini e Burger, 1991.

⁵² Barros, Fox e Mendonça, 1997.

⁵³ Cervini e Burger, 1991, p. 32.

⁵⁴ Lerman, 1993 e Sorensen e Clark, 1994.

⁵⁵ Cervini e Burger, 1991.

⁵⁶ Browning, 1992.

⁵⁷ Patrinos e Psacharopoulos, 1997, p. 388-89.

taxa de participação, há alguma evidência⁵⁸ de que há certa especialização nas famílias maiores, com algumas crianças saindo-se melhor na escola e outras entrando no mercado de trabalho. Os processos de designação das diferentes oportunidades entre os vários componentes da família, no entanto, ainda é desconhecido.

É claro que há uma grande correlação entre o tamanho da família e a presença de crianças menores, uma vez que se o tamanho estiver relacionado com a inclusão de membros adultos na família, não há porque destacar os seus impactos sobre o trabalho infantil e adolescente. O efeito relevante é do crescimento do tamanho da família com a presença de filho(a)s menores, que exigem maior atenção, deslocam força de trabalho adulta para sua supervisão e reduzem a disponibilidade de horas para os já ocupados. Isto é particularmente relevante para a oferta de trabalho das mulheres adultas⁵⁹, no contexto europeu e americano. Nos EUA, há uma forte correlação negativa, ainda que declinante, entre a oferta de trabalho de mulheres adultas e a presença de crianças menores na unidade familiar⁶⁰. Estes estudos enfatizam a relação inversa entre o salário dos cônjuges e a oferta de trabalho das mulheres, assim como o aumento da importância da elasticidade da oferta aos próprios salários das mulheres.

Ainda que também haja possibilidade da ocorrência do mesmo fenômeno no Brasil, controlando pelo nível de renda, a presença de empregada doméstica no domicílio pode significar uma contra-tendência aos efeitos redutores do trabalho adulto, com a atribuição ao trabalho (mal) pago das domésticas de muitas das tarefas de supervisão doméstica anteriormente desenvolvidas pelos membros adultos da família, especialmente as mulheres. Este comportamento seria compatível com os achados mais recentes, que enfatizam a importância do próprio rendimento das mulheres que, no contexto brasileiro, poderia ser avaliado como um tipo de custo de oportunidade, permitindo às mulheres pagarem a outras mulheres menos do que ganham em suas atividades para que as substituam em tarefas domésticas.

A presença de dois adultos *wage earners* aumenta a renda média familiar reduzindo as pressões de oferta para inclusão dos filhos no mercado de trabalho. Famílias com um

⁵⁸ Patrinos e Psacharopoulos, 1997, p. 389. Eles também citam (p. 390) Levison (1991) em seu estudo sobre o Brasil como evidência da relativa especialização de tarefas entre as crianças de famílias maiores.

⁵⁹ Dex, Joshi, Macran e McCulloch, 1998.

⁶⁰ Browning, 1992, p. 1449.

adulto, em geral são famílias chefiadas por mulher, que, além de terem só uma fonte de rendimentos, os chefes mulheres usualmente encontram ocupações com rendimentos relativamente mais baixos. Famílias com um adulto e, especialmente, aquelas chefiadas por mulher tendem a ter mais crianças economicamente ativas. Há estudos⁶¹ que destacam também a associação entre chefia familiar e o pior desempenho escolar, com a conseqüente entrada precoce no mercado de trabalho.

A literatura aponta como algumas tendências internacionais o aumento da Taxa de Participação das mulheres, a queda na fertilidade e o aumento do número de famílias chefiadas por mulher. Estas tendências também são acompanhadas de um aumento da proporção de crianças nascidas em famílias mais pobres, principalmente, naquelas chefiadas por mulheres.

Ainda que haja uma tendência à diminuição do tamanho da família e da taxa de fertilidade, existem evidências⁶² de que este processo não necessariamente está associado a aumento da taxa de participação feminina. Nos países europeus, especialmente nos países Mediterrâneos (Espanha, Itália e Grécia), observa-se a redução das suas taxas de fertilidade, comparativamente aos países nórdicos e anglo-saxões, sem a correspondente reversão da posição relativa de suas Taxas de Participação feminina, sugerindo famílias menores, sem ingresso na PEA das mulheres. Isto indica pouca mudança na divisão de trabalho entre os membros da família, mesmo com famílias menores.

As famílias são menores, porem mantêm seu papel social, substituindo de forma significativa o estado na manutenção da previdência social e utilizando a coesão interna da estrutura familiar *post* nuclear para transferir recursos para os filhos.

Esta temática é relevante para a questão do trabalho infantil uma vez que expressa os mecanismos intra-familiares de alocação de recursos, explicando por exemplo a possibilidade de altas taxas de desemprego aberto, sem explosão da pobreza, uma vez que os membros restantes das famílias repartem seus rendimentos com os desempregados. Raciocínio semelhante poderia ser conduzido em relação à oferta de trabalho dos membros infantis destas famílias, que apesar da perda de rendimentos e ocupação de seus membros adultos, não estariam dispostas a modificar as taxas de participação de suas crianças.

⁶¹ Barros, Fox e Mendonça, 1997.

⁶² Bettio e Vila, 1998.

As economias de escala na criação das crianças são reduzidas com famílias com um único membro adulto, além do que as mulheres em geral tendem a ter menor nível de renda apesar das transferências inter-familiares que ocorrem com os pagamentos de pensão⁶³. Neste sentido a desestruturação da família nuclear tradicional tem uma alta correlação com os níveis de pobreza⁶⁴, apesar de também refletir tendências mais gerais da conformação da nova estrutura familiar do final deste século.

A existência de crianças menores, especialmente nas fases iniciais de vida, associada a falta de disponibilidade de acesso a equipamentos sociais de ajuda à criança também é uma variável relevante na incorporação de crianças mais velhas no mercado de trabalho, havendo uma divisão de trabalho com as meninas se destinando mais à ajuda no trabalho doméstico, enquanto os meninos vão para a rua buscar recursos para ajudar no orçamento familiar. A presença de crianças menores aumenta o custo de oportunidade para os adultos e outras crianças irem ao mercado de trabalho em substituição ao trabalho doméstico, na hipótese de que a opção pode ser feita com o provimento da renda familiar necessária.

1.3.1.4 Frequência à Escola e Trabalho Infantil

A maioria das famílias, no que se refere à opção entre trabalhar e estudar, tende a evitar a decisão polar, procurando manter as duas opções como complementares, uma vez tomada a decisão de incorporar sua criança à PEA. A transição escola/trabalho se torna mais relevante para os adolescentes do que para as crianças⁶⁵, ainda que a taxa de desemprego destes seja maior que a dos primeiros, indicando a maior importância relativa das variáveis de demanda de trabalho na determinação da taxa de ocupação daqueles. A saída da escola não parece ser uma decisão abrupta, sendo ao contrário, resultante de várias tentativas de reingresso, que se traduzem em crescente inadequação das crianças e adolescentes com as séries que estão freqüentando⁶⁶. A exclusão da escola, refletindo a entrada tardia, os abandonos temporários e a repetência parece afetar mais o menino trabalhador do que as

⁶³ Lerman, 1993 e Sorensen e Clark, 1994.

⁶⁴ Lerman, 1993 reporta o enorme aumento do contingente de crianças vivendo fora de famílias com pai e mãe, que passa de 15% em 1970 para 27% em 1989 nos EUA, sendo que filhos de mães que nunca casaram passa de 1% em 1970 para 7% em 1989. Afirma também que 20% das crianças americanas vivem abaixo da linha de pobreza e entre estas, metade vive só com a mãe ou só com o pai, sendo a maior parte com chefe de família mulher.

⁶⁵ Rees, 1986.

⁶⁶ Cervini e Burger, 1991, p. 37.

meninas, a quem se destinam mais a ajuda nos afazeres domésticos, liberando a oferta de trabalho adulta e permitindo uma melhor compatibilidade entre o estudo e a casa.

Tirar a criança da inatividade e colocá-la na PEA é uma opção pela renda corrente em substituição ao investimento em educação, que pode levar a aumento da renda futura. É uma opção pelo complemento de renda familiar hoje, em detrimento da possibilidade de um maior rendimento individual futuro. Deve-se destacar também que a influência de outros atributos pessoais e familiares, como o sexo e a cor, podem indicar dificuldades históricas de inserção nos mercados, modificando completamente a percepção das possibilidades de ganhos futuros advindos da educação, quando os pais, avós e outros antepassados foram condenados, por processos discriminatórios diversos, a receber menos. Isto evidentemente, influi na decisão corrente de deixar ou não os filhos na escola, refletindo as dificuldades de absorção dos eventuais ganhos com a escolaridade, que é distinta entre as pessoas de acordo com vários atributos pessoais que sofrem processos discriminatórios de acesso a postos que melhoram a remuneração. Desta forma, famílias com atributos marginalizados tenderiam a valorizar menos a escola como mecanismo de melhora de rendimentos porque, de fato, para estas pessoas, os ganhos marginais da educação são diferenciados⁶⁷, levando a avaliação de valor presente menor do que os benefícios correntes de elevação da renda no curto prazo.

Assim, há várias evidências de uma correlação negativa entre a escolaridade dos pais e a taxa de participação das crianças. Dada a importância que a escolaridade tem na estratificação social, isto poderia refletir uma busca de manutenção de posição na escala de mobilidade social por parte dos pais mais educados que procuram manter seus filhos mais tempo nas escolas. É enorme a dificuldade de mobilidade social quando os filhos de pais de baixa escolaridade tendem a também ter baixa escolaridade⁶⁸, por uma entrada precoce no mercado de trabalho.

Para os adolescentes, a acumulação de atraso escolar leva a um abandono da escola maior do que no caso das crianças, ainda que a transição escola/trabalho tenha maior significado para aqueles⁶⁹, mesmo com taxa de desemprego maior.

⁶⁷ Azevedo, 1997.

⁶⁸ Barros e Lam, 1993, p. 198 mostram como o aumento da escolaridade dos pais se associa à escolaridade das crianças e como estão relacionados níveis de escolaridade de avós, pais e filhos no Brasil.

⁶⁹ Rees, 1986.

1.3.2. Condicionantes da Demanda

Poucos trabalhos buscam avaliar os condicionantes do trabalho infantil derivados das características da demanda. Há o destaque para as necessidades específicas do perfil do ocupante de um certo posto de trabalho – destreza, tamanho das mãos, docilidade, altura, por exemplo – como importante determinante da utilização de trabalho infantil. Outros destacam a disposição das crianças obrigadas a trabalhar e receber rendimentos menores do que os adultos, o que reduziria os custos de produção para os empregadores. Também devem ser mencionados os hábitos e valores que difundem a aceitação do uso do trabalho infantil como empregados domésticos de famílias de maior renda.

Os modelos tradicionais de formulação da demanda de trabalho não distinguem as características específicas dos trabalhadores como relevantes na definição dos níveis de emprego e pagamento de salários, que dependem mais da possibilidade de vendas dos produtos, da estrutura de custos e da tecnologia. Estudos referente à discriminação no mercado de trabalho reportam mais às características dos indivíduos, criando maiores barreiras a entrada de trabalhadores com atributos individuais discriminados.

De forma semelhante pode-se pensar que dadas as restrições legais, os empregadores facilitariam ou dificultariam a entrada de crianças na atividade econômica. A literatura em geral destaca a maior presença de crianças em atividades sem remuneração em dinheiro, nos serviços domésticos e em atividades informais, sugerindo a importância da legislação como mecanismo que detém da utilização de crianças como força de trabalho.

Neste sentido, o tamanho do setor informal em geral pode estar associado a maior utilização de trabalho infantil, que concentrar-se-ia em estabelecimentos menores, sujeitos a menor fiscalização e com baixa rentabilidade e portanto com piores condições de trabalho, com probabilidade maior de apresentar mais efeitos nocivos da atividade econômica para o desenvolvimento da criança. O processo de terceirização de áreas industriais pode ser um dos elementos explicativos do crescimento do trabalho infantil, por deslocar parte do processo produtivo dos estabelecimentos industriais mais fiscalizados para empresas prestadoras de serviço.

A flexibilidade dos salários e seu nível mínimo⁷⁰ são importantes variáveis na demanda de trabalho infantil e adolescente. Se os salários pagos aos adultos são baixos e existem adultos disponíveis para trabalhar, os empregadores não buscarão as crianças, uma vez que a produtividade esperada dos adultos deve ser maior que a dos trabalhadores infantis. Isto sugere que a fixação de salário mínimo efetivo pode ser mais um elemento de redução da utilização do trabalho das crianças e adolescentes⁷¹.

No que se refere aos adolescentes, os programas de treinamento afetam a demanda de trabalhadores nesta faixa etária, possibilitando a redução dos custos dos empregadores e atraindo os trabalhadores na perspectiva de obtenção do “primeiro emprego” que lhes permitirá uma maior opção profissional no futuro.

A tecnologia também tem influência sobre a demanda de trabalho infantil. Há evidências⁷² do impacto de novas tecnologias (revolução verde na Índia, mecanização da agricultura no Egito, o uso de tear mecânico na indústria têxtil por exemplo) na redução do trabalho infantil, substituído por mão de obra mais qualificada adulta. Porém, parte das novas tecnologias eletrônicas em linhas de produção contínua, voltam a empregar trabalhadores jovens, com maior destreza manual, assim como as novas formas de relação fornecedor comprador, com redefinição do trabalho em casa, numa nova versão do sistema *putting out* ampliam o uso de crianças nas linhas de produção, que saem das fábricas e incorporam o espaço familiar como espaço produtivo.

Em relação ao trabalho doméstico, predominantemente feminino, a demanda está associada fortemente aos níveis de renda das famílias que através de laços sociais estabelecem redes de utilização do trabalho infantil como estratégia de liberação de tempo para a oferta de trabalho adulta da família empregadora. Os determinantes sociais são mais importante do que os econômicos na demanda deste tipo de trabalho.

⁷⁰ Grootaert and Kunbar, 1994, p. 11.

⁷¹ A literatura sobre os impactos do salário mínimo no emprego juvenil é bastante vasta. Ver Pochman, 1997 e Card and Krueger, 1994.

⁷² Grootaert and Kunbar, 1994, p. 12.

CAPÍTULO 2 – CRISE E AJUSTES NOS ANOS 80 E 90 NO BRASIL REDUZEM TRABALHO INFANTIL

2.1. Determinantes Macro Estruturais

A análise da inserção da criança e do adolescente no mercado de trabalho do Brasil se faz a partir do quadro de aprofundamento das desigualdades que acompanha a década de 80. Caracterizada por choques econômicos, desequilíbrios externos e internos, pela depreciação do salário real e queda dos níveis de atividade econômica, a década de 80 foi marcada por períodos de crise e estagnação econômica. Tais desajustes se materializam na forte recessão que atinge o país, com repercussões visíveis sobre a estrutura do mercado de trabalho.

No início da década de 80, apesar da afluência aos centros urbanos, incentivada pela industrialização, o desemprego aberto não se apresentava como um grande problema uma vez que sua duração média e taxa eram muito baixas em termos internacionais. Por outro lado, o grau de informalidade era elevado, absorvendo aqueles que não conseguiam se empregar nos setores modernos.¹

O ajuste do mercado de trabalho diante da crise, para alguns autores, se dá pela expansão da ocupação clandestina, típica da economia submersa². Outros afirmam que, apesar da constante deterioração da economia brasileira nos anos oitenta, o ajuste do mercado de trabalho não se dá exatamente pela precarização das formas de inserção, mas pela queda do rendimento urbano. Algumas características, no entanto, são apontadas como determinantes na análise do perfil do emprego e da renda:

- v intensificação dos processos de urbanização e “terciarização” – crescimento do setor dito “terciário”, que envolve principalmente serviços – da economia;
- v aumento das taxas de atividade econômica, sobretudo das mulheres;
- v precarização das relações de trabalho, evidenciada através da redução dos níveis de cobertura social e/ou de menores níveis de remuneração; e
- v a concentração dos níveis de rendimento.³

Os dados de participação no mercado de trabalho indicam que, apesar da má performance da economia nos anos oitenta, há um crescimento sustentado da População Economicamente Ativa e da População Ocupada. O aumento da taxa de participação, porém, é dado pela inserção precária de novos indivíduos no mercado de trabalho com elevação do percentual de ocupados sem carteira assinada, relativamente aos empregados com carteira assinada, além da queda do assalariamento nas atividades não agrícolas, rompendo a tendência de assalariamento formal da década anterior. No

¹ URANI, 1996.

² CACCIAMALI (1989), um dos autores que defendem esta tese, define *economia submersa ou subterrânea* como caracterizada pelas atividades econômicas que não cumprem regulamentações institucionais, operam total ou parcialmente na ilegalidade, enquanto que o termo *setor informal* representa o segmento da estrutura produtiva organizado sob a forma de pequena produção.

³ Oliveira; Porcaro & Jorge, 1995, p.147.

quadro urbano, constatou-se uma participação menor dos empregados no setor privado e, em contrapartida, uma expansão do número de trabalhadores autônomos.⁴

No início da década de 90, com o Plano Collor, tentou-se combinar uma política de estabilização com reformas estruturais de grande vulto, como a abertura comercial e um esboço inicial de privatização. Essa política provocou uma recessão comparável à do início dos anos 80, que fez que a abertura comercial não se traduzisse em um ressurgimento do déficit em conta corrente, num empobrecimento generalizado do conjunto da PEA e numa queda da desigualdade de renda. O contexto recessivo perdurou, apesar de uma tentativa de retorno ao crescimento no governo Itamar Franco, até o Plano Real, a política de estabilização mais bem sucedida das últimas três décadas. Os primeiros resultados desta política foram a aceleração do crescimento, com aumento significativo de salários reais (sobretudo dos mais baixos), mesmo em detrimento das rendas médias, e uma rápida deterioração das contas externas, em particular do balanço comercial, devido ao aumento das importações.⁵

Uma análise mais detalhada do mercado de trabalho permite identificar certas oscilações no comportamento dos níveis de ocupação e desocupação nos períodos intermediários da década de oitenta. O crescimento das taxas de participação nesta década está relacionado sobretudo à elevação da componente População Ocupada da PEA. Não tem efeitos sobre as taxas de desemprego aberto do primeiro período da década de 80, marcadamente recessivo. As taxas de participação continuam elevadas em relação ao período anterior à crise e só voltam a cair substancialmente na década de 90. Quando analisada em relação ao sexo, percebe-se a queda da taxa de participação masculina com aumento das taxas de desemprego aberto, enquanto que, para as mulheres, mesmo com taxas de ocupação crescentes, os índices de desemprego elevam-se, denotando a inserção crescente da PIA feminina no mercado de trabalho. Este fenômeno é particularmente relevante para a análise do movimento da taxa de participação das crianças e adolescentes, pois o crescimento da participação da mulher é um importante fator na compreensão dos movimentos de queda e redução da participação dos filhos mais jovens no mercado de trabalho.

Na década de 80, com a recuperação da economia brasileira a partir de 1984, as taxas de desemprego aberto voltam a cair, determinadas pelo crescimento das taxas de ocupação, tanto para o sexo masculino quanto para o feminino, o que garante a continuidade do processo de diferenciação da PEA. Após o Plano Cruzado (fevereiro de 1986), tem-se uma reedição do período recessivo anterior dada pela elevação das taxas de desemprego e crescimento das taxas de participação, com vistas à manutenção do padrão de vida anterior à crise, sobretudo para as

⁴ Oliveira; Porcaro & Jorge, 1995, p. 154.

⁵ URANI, 1996, p.109-110.

mulheres nas faixas consideradas mais produtivas (20 e 39 anos) e em ocupações mais qualificadas.⁶

Nos anos 90, o crescimento da oferta de trabalho é menor, mas a informalidade cresce pela deterioração da ocupação formal e as taxas de desemprego se descolam dos movimentos conjunturais. Com a recessão econômica e a abertura comercial com apreciação cambial e reestruturação organizacional, agravam-se as condições de empregabilidade e piora ainda mais o quadro social das regiões metropolitanas brasileiras.⁷ No final da década de 90, com o agravamento da crise internacional e a manutenção da política de ajuste que atinge fortemente o mercado de trabalho pelo seu caráter recessivo, observa-se um salto significativo das taxas de desemprego no Brasil.

Tabela 2. 1 – Taxas de Desemprego e de Atividade (%)

Anos	São Paulo		Belo Horizonte		Porto Alegre		Salvador	
	Desemp.	Ativid.	Desemp.	Ativid.	Desemp.	Ativid.	Desemp.	Ativid.
1983	9,3	56,3	10,1	53,6	8,4	56,8	7,2	50,5
1984	8,1	57,1	8,4	53,7	7,0	56,2	7,6	53,1
1992 ⁸	10,4	58,6	9,6	58,9	7,1	62,8	15,1	56,9
1993	9,5	58,8	8,3	58,9	6,5	62,3	15,1	56,9
1995	8,4	58,4	7,0	59,2	7,5	62,4	9,6	59,1

Fonte: PNAD, reproduzido de AZEVEDO & MENEZES, 1996.

Do ponto de vista da renda, a década de 80 caracterizou-se por acentuar a desigualdade da distribuição de renda pessoal, num contexto onde esta distribuição já é bastante concentrada. Avalia-se que o grau de concentração de renda ampliou-se nos anos oitenta, tendo como principais determinantes a crise do início da década e a aceleração inflacionária após o Plano Cruzado.⁹ O ano de 1986, quando foi adotado o Plano, apresenta um perfil distributivo completamente atípico, com crescimento dos salários reais e conseqüente aumento do consumo. Apesar da recuperação da economia no período do Plano Cruzado, constatou-se a estabilidade bastante elevada do nível de pobreza no Brasil, demonstrando a persistência da crítica situação socio-econômica da maioria da população.¹⁰ Associando o comportamento do mercado brasileiro às oscilações da política macroeconômica, pode-se afirmar que o grau de flexibilidade deste mercado de trabalho como um todo pode ser considerado muito elevado na década de 80. No entanto, difere substancialmente em seus diferentes compartimentos (setoriais, de níveis educacionais, posições na ocupação etc.) e a depender do tipo de choque a que é mais ou menos rígido.¹¹

⁶ Oliveira; Porcaro & Jorge, 1995.

⁷ Azevedo & Menezes, 1996, p. 3.

⁸ A partir de 1992 ocorre importante mudança metodológica na PNAD/IBGE, que será melhor explicada na seção 2.3.2, página 19.

⁹ Miller, 1995, p.181

¹⁰ Ribeiro; Sabóia & Branco, 1995, p.124-125.

¹¹ Urani, 1996, p. 118.

Avalia-se que o crescimento da renda na década, além de ser modesto, ocorreu de forma muito desigual, indicando perda real dos rendimentos da metade mais pobre da população e do aumento real dos rendimentos dos mais ricos, sendo tanto maiores os aumentos quanto mais rico o segmento populacional. Os estudos sobre distribuição de renda revelam uma redução da porcentagem da renda que os 50% mais pobres detinham em 1981 de 13,4% para 10,4% no final do período¹², diminuindo a participação desta parcela da população na renda total.

O rendimento real médio do trabalho caiu drasticamente no início da década de 90, com o achatamento do salário mínimo a seu menor valor, em termos reais, desde sua criação, em 1940. A partir de 1993, tanto o salário mínimo quanto o real médio voltariam a aumentar, e particularmente em 1995, com a implantação do Plano Real.¹³

No que concerne ao rendimento das famílias, a contenção da queda se dá, principalmente, pela redução do seu tamanho e aumento do número de pessoas delas ocupadas, determinado, principalmente, pelo maior ingresso da mulher no mercado de trabalho. Apesar de uma redução na renda pessoal, a renda familiar se mantém com a inserção da mulher e dos filhos mais velhos no mercado de trabalho. Uma estratégia que possibilitou mascarar o empobrecimento na década de 80 foi a incorporação dos diversos componentes familiares à força de trabalho, o que servia para compensar os efeitos perversos, no interior da família, do agravamento do perfil de distribuição da renda da PEA.¹⁴ São três os principais fatores para a redução do número médio de componentes das famílias:

- v redução da taxa de fecundidade, registrada a partir da década de 60 e com maior intensidade nas décadas seguintes, resultado do processo de urbanização e popularização dos métodos contraceptivos;
- v processo de nuclearização das famílias, com a redução da permanência de outros parentes com o núcleo conjugal e filhos na mesma moradia¹⁵;
- v a elevação do número de separações conjugais é também um fator importante para a redução do número médio de componentes das famílias.

O declínio da taxa de fecundidade generalizou-se por todas as regiões e classes sociais, atingindo também as populações urbanas marginalizadas e a população rural, embora este fenômeno não ocorresse de forma homogênea no conjunto social e regional do país¹⁶. A análise da dinâmica demográfica nos mostra, portanto, que o Brasil apresentou queda constante da taxa de crescimento da população, associada, principalmente, à acelerada redução dos níveis de fecundidade. Este movimento é confirmado na década de 90, com os resultados da Contagem Populacional de 1996.

¹² Ribeiro; Sabóia & Branco, 1995, p.123.

¹³ Urani, 1996., p. 120.

¹⁴ Cervini & Burger, 1991, p. 22.

¹⁵ Ribeiro; Sabóia & Branco, 1995, p.127.

¹⁶ Oliveira; Porcaro & Jorge, 1995.

Estes fatores concorrem para caracterizar o processo de aumento da renda familiar na década de oitenta, pautado na diminuição do tamanho das famílias e incorporação de membro adicional, sobretudo mulheres e filhos mais velhos, ao mercado de trabalho, fenômeno este que não anula o efeito de concentração da renda no período, dado um patamar de rendimentos extremamente baixo, com fortes impactos sobre as condições de vida da população. Em meados da década de 90, a tendência de queda do rendimento individual se reverte com a implantação do Plano Real, levando a uma melhoria do rendimento familiar, acentuada pelo declínio da taxa de fecundidade. A renda familiar só não volta a cair no final da década, com o aumento do desemprego, devido à inserção de outros membros da família no mercado de trabalho. A taxa de participação de crianças não cresce, pois existe mão-de-obra adulta disposta a inserir-se no mercado de trabalho com rendimentos reduzidos.

2.1.1 Aspectos Demográficos

De acordo com os dados amostrais da PNAD, a evolução da estrutura etária na década de 90 reflete os efeitos da queda na taxa de fecundidade ocorrida no país durante as últimas décadas. As modificações apontam no sentido de um crescimento na participação dos adolescentes e leve diminuição das crianças. No Brasil urbano as crianças passam de 11,4% para 10,9% em contrapartida os adolescentes crescem sua participação na população total de 6,1% para 6,6% entre os anos de 92 e 96. O crescimento da proporção de adolescentes é acentuadamente mais elevado na Bahia e RMS intensificando-se nesses locais os maiores efeitos da chamada “onda jovem”. Na Bahia os adolescentes saem de 6,8% para 7,6% enquanto que na RMS, de 6,5% para 7,7%.

Na análise da população urbana para o Brasil na década de 90, com base nos dados das PNAD de 1992, 1993, 1995 e 1996, os indivíduos de 10 a 14 anos representavam 10,9% da população e os de 15 a 17 anos apenas 6,6% em 1996. Há variações desta composição de acordo com a região do país. No Sudeste, tanto crianças como adolescentes representam fatias menores da população total, com respectivamente 10,2% e 6,2% da população. Já no Nordeste e na Bahia esses números são maiores. Na primeira região, a faixa de 10 a 14 anos corresponde a 12,1% e a de 15 a 17 anos 7,4% da população. Para a Bahia os valores são os mais elevados, 13,0% para crianças e 7,6% adolescentes. Essa estrutura etária mais jovem também está representada na RMS onde crianças participam com 11,8% e os adolescentes 7,7%.

**Tabela 2. 2 – Estrutura da População Urbana de Crianças e Adolescentes
Década de 1990 (%)**

	1992	1993	1995	1996
Crianças (10 a 14)				
BR	11,4	11,6	11,2	10,9
SE	10,7	10,8	10,6	10,2
NE	12,4	12,9	12,3	12,1
Bahia	13,1	13,8	13,3	13,0
RMS	12,3	12,9	11,7	11,8
Adolescentes (15 a 17)				
BR	6,1	6,2	6,5	6,6
SE	5,9	5,9	6,2	6,2
NE	6,7	7,0	7,3	7,4
Bahia	6,8	6,9	7,9	7,6
RMS	6,5	6,8	7,5	7,7

Fonte: PNAD, nossos cálculos.

A questão da queda nas taxas de fecundidade e de crescimento populacional é bastante discutida na literatura pois diz respeito ao ritmo de crescimento mais lento da parcela da PEA com menos de 18 anos em comparação ao conjunto da PEA no período. A análise da inserção da criança e do adolescente no mercado de trabalho com base na dinâmica demográfica da população brasileira nos sugere que o decréscimo da taxa de fecundidade, e conseqüente decréscimo do incremento da população jovem na década de oitenta, são fatores determinantes da estabilidade da taxa de participação destes no mercado de trabalho. A década de oitenta é caracterizada, quanto à análise da incorporação dos mais jovens ao mercado de trabalho, pela retração do incremento da taxa de participação desta parcela da população, se comparada com períodos anteriores. A continuidade deste movimento demográfico influencia também na queda da participação na década de 90.

Entre crianças e adolescentes não há diferenças significativas por sexo, apenas uma proporção pouco menor de mulheres nas duas faixas etárias. A população urbana constitui maioria no país, 79,4% do total em 96. O número mais elevado de crianças na área rural como parte da estratégia de sobrevivência da família do campo, assim como a atração da cidade para os adolescentes em busca de oportunidades de emprego e maior escolaridade podem estar por trás de uma concentração urbana levemente diferenciada entre crianças e adolescentes. O grupo de 10 a 14 anos concentra-se em 76,7% na área urbana do país ao passo que para os indivíduos de 15 a 17 anos este número é um pouco maior, 78,8%.

No Sudeste, devido à maior mecanização do campo e o desenvolvimento das cidades no interior, tem-se 87,1% das crianças e adolescentes na área urbana. Diferentemente do Nordeste, mais agrário, onde apenas 60% das crianças e 64% dos adolescentes residem em área urbana.

Na população urbana brasileira, aqui considerando o conjunto da população e não apenas os mais jovens, os brancos constituem a maioria, representando 57% dos indivíduos contra 42% de negros¹⁷. Esta proporção entretanto, apresenta grandes variações conforme a região urbana do país. No

Sudeste, pretos e pardos respondem por apenas 32% contrapondo-se ao peso de 69% desse grupo no Nordeste. Na Bahia os números chegam a 75% da população com uma concentração ainda maior na RMS onde 78% dos indivíduos são negros.

Os homens estão mais presentes na população negra. No Brasil urbano, entre as mulheres 40,5% são negras pelos dados da PNAD em 96 ao passo que entre os homens registram-se 42,5%. No Nordeste esta diferença é um pouco maior sendo que 66,2% das mulheres e 69,2% dos homens são negros. Para RMS esses números são 76,4% das mulheres e 79,2% dos homens.

De acordo com dados da PNAD, a composição da população urbana segundo a cor sofre poucas alterações entre os anos de 92 e 96. A proporção de negros no Brasil urbano mantém-se em 41,5% da população em 96, assim como a população de brancos, que são 58% dos brasileiros. No Nordeste, região do país onde há maior incidência de negros, este grupo passa de 69,6% em 92 para 67,6% em 96. Na Bahia esses números caem ainda mais, de 78,2% para 73,6% e na RMS um pouco menos, 80,5% em 92 para 77,7% em 96, o que pode indicar um aumento da migração de brancos para estas regiões.

A parcela da população de amarelos e indígenas perfaz apenas 0,6% no Brasil urbano. É no Sudeste que este grupo representa maior proporção, 0,8%. Na RMS eram 0,5% da população em 96, comparativamente mais do que em 92, 0,2%.

O decréscimo dos fluxos migratórios interregionais e conseqüente urbanização das regiões metropolitanas e cidades médias, principalmente no Nordeste, concorreram para o incremento da participação dos adolescentes (15 a 17 anos) no mercado de trabalho, durante os anos 80. O processo de urbanização brasileiro, determinado pelo esvaziamento rural, expulsão nordestina e absorção migratória predominante em São Paulo, assume, na década de oitenta, características diversas das registradas nas décadas anteriores. Dada a diminuição do fluxo migratório para a região Sudeste, associada, principalmente, à crise econômica enfrentada pelo país e à incapacidade dos grandes centros urbanos de absorção da mão-de-obra disponível, ocorre um redirecionamento de parte da população no sentido inverso ao de décadas passadas. Constata-se a ocorrência de uma rápida redistribuição espacial da população no período da década de 1980, caracterizando uma redução dos níveis de mobilidade interregional, ocasionando redução das migrações para a região Sudeste e com uma suposta retenção da população nordestina em sua região, o que levaria a um crescimento das cidades médias, capitais e regiões metropolitanas locais.¹⁸ A década de oitenta é marcada, portanto, pelo crescimento urbano expressivo determinado, sobretudo, por contingentes populacionais impulsionados por correntes migratórias intra-regionais e pela redução do ritmo das correntes migratórias nordestinas para outras regiões, com o crescimento das regiões metropolitanas

¹⁷ Foram considerados negros os indivíduos classificados como pretos ou pardos.

¹⁸ Oliveira & Felix, 1995a, p. 38.

menos desenvolvidas, capitais e cidades de porte médio, possibilitado pela retenção das populações migrantes em suas próprias áreas urbanas.

Nos anos 90, o crescimento da oferta de trabalho é menor. As mudanças no mercado de trabalho se dão na qualidade e intensidade da informalidade, novas formas de irregularidades do trabalho que ampliam a grande heterogeneidade das ocupações existentes.¹⁹ A informalidade, portanto, ganha novas dimensões, passando a incorporar contingentes antes empregados no mercado formal, que perderam seus postos no processo de reestruturação produtiva e organizacional, abertura econômica e com a redução do ritmo da atividade econômica, sobretudo no fim da década.

2.2 CAI A TAXA DE PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NOS 90

O comportamento do mercado de trabalho para as crianças e adolescentes apresentou movimentos distintos nas duas últimas décadas, com uma queda na taxa de participação nos anos 90, invertendo o processo de crescimento ocorrido nos anos 80. Esta modificação se revelou de forma diferenciada para cada contexto regional e com intensidades distintas entre as crianças de 10 a 14 anos e os adolescentes de 15 a 17 anos.

Durante a década de oitenta, o trabalho das crianças e dos adolescente foi afetado pela conjuntura econômica de forma diferenciada para cada faixa etária e para cada contexto regional. Os dados apresentados por Sabóia & Bregman (1993) para o Brasil urbano, com base nas informações da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), revelam estabilidade da taxa de participação das crianças de 10 a 14 anos, passando de 10,9%, em 1981, para 11%, em 1990.

A partir de 1992, as PNAD ampliaram tanto sua cobertura temática (abordando temas como migração, fecundidade e nupcialidade), como o conceito de trabalho, de forma a captar indivíduos que exercem atividades econômicas, anteriormente não caracterizados como ocupados. A principal modificação ocorreu no conceito de trabalho, com a definição de duas novas categorias: trabalhadores na produção para o próprio consumo e trabalhadores na construção para o próprio uso, além de isolar a categoria de trabalhadores domésticos. Além destas modificações, “o IBGE passou a considerar como ocupadas as pessoas de 10 e mais que realizaram algum trabalho não remunerado durante pelo menos 1 hora na semana de referência, no lugar das 15 horas anteriormente exigidas”.²⁰ Estas modificações nas PNAD são especialmente importantes para o mercado de trabalho infanto-juvenil, no qual é marcante a presença do trabalho não remunerado e de atividades para o próprio consumo e uso, identificados muito proximamente com o trabalho no grupo familiar.

Mesmo com estas modificações conceituais, no Brasil, as taxas de participação urbana para crianças e adolescentes de 10 a 17 anos declinaram ao longo do período de 1992 a 96; iniciou-se a década

¹⁹ Azevedo & Menezes, 1996, p. 3.

²⁰ Graziano da Silva & Del Grossi, 1997, p.247.

em patamares elevados de participação, passando de 26,8% em 1992 para 22,7% em 1996. As maiores variações ocorreram entretanto na faixa dos 15 a 17 anos²¹. As crianças de 10 a 14 anos sofreram uma queda menor de sua participação na década de 90. Apesar de um crescimento na taxa de participação das crianças de 10 a 14 anos no início da década, em relação à década de 80, em 1996 a taxa de participação retorna a patamares da década anterior, o que indica de fato uma menor participação devido à mudança no conceito de trabalho ocorrida em 1992. Portanto, é importante observar que a participação das crianças e adolescentes cai significativamente na década de 90, mesmo com a maior abrangência conceitual da PNAD, sobretudo para o trabalho nestas faixas etárias.

**Tabela 2.3 – Taxas de Participação Urbanas de Crianças e Adolescentes
Décadas de 1980 e 1990 (%)**

	1981	1990	1992	1993	1995	1996
Crianças (10 a 14)						
BR	12	11	14,6	14,3	13,2	10,9
SE	11	10	12,0	11,6	10,2	9,1
NE	11	13	15,6	14,8	14,4	11,2
BAHIA	-*	-	17,3	16,3	14,4	10,9
RMS	-	-	8,8	8,6	10,0	5,8
Adolescentes (15 a 17)						
BR	44	46	49,3	47,8	45,9	42,2
SE	48	48	49,2	47,2	45,4	43,7
NE	34	40	38,3	37,1	36,8	30,5
BAHIA	-	-	47,4	45,1	43,3	34,3
RMS	-	-	36,1	33,5	35,0	29,5
Crianças e Adolescentes (10 a 17)						
BR	-	-	26,8	26,1	25,3	22,7
SE	-	-	25,1	24,1	23,3	22,2
NE	-	-	23,6	22,6	22,7	18,6
BAHIA	-	-	27,6	25,9	25,2	19,6
RMS	-	-	18,2	17,3	19,8	15,2

Fonte: PNAD, 1981 e 1990 apud Miller, 1993; demais períodos, nossos cálculos.

* Dados não acessados.

No que concerne à inserção das crianças no mercado de trabalho nas grandes regiões na década de 80, ressalta-se o decréscimo da sua taxa de participação no Sudeste, enquanto na região Nordeste o número de crianças ocupadas ou desocupadas é crescente, representando 10,3% da PIA, em 1981, e 12,2%, em 1990. O movimento se inverte na década de 90, com a queda da taxa de participação das crianças no país e com a aproximação entre as taxas de participação das crianças do Nordeste e do Sudeste. Na década de 90, apesar do movimento decrescente, a taxa de participação de crianças de 10 a 14 anos no Nordeste é superior à do país como um todo e pode ser considerada elevada com base nas comparações internacionais da OIT. No entanto, as taxas decrescem mais rapidamente na região Nordeste que no Sudeste, com a aproximação das duas regiões em 1996.

²¹ Houve crescimento tanto dos indivíduos na faixa como da inatividade confirmado também pela menor queda da taxa de ocupação.

Para os adolescentes de 15 a 17 anos, a taxa de atividade sobe no país na década de 80, alcançando 45,1% da PIA em 1990, no Nordeste (30,8% e 37,6%, em 1981 e 1990) e no Sudeste. Cresce mais no Nordeste que no Sudeste. Este movimento é bem diverso na década de 90, quando a taxa de participação dos adolescentes cai sobretudo no Nordeste, que tem taxas inferiores às do Sudeste no período.

A taxa de participação de crianças não difere substancialmente entre regiões, mesmo que o nível de renda seja distinto, sendo muito próximas quando comparados o Nordeste e o Sudeste do Brasil. Na análise das taxas de atividade dos adolescentes, fica claro que seus níveis de incorporação ao mercado de trabalho são bastante diferentes quando identificados distintos contextos urbanos. Como podemos ver na Tabela 2.3, enquanto as taxas de participação das crianças são bem próximas, independente da região do país, as taxas dos adolescentes variam fortemente, sendo mais reduzidas no Nordeste em relação ao Sudeste.

É importante destacar a significativa queda da taxa de participação tanto de crianças como de adolescentes na região Nordeste, na Bahia, mas principalmente na Região Metropolitana de Salvador na década de 90, com uma queda brutal do ano de 1995 para o ano de 1996 segundo dados das PNAD (Tabela 2.3).

A análise dos períodos intermediários da década de 80 reforça a tese apresentada por diversos autores de que, assim como os adultos, as crianças e adolescentes têm sua incorporação na força de trabalho fortemente influenciada pelas oscilações próprias da dinâmica do mercado de trabalho, diante da conjugação de períodos de crise e aceleração da economia na década de oitenta. Conforme os dados da Tabela 2.3, podemos concluir que as taxas de atividade das crianças e adolescentes têm acompanhado os ciclos econômicos.

*Tabela 2. 4 - Taxa de Atividade das Pessoas de 10 a 17 anos
por grupos de idade
Brasil – Nordeste – Sudeste Urbano 1981/1990 (%)*

ANO	10 A 14 ANOS			15 A 17 ANOS		
	BR	NE	SE	BR	NE	SE
1981	10,9	10,3	10,6	42,2	30,8	46,8
1983	10,6	10,4	10,3	41,4	31,3	61,6
1985	12,4	11,9	12,0	45,7	36,0	49,6
1987	12,1	10,9	11,9	46,5	35,4	59,2
1989	12,1	12,0	11,4	45,5	35,6	60,4
1990	11,0	12,2	9,9	45,1	37,6	59,1

Fonte: PNAD/IBGE apud Sabóia & Bregman, 1993.

A participação das crianças na faixa etária de 10 a 14 anos no conjunto da PEA cresceu de 10,9% em 1981 para 12,4% em 1985, ano marcado pela recuperação econômica e recomposição dos níveis de emprego, enquanto que para os adolescentes a sua incorporação ao mercado de trabalho urbano passa de 42,2% no início da década, para 45,7% em 1985.²² O decréscimo das taxas de atividade deste grupo etário no final da década, período caracterizado pela elevação das taxas de desemprego, sugere que nos momentos de crise e recessão, os primeiros a serem atingidos são a parcela da população que não constitui mão-de-obra qualificada, na qual está incluída uma quantidade expressiva de crianças e adolescentes. O mesmo não pode ser dito da década de 90, quando há uma queda contínua das taxas de participação.

Portanto, dentre as vertentes teóricas existentes temos duas visões que formam um paradoxo. Por um lado, alguns autores afirmam que “a crise, ela mesma, não facilita o ingresso e a permanência dos mais jovens no mercado de trabalho, tendendo mais a expulsá-los do que a retê-los”²³, na medida em que seleciona mais rigorosamente aqueles que conseguem inserir-se no mercado. Por outro lado, defende-se que “a degradação do nível de renda, principalmente dos mais pobres, em consequência da grave crise econômica dos anos 80, levou as famílias a incentivarem o ingresso precoce de seus filhos no mercado de trabalho”²⁴, o que se refletiria numa maior taxa de participação dos mais jovens.

A conclusão a que podemos chegar é que não há uniformidade nem consenso na avaliação do tamanho do mercado de trabalho de crianças e adolescentes medido pela taxa de participação na década de 80, apesar de muitas vezes a fonte para obtenção deste dado seja a mesma. Para Miller²⁵, a taxa de atividade no setor urbano, apresentou redução para as crianças do país como um todo, estabilidade no Sudeste e crescimento no Nordeste. Para os adolescentes, a taxa de atividade no setor urbano, apresentou crescimento tanto no país quanto no Nordeste, e manteve-se no Sudeste.

Estas afirmações confirmam-se com a análise da Tabela 2.3, na qual são feitas referências a diferentes autores que tratam fontes idênticas e chegam a diferentes resultados para a década de 80.

A despeito das divergências acerca do tamanho do mercado de trabalho infantil na década passada, os dados apresentados nos mostram que, apesar da relativa estabilidade do número de crianças e adolescentes na PEA durante os anos oitenta e queda substancial nos anos 90, o envolvimento precoce desta parcela da população com o trabalho ainda é intenso.

Cervini & Burguer (1991) chamam a atenção, no entanto, para o fato de que uma parcela não desprezível do trabalho infantil pode não estar sendo apreendida pela medição clássica de mercado de trabalho. A taxa de participação como medida da pressão sobre o mercado de trabalho é

²² Ribeiro; Sabóia & Branco, 1995, p.130.

²³ Bairros, 1992, p. 6.

²⁴ Miller, 1993, p. 257.

particularmente problemática no contexto do trabalho infantil em relação à idade inferior da PIA e à zona de indefinição entre inatividade e atividade no que concerne a muitos aspectos do trabalho doméstico e da frequência escolar.

Existe uma parcela da população infanto-juvenil que, ao se dedicar exclusivamente aos afazeres domésticos e ao estar simultaneamente excluída do sistema escolar, é considerada como não tendo nenhuma atividade produtiva, não sendo agregada, portanto, nas estatísticas que aferem o mercado de trabalho das crianças e adolescentes. Nas regiões menos desenvolvidas, onde o trabalho doméstico, realizado principalmente pela menina, assume papel importante na caracterização da ocupação das populações mais pobres, o número de crianças e adolescentes envolvidos com atividades realizadas no interior do domicílio concomitante à não frequência a escola é facilmente subestimado.

Na apresentação dos dados para a Região Metropolitana de Salvador, Bairros²⁶ mostra que em 1988 a taxa de participação das crianças de 10 a 14 anos era de 12% para os meninos e 5,8% para as meninas. A agregação dos indivíduos que se dedicam exclusivamente a afazeres domésticos muda esta realidade: os meninos mantêm uma certa estabilidade na sua taxa de atividade (12,2%), enquanto que as meninas dobram a sua participação no mercado de trabalho (11,6%). Na década de 90, a taxa de participação para as crianças e adolescentes da RMS estava no patamar de 18,2% em 1992, coincidindo com a média brasileira da década anterior, considerada pela OIT como uma das mais elevadas do mundo. Tal taxa de participação apresentou, segundo as PNAD, ligeira queda em 1993 (17,3%), um novo aumento considerável em 1995 (19,8%), voltando a cair para níveis bem abaixo daqueles do início da década, para 15,2% em 1996. O movimento é o mesmo para o grupo de crianças de 10 a 14 anos (de 8,8% em 1992 para 5,8%) e de adolescentes de 15 a 17 anos (de 36,1% em 1992 para 29,5% em 1996). No Estado da Bahia, o movimento de queda da taxa de participação urbana foi bastante significativo na década de 90. Sobretudo entre 1995 e 1996, quando a taxa de participação das crianças passou de 14,4% para 10,9% e dos adolescentes de 43,3% para 34,3%.

Tanto no Estado da Bahia como um todo como na RMS as taxas de participação dos jovens de 10 a 17 anos caíram na década de 90. Na RMS, área mais urbanizada do Estado, a participação dos jovens é bem menor que no Estado, o que reflete a importância do trabalho infanto-juvenil nas áreas rurais.

Os dados apresentados nas tabelas podem não representar toda a extensão da realidade da inserção dos mais jovens na força de trabalho, na medida em que não consideram o contingente de jovens e adolescentes que se dedicam exclusivamente a afazeres domésticos.

²⁵ Miller, 1993, p. 257.

²⁶ Bairros, 1992.

As principais conclusões a que podemos chegar acerca das taxas de participação das crianças e adolescentes no Brasil podem ser enumeradas em cinco, conforme sugestão de Cervini & Burger (1991).

1. A taxa de participação para crianças e adolescentes é função da idade, acompanhando o movimento dos adultos, ou seja, é maior para os adolescentes.
2. A taxa de participação feminina é sempre inferior à masculina, em qualquer faixa etária, particularmente na de 10 a 14 anos. No entanto, esta condição muda se incorporada às estatísticas a parcela da população que se dedica exclusivamente a afazeres domésticos.
3. As taxas de atividade das crianças são similares, dados diferentes contextos urbanos, enquanto a taxa de participação dos adolescentes variam fortemente, de acordo com a heterogeneidade da estrutura do mercado de trabalho em diversas regiões do país. Portanto, a entrada de crianças no mercado de trabalho tem determinantes diversos da entrada de adolescentes.
4. A taxa de participação de crianças e adolescentes negros é superior à dos brancos, especialmente na faixa de 10 a 14 anos.
5. Por fim, não podemos deixar de constatar que existe controvérsia quanto ao tamanho do mercado de trabalho de crianças e adolescentes no país na década de oitenta, com resultados numéricos diferenciados na literatura.

Estas conclusões são, em geral, também verdadeiras para a década de 90, sendo que os trabalhos disponíveis com uso de fontes numéricas ainda começam a ser mais divulgados. Optamos, portanto, por recorrer, sempre que possível diretamente a dados das pesquisas nacionais.

É importante fazer uma distinção da participação no mercado de trabalho das meninas e dos meninos no Brasil, nas grandes regiões e, mais especificamente na Bahia e na RMS. As características de participação diferem muito quando é considerado o sexo, tanto para crianças como para adolescentes. Os meninos sempre participam mais do mercado de trabalho que as meninas, mas a queda da participação observada na década de 90 foi mais importante para os meninos.

Chama atenção o movimento atípico da taxa de participação dos homens no Nordeste entre 93 e 95, quando a taxa cresce mais para os homens de 15 a 17 anos do que para os de 10 a 14, sendo que para as duas faixas a ocorrência de crescimento diferencia a região Nordeste do Sudeste do Brasil. A queda de participação acentuada dos meninos na Bahia e na RMS pode ser um elemento importante na aproximação da taxa de participação do Nordeste daquelas do país como um todo e do Sudeste. Por outro lado, pode também indicar o crescimento das atividades domésticas entre os

meninos, o que nem sempre é devidamente contabilizado como participação em atividade econômica, sobretudo quando efetuada na forma de ajuda a familiares.²⁷

Quanto às meninas, a taxa de participação cai mais para aquelas que têm entre 10 e 14 anos do que para as adolescentes de 15 a 17 anos. No Estado da Bahia, a queda na participação ocorre tanto para as meninas quanto para as adolescentes, no entanto, na RMS há uma certa estabilidade na participação das adolescentes, o que indica uma queda na participação no conjunto das adolescentes nas demais regiões do Estado. Destaca-se a queda na taxa de participação das meninas de 10 a 14 anos bastante acentuada na RMS, que pode refletir a saída das meninas para a escola, onde elas estão mais presentes que os meninos e obtêm melhores resultados.²⁸

As taxas de participação são mais elevadas no Nordeste que no Sudeste apenas para os meninos de 10 a 14 anos. Para as meninas na mesma faixa, não há diferença para as duas grandes regiões no final da década. Para os adolescentes, a região Nordeste tem taxas de participação menos elevadas que a região Sudeste, tanto para meninos quanto para meninas.

*Tabela 2. 5 – Taxas de Participação Urbanas de Meninos, por faixa etária
Década de 1990 (%)*

	1992	1993	1995	1996
Crianças (10 a 14)				
BR	19,1	18,7	17,1	14,0
SE	15,2	15,0	12,8	11,3
NE	21,0	19,3	19,4	16,0
Bahia	22,3	20,5	18,6	14,4
RMS	11,3	10,6	13,4	8,0
Adolescentes (15 a 17)				
BR	61,2	58,9	56,4	50,6
SE	60,9	57,6	55,0	51,2
NE	48,8	47,0	48,5	40,0
Bahia	58,7	56,5	55,7	43,8
RMS	45,2	41,7	44,9	34,2
Crianças e Adolescentes (10 a 17)				
BR	33,7	32,6	48,1	27,9
SE	30,9	30,0	28,4	26,5
NE	30,7	28,8	30,2	25,0
Bahia	34,5	32,3	32,3	25,2
RMS	23,0	21,0	26,0	18,2

Fonte: PNAD, nossos cálculos.

²⁷ Uma indicação desta mudança nas atividades poderá ser observada na análise das ocupações, na seção 2.3.

²⁸ O que será melhor visto no Capítulo 4 deste trabalho.

*Tabela 2. 6 – Taxas de Participação Urbanas de Meninas, por faixa etária
Década de 1990 (%)*

	1992	1993	1995	1996
Crianças (10 a 14)				
BR	10,0	10,0	9,2	7,6
SE	8,6	8,2	7,6	6,8
NE	10,2	10,3	9,4	6,5
Bahia	13,0	11,8	10,1	7,5
RMS	6,2	6,4	7,0	3,7
Adolescentes (15 a 17)				
BR	37,8	37,0	35,5	33,6
SE	38,0	36,9	35,7	35,9
NE	27,7	27,1	25,3	21,6
Bahia	36,5	33,9	31,0	25,1
RMS	26,6	25,4	25,3	25,0
Crianças e Adolescentes (10 a 17)				
BR	19,9	19,6	18,9	17,4
SE	19,3	18,3	18,1	17,8
NE	16,5	16,3	15,3	12,3
Bahia	20,9	19,3	18,0	14,0
RMS	13,3	13,3	14,0	12,2

Fonte: PNAD, nossos cálculos.

Apesar das diferenças regionais, a participação dos jovens no mercado de trabalho no Brasil caiu na década de 90, após ter apresentado um crescimento na década anterior, principalmente entre as crianças de 10 a 14 anos. Entre os adolescentes, ocorre também uma redução da taxa de participação, mas com menor intensidade e mantendo-se em níveis mais elevados, sobretudo para os homens; isto reflete uma maior proximidade dos adolescentes do comportamento dos adultos no mercado de trabalho, confirmando as hipóteses sobre o assunto.

2.3 OCUPAÇÕES

A discussão sobre a ocupação de crianças e adolescentes aborda a situação de inserção no mercado de trabalho da proporção dos jovens que conseguiram uma ocupação. Quanto maior a taxa de ocupação em relação à PEA, menor número de jovens que pressionam o mercado de trabalho, está disposto a trabalhar, mas não consegue, configurando a formação de um grupo de jovens desempregados.

Ao longo da década de 90, as taxas de ocupação dos jovens brasileiros economicamente ativos apresentaram um comportamento mais irregular: queda entre os anos de 92 e 93, crescimento em 1995 com o início do plano Real e novamente queda significativa em 96. As taxas de ocupação mantiveram-se muito próximas para crianças e adolescentes igualando-se em 96, a 79,5%. Os dados também revelam uma maior dificuldade de inserção das mulheres no mercado de trabalho. A taxa

de ocupação feminina caiu de 80,4% para 74,6%, comparativamente mais do que a masculina, 83,6% e 82,5% ao longo do período de 92 a 96. As diferenças maiores entre meninos e meninas concentram-se na faixa de 15 a 17 anos, pondo em evidência a existência de segmentos diferenciados no mercado de trabalho para homens e mulheres, a exemplo do emprego doméstico.

Na Bahia, a taxa de ocupação de crianças de 10 a 14 anos da área urbana mantém-se estável, com um ligeiro crescimento em 1995 e nova queda no ano seguinte. A ocupação dos adolescentes cai entre 1995 e 1996 – de 82,2% para 75,3% – sobretudo para as mulheres – de 78,8% para 66,8% nos respectivos períodos. Assim, pode-se observar que aumenta o desemprego dos adolescentes, concomitantemente ao aumento do desemprego dos adultos no Estado, que possui as maiores taxas de desemprego do país. Por outro lado, confirmam-se os indicadores positivos da queda da taxa de participação das crianças com a manutenção da taxa de desemprego e a redução da PEA infantil.

Na Região Metropolitana de Salvador especificamente, entre os jovens que participam do mercado de trabalho, as taxas de ocupação são bastante elevadas, sobretudo para as crianças. A partir do momento em que se decide pela participação econômica de uma criança de 10 a 14 anos, é muito provável que esta criança seja imediatamente direcionada para uma ocupação, a partir de indicações de seus familiares ou amigos. Assim, a ocupação das crianças da RMS é bastante elevada sobretudo no início da década (81,7% em 1992) e chega a 90,3% em 1995. No entanto, em 1996 ocorre um queda substancial da ocupação para 69,2% – o que equívale a um aumento do desemprego entre as crianças – causada, principalmente pela queda na ocupação das meninas para 62% neste mesmo ano.

A ocupação cai mais substancialmente entre os adolescentes (de 78,8% em 1992 para 67,2% em 1995), o que leva a uma queda na ocupação de todo o grupo de jovens de 10 a 17 anos (de 79,7% em 1992 para 67,7% em 1996).

O ano de 1995 tem um movimento atípico na década, com aumento na ocupação tanto para crianças como para adolescentes, o que agrava ainda mais a queda brusca que ocorre no ano seguinte para taxas de ocupação abaixo daquelas observadas no início da década.

2.3.1 Composição setorial

Ao se confrontarem os indicadores de participação setorial no mercado de trabalho da população na faixa etária de 10 a 17 anos e dos adultos, verifica-se entre os mais jovens a confirmação do movimento de terciarização da mão-de-obra na década de oitenta. Um dos fatores responsáveis pelo “inchamento” do setor terciário está intrinsecamente ligado ao incremento da desestruturação do mercado de trabalho brasileiro, assim caracterizado pela expansão do número de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada, além do aumento da presença de pequenas empresas.

No que concerne à incorporação das crianças e adolescentes no setor de serviços, podemos afirmar que, em períodos de crise, há uma tendência de crescimento da ocupação dos mais jovens neste

segmento, com destaque para o incremento da demanda de setores menos regulados da economia. Isto ocorre devido à maior facilidade de inserção em atividades que não requerem alto nível de educação ou qualificação avançada, característica que possui a mão-de-obra infantil. De acordo com os dados da PNAD, cerca de 70% das crianças e 64% dos adolescentes, em 1990, estavam incorporados às atividades terciárias. Os dados apresentados por Miller²⁹ confirmam a importância do setor de serviços na criação de postos de trabalho para crianças e adolescentes, mas o autor destaca que, embora o setor continue liderando, verifica-se que na década de 80 sua participação foi declinante, se visto separadamente do comércio de mercadorias. Consta-se nesses estudos que o trabalho infantil cresceu principalmente no comércio e outras atividades, especialmente o comércio de mercadorias que passou a absorver 25% das crianças ocupadas no Sudeste e 28% no Nordeste, em decorrência principalmente da dedicação ao comércio ambulante urbano.

Na década de 90, no Brasil urbano, a importância do setor terciário é grande para crianças e adolescentes, e crescente para os adolescentes ocupados. Cresce a ocupação das crianças brasileiras na construção civil, apesar deste setor ser o de menor representação no total de jovens ocupados.

Apesar da queda da participação de crianças na agricultura no país, esta queda não é marcante na região Nordeste, mas ocorre no Estado da Bahia.

Cresceu a proporção de crianças ocupadas no comércio no Nordeste, enquanto no Sudeste cresce a proporção de crianças ocupadas no setor Serviços, o que indica uma distinção na qualidade das ocupações exercidas pelas crianças nas duas regiões.

Entre os adolescentes há uma redução substancial de sua participação em atividades agrícolas e um crescimento em atividades de comércio e serviços, sobretudo na RMS, o que indica uma concentração crescente de jovens nos setores mais urbanizados e com maior oferta deste tipo de atividade.

²⁹ Miller, 1993, p. 260.

**Tabela 2. 7 – Crianças e Adolescentes ocupados
segundo principais setores da economia
Brasil – Nordeste – Sudeste – Bahia Urbanos e RMS – 1993 / 1996 (%)**

REGIÃO	Crianças de 10 a 14 anos			Adolescentes de 15 a 17 anos		
	1993	1995	1996	1993	1995	1996
BRASIL						
AGRICULTURA	20,5	18,7	18,5	12,1	12,3	10,0
INDÚSTRIA	10,6	11,2	11,6	14,9	14,6	15,6
CONSTRUÇÃO CIVIL	3,3	3,7	4,4	7,4	6,3	6,8
COMÉRCIO	26,9	26,4	25,7	20,3	20,3	20,5
SERVIÇOS	37,7	38,8	38,5	44,2	45,4	46,0
NORDESTE						
AGRICULTURA	21,4	24,0	24,4	13,2	18,4	14,7
INDÚSTRIA	8,7	8,9	10,1	10,1	9,1	10,9
CONSTRUÇÃO CIVIL	2,6	2,5	3,0	6,1	5,1	4,6
COMÉRCIO	30,2	28,3	41,1	22,0	20,8	22,7
SERVIÇOS	35,9	35,3	28,1	47,1	45,0	45,5
SUDESTE						
AGRICULTURA	18,2	14,5	11,9	10,7	9,1	7,0
INDÚSTRIA	11,3	12,2	13,0	18,2	17,1	17,2
CONSTRUÇÃO CIVIL	4,0	5,8	7,0	8,3	6,8	8,1
COMÉRCIO	24,8	20,3	23,8	19,0	20,2	20,9
SERVIÇOS	40,5	46,4	42,8	43,0	45,8	46,2
BAHIA						
AGRICULTURA	22,0	21,3	15,9	11,5	16,5	7,6
INDÚSTRIA	8,8	6,3	12,5	11,9	8,6	17,3
CONSTRUÇÃO CIVIL	3,4	2,7	5,3	6,5	5,8	7,6
COMÉRCIO	25,3	30,3	23,2	24,8	19,3	20,1
SERVIÇOS	39,2	37,7	41,9	44,8	47,6	46,6
RMS						
AGRICULTURA	22,3	21,5	23,0	11,7	16,5	8,5
INDÚSTRIA	8,9	6,4	7,9	11,9	8,7	10,1
CONSTRUÇÃO CIVIL	3,1	2,7	3,1	6,4	5,9	5,8
COMÉRCIO	25,8	30,6	25,7	24,5	19,7	23,1
SERVIÇOS	38,5	37,0	38,2	45,0	47,0	51,7

Fonte: PNAD/IBGE nossos cálculos.

A análise da ocupação nos diversos ramos da atividade econômica sugere uma maior precariedade da inserção das meninas no mercado de trabalho urbano. De acordo com os dados apresentados por Sabóia (1993), no início da década de noventa, os meninos na faixa etária de 10 a 17 anos ocupavam-se em sua maioria na indústria, enquanto as meninas estavam ligadas majoritariamente a atividades desenvolvidas no setor de serviços. A precariedade para elas é maior na medida em que sua inserção em atividades do setor serviços de melhor qualidade é pouco provável independentemente de sua qualificação. Tal situação se agrava se comparados os diversos contextos regionais. Na região Nordeste, o setor terciário, caracterizado mais que outros setores pelas formas de inserção precárias, é responsável pela geração de 68,3% dos postos de trabalho para as meninas entre 10 a 14 anos. Incorporando o excedente de mão-de-obra, composto geralmente por trabalhadores que buscam, através do trabalho autônomo ou em empregos precários sem a mínima proteção social, as condições para a sobrevivência, o setor de serviços é responsável também pela ocupação da maioria das jovens de 15 a 17 anos na região Nordeste (64%).

Em 1996, as crianças e adolescentes brasileiras que estavam ocupadas, segundo a PNAD/IBGE, continuavam sobretudo no setor serviços – incluindo nele o comércio, sendo 14,7% no comércio e 30,2% nos serviços – num total de 44,9% dos ocupados. Logo em seguida, os jovens estavam mais ocupados na agricultura (39,6%). A indústria ocupava 10,4% das crianças e adolescentes trabalhadores.

2.3.2. Posição na Ocupação

Os dados apresentados por diversos autores mostram que a participação de pessoas da faixa etária de 10 a 17 anos no mercado de trabalho molda-as para as piores ocupações, dificultando o acesso futuro a bons empregos. Para caracterizar as crianças e adolescentes urbanos precocemente envolvidas com o trabalho, Miller³⁰ sugere três grupos.

- v Assalariados, que representavam, em 1990, 83% dos ocupados no Brasil, 73% para o Nordeste e 89% para o Sudeste.
- v Trabalhadores não remunerados, que representavam 11,1% no Brasil, 18% no Nordeste e 7% no Sudeste.
- v Trabalhadores por conta própria, cuja participação vem decrescendo: 6,5% no Brasil, 11% no Nordeste e 4,4% no Sudeste em 1990.

De acordo com os dados da PNAD, o trabalhador infanto-juvenil da área urbana é principalmente assalariado. Cabe ressaltar, no entanto, que apesar da grande maioria das crianças de 10 a 14 anos trabalhar na condição de empregados assalariados, a demanda pelo trabalho assalariado provém dos setores não regulamentados da economia, visto que o trabalho infantil é proibido para menores de 14 anos. Dadas as características distintas do mercado de trabalho para as crianças e os adolescentes, a participação do jovem neste mercado depende, em grande parte, do nível de formalização das atividades econômicas da região em que reside, enquanto que a maioria das crianças trabalhadoras atrelam-se independentemente, como assalariadas, ao mercado de trabalho em segmentos não registrados da economia, principalmente em atividades de comércio e serviços.

Na comparação dos dados do início da década para o Brasil e Grandes Regiões, a análise para os anos oitenta, nos mostra uma maior deterioração das condições de trabalho dos mais jovens, com queda do número de trabalhadores assalariados e por conta-própria e o incremento daqueles que não recebem nenhum rendimento em troca do trabalho desempenhado. Percebe-se, no entanto, que há um grande peso dos trabalhadores sem remuneração e dos trabalhadores por conta-própria, especificamente entre as crianças, o que torna a inserção na força de trabalho deste grupo populacional precária.

A tarefa de ajudar os adultos na atividade econômica familiar vai sendo transferida para os filhos menores, quando os mais velhos vão disputar uma colocação independente no mercado de trabalho. Este fator reflete-se na maior participação das crianças em ocupações não remuneradas. A PNAD

³⁰ Miller, 1993, p. 259.

de 1990 confirma que parte expressiva da ocupação das crianças brasileiras está entre os trabalhadores não remunerados (11,1%). O principal destaque deste tipo de atividade foi sua expansão na década de oitenta, constituindo a única condição de atividade que ganhou participação. As atividades não remuneradas também são as mais importantes na década de 90, de forma crescente para o Brasil e para o Nordeste.

A análise regional também nos leva a conclusões interessantes, na medida em que a precarização das formas de inserção dos mais jovens na força de trabalho se mostra muito mais aguda para aquelas de regiões cujos mercados de trabalho são menos estruturados. Associada a um quadro de fragilidade e precariedade, a exploração da mão-de-obra infantil se dá em ocupações ainda mais precárias no Nordeste que no Sudeste. Enquanto na região Sudeste o total de trabalhadores por conta-própria e não remunerados representava cerca de 11,3% da ocupação desta camada da população, no Nordeste só os trabalhadores por conta-própria já alcançavam 11% do total da ocupação e os trabalhadores não remunerados 18%, em 1990.

A criança do Nordeste corresponde a 24,9% dos não remunerados, enquanto no Sudeste este percentual cai para 12,7%. Parcela significativa das crianças insere-se no mercado de trabalho em atividades no interior do domicílio, ligando-se ao mercado de trabalho indiretamente através da família, sem recebimento de salários.

A outra face da concentração de crianças e adolescentes em atividades precárias é a importância do segmento serviços domésticos na absorção da mão-de-obra infanto-juvenil. Sabóia (1996) afirma que uma das ocupações mais frequentes na faixa de 10 a 14 anos é o trabalho doméstico. “No Nordeste urbano, o emprego doméstico ocupava mais da metade da população de meninas trabalhadoras – 57% das crianças e 52% das adolescentes.”³¹ Também entre as adolescentes do sexo feminino o trabalho doméstico é muito comum. Bairros³² constatou que 83,8% das crianças e adolescentes encontram-se nos ramos mais tradicionais do terciário, sendo que os serviços domésticos têm uma grande importância para as meninas que representam cerca de 1/4 do total de trabalhadores domésticos da RMS.

³¹ Sabóia, p.3, 1996.

³² Bairros, p. 10 , 1992.

*Tabela 2. 8 - Pessoas ocupadas de 10 a 17 anos, por grupos de idade, segundo posição na ocupação
Brasil – Nordeste – Sudeste Urbano – 1981 / 1990 (%)*

REGIÃO	TOTAL		10 A 14		15 A 17	
	1981	1990	1981	1990	1981	1990
BRASIL						
EMPREGADOS	83,9	82,3	76,1	72,9	87,3	86,5
CONTA-PRÓPRIA	6,7	6,5	9,2	8,5	6,6	5,6
EMPREGADORES	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0	0,1
NÃO REMUNERADOS / SEM DECLARAÇÃO	9,4	11,1	18,5	7,1	7,1	7,7
NORDESTE						
EMPREGADOS	73,2	71,0	65,8	63,2	77,5	75,5
CONTA-PRÓPRIA	12,1	11,0	12,6	11,8	11,0	10,5
EMPREGADORES	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0	0,1
NÃO REMUNERADOS / SEM DECLARAÇÃO	14,7	18,0	21,7	24,9	10,6	13,9
SUDESTE						
EMPREGADOS	89,0	88,6	82,5	81,8	91,3	91,2
CONTA-PRÓPRIA	4,9	4,4	8,0	5,2	3,8	4,1
EMPREGADORES	0,0	0,2	0,0	0,2	0,0	0,2
NÃO REMUNERADOS / SEM DECLARAÇÃO	6,1	6,9	9,4	12,7	4,8	4,6

Fonte: PNAD/IBGE reproduzido de Miller, 1993, p.268.

Com a mudança de metodologia da PNAD a partir de 1992, a análise da posição na ocupação passou a ser mais detalhada, envolvendo entre os ocupados aqueles que trabalham na produção para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso. O período de consideração do exercício de uma atividade também ficou mais abrangente: passou de um mínimo de quinze horas semanais para uma hora na semana. O trabalhador não remunerado passou a ser aquele que trabalha em ajuda a membro da unidade domiciliar na produção de bens primários, como conta própria ou empregador, ou ainda a pessoa que trabalha sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana, como aprendiz ou estagiário ou em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo. Para efeito de divulgação, em todas as tabelas que apresentam a classificação por posição na ocupação, as categorias “trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar” e “outro trabalhador não remunerado” foram reunidas em uma única, que recebeu a denominação de “não remunerado”.

O trabalhador na produção para o próprio consumo é a pessoa que trabalha, durante pelo menos uma hora na semana, na produção de bens do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, para a alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar. O trabalhador na construção para o próprio uso é a pessoa que trabalhava, durante pelo menos uma hora na semana, na construção de edificações, estradas privadas, poços e outras benfeitorias (exceto as obras destinadas unicamente à reforma) para o uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

Com estas modificações metodológicas, a pesquisa passou a ser mais sensível a especificidades do mercado de trabalho, sobretudo o infanto-juvenil.

*Tabela 2.9 – Ocupados segundo posição na ocupação
Brasil – Nordeste – Sudeste – Bahia Urbanos e RMS – 1992 / 1996 (%)*

REGIÃO	Crianças de 10 a 14 anos				Adolescentes de 15 a 17 anos			
	1992	1993	1995	1996	1992	1993	1995	1996
BRASIL								
EMPREGADOS	20,0	22,5	20,9	21,7	49,5	48,5	50,3	51,1
TRABALHADORES DOMÉSTICOS	7,6	8,8	7,9	7,4	13,3	13,5	12,7	12,8
CONTA-PRÓPRIA	5,3	5,6	4,9	4,4	6,6	6,1	6,1	5,6
NÃO REMUNERADOS	54,6	55,2	56,7	57,5	27,4	28,6	27,3	26,8
TRABALHADORES NA PRODUÇÃO PARA O PRÓPRIO CONSUMO	8,4	8,1	9,0	8,3	2,8	3,0	3,2	3,3
TRABALHADORES NA CONSTRUÇÃO PARA O PRÓPRIO USO	0,5	0,3	0,5	0,7	0,3	0,2	0,3	0,3
NORDESTE								
EMPREGADOS	12,9	12,7	11,8	13,2	29,9	27,7	27,5	28,0
TRABALHADORES DOMÉSTICOS	9,6	9,8	7,6	4,5	16,6	17,6	17,2	18,5
CONTA-PRÓPRIA	6,2	7,2	5,3	5,3	10,2	9,3	8,7	8,3
NÃO REMUNERADOS	64,5	62,7	67,1	69,0	39,2	40,9	41,4	39,6
TRABALHADORES NA PRODUÇÃO PARA O PRÓPRIO CONSUMO	6,5	7,1	8,0	7,9	3,8	4,3	5,1	5,5
TRABALHADORES NA CONSTRUÇÃO PARA O PRÓPRIO USO	0,3	0,3	0,2	0,2	0,5	0,3	0,3	0,2
SUDESTE								
EMPREGADOS	35,2	35,3	35,5	38,2	63,4	64,9	67,5	66,6
TRABALHADORES DOMÉSTICOS	12,0	11,7	12,3	10,9	14,1	13,2	12,5	13,1
CONTA-PRÓPRIA	4,8	5,5	4,0	4,2	4,9	4,3	4,3	3,4
NÃO REMUNERADOS	37,3	37,8	36,9	38,9	15,2	15,4	13,1	14,4
TRABALHADORES NA PRODUÇÃO PARA O PRÓPRIO CONSUMO	9,9	9,1	10,4	6,1	2,1	2,0	2,1	1,8
TRABALHADORES NA CONSTRUÇÃO PARA O PRÓPRIO USO	0,7	0,5	0,9	1,7	0,2	0,2	0,3	0,5
BAHIA								
EMPREGADOS	16,5	16,5	14,7	13,4	36,4	32,8	33,1	33,2
TRABALHADORES DOMÉSTICOS	6,6	6,5	5,4	5,2	9,0	9,9	11,3	10,6
CONTA-PRÓPRIA	6,0	4,2	3,8	4,1	8,8	7,4	9,1	6,9
NÃO REMUNERADOS	64,9	65,1	68,7	68,8	42,8	46,2	42,2	43,9
TRABALHADORES NA PRODUÇÃO PARA O PRÓPRIO CONSUMO	5,9	7,6	7,0	8,2	2,7	3,5	4,1	5,1
TRABALHADORES NA CONSTRUÇÃO PARA O PRÓPRIO USO	0,2	0,1	0,3	0,2	0,3	0,1	0,2	0,2
RMS								
EMPREGADOS	25,5	27,4	24,3	31,7	48,8	42,6	49,1	51,7
TRABALHADORES DOMÉSTICOS	20,4	16,8	15,0	12,7	21,5	25,8	16,7	22,4
CONTA-PRÓPRIA	23,5	20,0	12,1	9,5	11,7	20,5	17,8	10,0
NÃO REMUNERADOS	27,5	30,5	47,9	30,2	15,6	10,5	14,5	13,4
TRABALHADORES NA PRODUÇÃO PARA O PRÓPRIO CONSUMO	2,0	3,2	-	11,1	1,0	-	1,5	1,0
TRABALHADORES NA CONSTRUÇÃO PARA O PRÓPRIO USO	1,0	2,1	0,7	4,8	1,5	0,5	0,4	1,5

Fonte: PNAD/IBGE nossos cálculos.

Os dados da Tabela 2.9 mostram o predomínio das ocupações não remuneradas para as crianças de 10 a 14 anos, em todas as regiões do país. Entre 92 e 96 esta posição de ocupação foi a que apresentou maior crescimento, passando de 54,6% para 57,5% no país, sugerindo uma maior participação das crianças no auxílio das atividades de familiares. A situação de empregado teve um crescimento menor durante o mesmo período (20% para 21,7%), mantendo-se na segunda posição de ocupação mais freqüente. Exceto pelo pequeno incremento dos trabalhadores ocupados na construção para próprio uso, as demais categorias de ocupação diminuíram em participação. Entre 92 e 96, ocorrem significativas mudanças no conjunto das categorias de ocupação da PNAD. As

categorias conta-própria e empregados caem ao longo destes anos, enquanto o contrário se dá com outras categorias. O trabalho não remunerado, doméstico e para o próprio consumo, cresce nesses anos. Apesar das variações mencionadas, as ocupações que mais absorvem a mão-de-obra infanto-juvenil são praticamente as mesmas em 92 e 96.

Na região Sudeste, a ocupação das crianças de 10 a 14 anos apresentou dois movimentos opostos, com indicações de melhora na qualidade, com o aumento da proporção de empregados e redução do trabalho doméstico e para consumo próprio, mas por outro lado, o aumento da proporção de não remunerados e trabalhadores na construção para o próprio uso. Na região Nordeste, o movimento é praticamente o mesmo, sendo que a proporção de trabalhadores na construção para o próprio uso é muito pequena, enquanto a de trabalhadores para o próprio consumo é um pouco mais significativa que no Sudeste.

A análise das ocupações das crianças de 10 a 14 anos indica duas situações principais das crianças ocupadas na Região Metropolitana de Salvador: 62% delas estão empregadas ou exercem alguma atividade não remunerada. A posição na ocupação dos empregados (31,7% em 1996) pode ser considerada mais regular, indicando uma melhor qualidade na atividade exercida e provável acesso a melhores rendimentos e alguns benefícios oferecidos aos empregados. Por outro lado, 30,2% das crianças exercem atividades não remuneradas, representando o lado oposto da situação, com crianças que exercem atividade sacrificando seu tempo de educação e lazer, e nem mesmo dispõem de remuneração.

Ao longo da década, pôde-se observar, no entanto, uma melhoria nas condições de ocupação das crianças da RMS. O número de empregados cresceu, apesar de uma queda no ano de 1995, passando de 25,5% em 1992 para 31,7% em 1996. Em contrapartida, mas também indicando uma melhoria nas condições de ocupação das crianças, o número de crianças em ocupações mais precárias caiu muito – no caso dos trabalhadores domésticos e por conta-própria – ou pelo menos manteve-se praticamente num mesmo patamar – no caso dos trabalhadores não remunerados. Isso indica que a situação de ocupação das crianças da RMS melhorou mais que o quadro do país como um todo ou regional.

As atividades das crianças relacionadas com produção para o próprio uso ou construção para o próprio consumo cresceram significativamente na década, com um salto em 1996. Estas atividades, sobretudo no caso de crianças, representam uma contribuição à atividade produtiva da família. A informação sobre a evolução deste tipo de atividade na década permitiu uma visão mais clara do trabalho das crianças e adolescentes fora do mercado tradicional, refletindo elementos da atividade econômica dos mais jovens, específicos e distintos dos adultos.

No país, as condições de inserção para os adolescentes de 15 a 17 anos se mantêm relativamente estáveis. Ao contrário das crianças, os adolescentes são principalmente empregados e em segundo

lugar trabalhadores não remunerados. Sua situação de ocupação é melhor que a das crianças e aproxima-se mais das condições dos adultos, como tem sido sempre observado nos dados.

As diferenças regionais são muito importantes. Os adolescentes do Nordeste são principalmente trabalhadores não remunerados e os do Sudeste são principalmente empregados. As posições mais precárias são mais importantes no Nordeste que no Sudeste do país. Na Bahia, a condição de não remunerado é também a mais importante para os adolescentes, acompanhando a situação da região Nordeste. Na Bahia e no Nordeste como um todo, a posição de trabalhador na produção para o próprio consumo é importante para os adolescentes – mas um pouco menos que para as crianças de 10 a 14 anos.

Na Região Metropolitana de Salvador, o trabalho doméstico destaca-se para os adolescentes, mais do que nas áreas urbanas do Estado da Bahia como um todo. A proporção de empregados cresce e o trabalho não remunerado, apesar de ter proporção ainda elevada, é menor que no Estado como um todo. No Estado da Bahia ocorre um crescimento da proporção de adolescentes em ocupações não remuneradas e trabalhadores na produção para o próprio consumo, enquanto que na RMS os adolescentes passam a ser mais empregados e trabalhadores domésticos.

Tabela 2. 10 – Meninos e Meninas de 10 a 14 anos ocupados segundo principais posições na ocupação Brasil – Nordeste – Sudeste – Bahia Urbanos e RMS – 1992 / 1996 (%)

REGIÃO	Meninos de 10 a 14 anos				Meninas de 10 a 14 anos			
	1992	1993	1995	1996	1992	1993	1995	1996
BRASIL								
EMPREGADOS	28,2	27,8	26,0	26,2	11,4	12,2	11,2	12,1
TRABALHADORES DOMÉSTICOS	0,9	1,2	0,9	0,7	24,1	23,5	21,3	21,7
NÃO REMUNERADOS	58,0	58,3	59,1	59,7	47,8	47,8	51,9	52,7
NORDESTE								
EMPREGADOS	18,3	17,4	16,3	16,6	7,5	8,1	7,3	5,0
TRABALHADORES DOMÉSTICOS	0,4	0,7	0,8	0,4	18,8	19,0	14,4	14,2
NÃO REMUNERADOS	70,2	70,8	69,7	70,1	58,8	54,7	64,5	66,4
SUDESTE								
EMPREGADOS	43,8	43,5	42,4	44,4	18,4	20,5	22,4	25,2
TRABALHADORES DOMÉSTICOS	1,8	1,6	1,1	1,3	32,0	30,1	33,5	30,8
NÃO REMUNERADOS	40,7	41,2	42,9	42,4	30,7	31,6	25,6	31,8
BAHIA								
EMPREGADOS	22,6	20,0	17,8	17,1	5,4	9,6	9,0	5,5
TRABALHADORES DOMÉSTICOS	0,4	0,6	0,5	-	17,6	18,3	14,4	16,4
NÃO REMUNERADOS	63,7	69,0	69,7	68,3	67,0	57,2	67,0	70,0
RMS								
EMPREGADOS	37,5	34,9	35,9	37,8	2,9	12,5	3,9	16,6
TRABALHADORES DOMÉSTICOS	-	1,6	3,4	-	58,8	46,9	35,3	44,5
NÃO REMUNERADOS	32,8	34,9	45,0	33,3	17,6	21,9	52,9	22,2

Fonte: PNAD/IBGE nossos cálculos.

As diferenças nas ocupações de meninos e meninas são marcantes. Os meninos praticamente não estão presentes no trabalho doméstico, que fica a cargo das meninas. Eles ficam com a posição de empregados. O trabalho não remunerado é significativo tanto para meninos como para meninas. No Nordeste, o trabalho não remunerado fica em torno de 70% das ocupações dos meninos e 60% das

meninas de 10 a 14 anos. Esta posição na ocupação é também importante no Sudeste, mas de forma mais equilibrada com a posição de empregados – para os meninos – e de trabalhadores domésticos – para as meninas. Na Bahia Urbana, o trabalho não remunerado ocupa cerca de 70% dos meninos e meninas trabalhadores.

Na Região Metropolitana de Salvador, há uma redução do trabalho não remunerado, configurando-se uma distribuição nas ocupações equivalente com a da região Sudeste, mas com uma proporção maior de trabalho doméstico para as meninas.

Tabela 2. 11 – Meninos e Meninas de 15 a 17 anos ocupados segundo principais posições na ocupação Brasil – Nordeste – Sudeste – Bahia Urbanos e RMS – 1992 / 1996 (%)

REGIÃO	Adolescentes Homens de 15 a 17 anos				Adolescentes Mulheres de 15 a 17 anos			
	1992	1993	1995	1996	1992	1993	1995	1996
BRASIL								
EMPREGADOS	59,1	58,4	59,6	59,0	32,8	31,4	33,4	36,2
TRABALHADORES DOMÉSTICOS	0,9	0,8	1,0	1,3	34,9	35,6	33,9	34,4
NÃO REMUNERADOS	30,3	31,7	29,9	30,3	22,4	23,1	22,6	20,4
NORDESTE								
EMPREGADOS	40,3	39,0	39,0	37,9	19,4	16,4	16,0	18,1
TRABALHADORES DOMÉSTICOS	1,0	0,8	1,0	1,1	32,2	34,3	33,3	35,8
NÃO REMUNERADOS	45,5	48,1	46,8	47,4	32,8	33,6	35,9	31,9
SUDESTE								
EMPREGADOS	74,5	75,4	78,0	76,1	45,0	46,7	48,8	50,1
TRABALHADORES DOMÉSTICOS	1,3	0,9	1,2	1,7	35,3	34,4	32,8	32,9
NÃO REMUNERADOS	16,2	17,0	14,4	16,2	13,5	12,4	10,8	11,4
BAHIA								
EMPREGADOS	44,8	41,5	42,3	38,8	21,4	16,6	14,1	20,2
TRABALHADORES DOMÉSTICOS	0,7	0,5	0,8	1,1	23,8	27,4	33,2	32,8
NÃO REMUNERADOS	42,2	45,7	43,3	45,4	43,9	47,0	39,9	40,5
RMS								
EMPREGADOS	61,3	57,5	62,6	65,6	23,5	17,1	24,0	28,9
TRABALHADORES DOMÉSTICOS	3,6	5,8	1,7	1,6	57,4	60,0	44,8	56,6
NÃO REMUNERADOS	17,5	9,2	15,1	17,6	11,8	12,9	13,5	6,6

Fonte: PNAD/IBGE nossos cálculos.

As adolescentes mulheres estão mais presentes no trabalho doméstico que os homens de 15 a 17 anos, que estão, principalmente, na posição de empregados. O trabalho não remunerado é também importante, mas menos que para as crianças. As diferenças regionais são ainda maiores para os adolescentes. No Sudeste do país, os adolescentes ocupados estão mais empregados e menos em ocupações não remuneradas.

Na Bahia, o trabalho não remunerado tem elevadas proporções tanto para homens quanto para mulheres de 15 a 17 anos. Este quadro melhora um pouco na RMS, com redução do trabalho não remunerado, mas ainda com a divisão entre homens – empregados – e mulheres – trabalhadoras domésticas.

2.4. RENDIMENTO

2.4.1 Rendimento Familiar

A contribuição do trabalho das crianças e adolescentes para a renda da família aumenta conforme diminui o rendimento familiar, sendo mais importante nos estratos mais pobres da população. Cervini & Burger³³ destacam que mais de 30% das famílias que possuem no mínimo uma criança ou adolescente no mercado de trabalho têm a sua renda total composta por uma contribuição superior a 30% provinda do trabalho infanto-juvenil. Com base nesta constatação, propõe-se que a análise da inserção dos mais jovens no mercado de trabalho em função da situação de pobreza das famílias e a importância da contribuição proporcional do rendimento individual de cada criança e adolescente à renda familiar, deve ser feita sem a agregação do rendimento desta criança, no total do rendimento familiar, na medida em que, quanto maior for a sua contribuição em relação à dos adultos, mais oculta ficará a relação entre a renda familiar e o trabalho infantil.

Outra observação importante deve ser feita com relação à utilização do Salário Mínimo como indicador de níveis de rendimento, devido à grande diversidade de necessidades das famílias e dos indivíduos de acordo com o período de tempo e a região estudados. A maior parte dos autores, no entanto, utiliza o Salário Mínimo como indicador, apesar de suas limitações. Os dados apresentados por Sabóia³⁴, por exemplo, mostram que a taxa de participação das crianças, no início da década de 90, era de 23% nas famílias com renda até $\frac{1}{2}$ SM *per capita*, baixando para 5% nas famílias com rendimento *per capita* superior a 2 SM; para os adolescentes, cuja participação no mercado de trabalho é mais intensa, estas taxas eram de 54% nas famílias com rendimento mensal de até $\frac{1}{2}$ SM caindo para 30% nas famílias com renda maior que 2 SM *per capita*.

Na década de oitenta, houve uma elevação da taxa de participação das crianças para quase todas as classes de rendimento, sendo o movimento mais intenso para as classes de rendimento mais elevado. Destaca-se que, entre as crianças de 10 a 14 anos, a taxa de atividade daquelas que viviam em famílias com renda até $\frac{1}{4}$ do SM *per capita* passou de 25,9% para 26,1% entre 1981 e 1989, apresentando uma pequena elevação. Para as famílias localizadas nos estratos de renda superiores a 2 SM *per capita*, a taxa de participação das crianças cresceu mais que 50%, passando de 4,2% para 6,5% no mesmo período.³⁵

Movimento semelhante é registrado para o grupo dos adolescentes de 15 a 17 anos, no qual o crescimento da taxa de participação é registrado para todas as faixas de rendimento estudadas. A análise da taxa de participação dos adolescentes segundo o rendimento familiar *per capita* nos mostra que, entre as famílias de menor poder aquisitivo, a inserção do jovem no mercado de trabalho se faz com mais intensidade, podendo, em muitos casos, ser comparada com a participação

³³ Cervini, & Burger, 1991, p. 30.

³⁴ Sabóia, 1996, p. 3.

³⁵ Ribeiro; Sabóia & Branco, 1995, p.131.

dos adultos. Em 1989, 53,7% dos total de adolescentes encontravam-se envolvidos com o trabalho. Assim como as crianças, os adolescentes têm sua participação na força de trabalho ampliada principalmente no grupo das famílias cuja renda *per capita* é superior a 2 SM (24,3%, em 1981, e 34,5% em 1989).

Estes resultados mostram que, mesmo após o crescimento da taxa de atividade verificado na década para os rendimentos mais elevados, nas duas faixas etárias consideradas, a taxa de atividade das crianças mais pobres é consideravelmente superior à das mais ricas. Para as crianças de 10 a 14 anos, a taxa de atividade dos mais pobres era, em 1989, três vezes superior à dos mais ricos, enquanto que para os adolescentes esta relação era uma vez e meia mais elevada.

Em 1995, 40,4% das crianças de 0 a 14 anos provinham de famílias com rendimento familiar *per capita* de até meio salário mínimo. As diferenças regionais aqui são marcantes: a proporção destas crianças no Sudeste é de 26%, enquanto no Nordeste é de 63,3% no mesmo ano. Entre os Estados de São Paulo e Bahia as distâncias são ainda maiores; em São Paulo, 15,8% das crianças de 0 a 14 anos viviam em famílias de rendimento familiar *per capita* de até meio salário mínimo, enquanto na Bahia a proporção destas crianças salta para 62,1% em 1995.

Por outro lado, a proporção de crianças brasileiras vivendo em famílias com renda familiar *per capita* de mais de 2 salários mínimos era de 16,2%, sendo que no Sudeste representava 23,6%, muito distante do Nordeste – 6% apenas. A distância entre os Estados de São Paulo – 29,8% – e Bahia – 5,5% – é equivalente à regional.

2.4.2 Rendimento Individual

Apesar da importância da contribuição do rendimento da criança e do adolescente no total do rendimento familiar, os rendimentos auferidos por esta parcela da população são muito baixos se comparados com o dos adultos, que também é baixo. Como destacado anteriormente, a exploração do trabalho infanto-juvenil tem grande relevância para as famílias mais pobres em função, principalmente, dos baixos rendimentos recebidos pelos adultos.

Os rendimentos das crianças são bem mais baixos que os recebidos pelos jovens, com o agravante das diferenças regionais. Miller³⁶ constatou que os rendimentos recebidos pelas crianças nordestinas eram muito baixos. Em 1981, 55% das crianças remuneradas recebiam até $\frac{1}{4}$ do SM e apenas 16% recebiam mais de $\frac{1}{2}$ SM de 1981. Os dados da PNAD apresentados por esta autora confirmam a situação de pobreza das famílias do Nordeste, onde, apesar dos baixos rendimentos auferidos pelas crianças, estes assumem importância fundamental no complemento da renda familiar.

A situação dos adolescentes nordestinos, em termos salariais, era bem próxima à das crianças do Sudeste. Do total de crianças ocupadas no Sudeste 34% recebia entre $\frac{1}{2}$ e 1 SM e 55% recebia

³⁶ Miller, 1993, p. 266.

menos de ½ SM, enquanto que no Nordeste, para os jovens estes percentuais eram de 30% e 57% respectivamente.³⁷ Os adolescentes do Sudeste receberam melhores remunerações.

Tabela 2. 12 - Distribuição da população de 10 a 17 anos com rendimento de todos os trabalhos, em classes de renda real (%)

POPULAÇÃO OCUPADA DE 10 A 14 ANOS				
Classes de Renda Real*	Nordeste Urbano		Sudeste Urbano	
	1981	1990	1981	1990
Até ¼	54,62	55,06	32,69	24,04
De ¼ a ½	29,68	29,28	30,10	30,72
De ½ a 1	12,27	14,22	23,56	33,75
De 1 a 2	3,43	1,34	12,63	10,43
Mais de 2	0	0,10	1,01	1,06
TOTAL	100	100	100	100
POPULAÇÃO OCUPADA DE 15 A 17 ANOS				
Classes de Renda Real*	Nordeste Urbano		Sudeste Urbano	
	1981	1990	1981	1990
Até ¼	27,78	27,49	6,26	4,94
De ¼ a ½	29,37	31,88	16,35	13,28
De ½ a 1	30,27	32,06	33,86	45,98
De 1 a 2	11,34	7,01	38,54	29,62
Mais de 2	1,25	1,56	4,99	6,18
TOTAL	100	100	100	100

Fonte: PNAD, apud Miller, 1993.

* Nota: em múltiplos do SM de 1981.

2.4.3. Panorama na década de 90

A análise do rendimento médio mensal da população urbana do Brasil com mais de 10 anos para a década de 90 revela a predominância dos indivíduos sem rendimento em 40% da população. Estes números são ainda maiores para as mulheres, entre as quais 50% encontram-se nesta situação, ao passo que para os homens essa proporção mantém-se na faixa de 27%. A elevada proporção de mulheres sem rendimento pode estar refletindo uma maior participação feminina nas atividades de afazeres domésticos, produção para consumo próprio e outras atividades não remuneradas. Com a mudança de metodologia da PNAD em 1992, passaram a ser coletadas informações sobre o trabalho na produção para o próprio consumo e na construção para o próprio uso, atividades de destaque para crianças e adolescentes, relacionadas com a "ajuda" a familiares e que antes disfarçavam a questão do trabalho infanto-juvenil.³⁸

Comparando os indivíduos sem rendimentos da PIA do Brasil, Bahia e Região Metropolitana de Salvador constatamos que, no decorrer dos períodos, houve uma estabilidade para o Brasil em torno de 40%, um crescente aumento para a Bahia de 45% em 1992 para 47% em 1996, enquanto na

³⁷ Miller, 1993, p. 266.

³⁸ Atividades analisadas a partir da Tabela 2.9.

RMS houve uma estabilidade em torno de 45% com uma queda para 41,3% em 1995, subindo para 45,7% no ano seguinte.

Na área urbana do Nordeste, a maior parte da população (em torno de 47% na década) foi classificada como sem rendimento. Na região Sudeste, a proporção da população sem rendimento é ligeiramente menor que a do país – em torno de 38% – mas bem menor que a do Nordeste, confirmando as desigualdades regionais. Quando analisamos os dados da Bahia urbana constatamos uma desigualdade de rendimento ainda maior, como reflexo das próprias diferenças regionais onde a população sem rendimento atingiu 47% em 1996, sendo que os homens tiveram uma participação superior a 36% enquanto as mulheres a sua participação foi ainda maior – 56% . A condição de população sem rendimento é uma característica de destaque entre as crianças e adolescentes, mais que entre os adultos ocupados. Encontram-se nesta classificação não apenas os que nada recebem por seu trabalho, mas também os que ganham em benefícios ou mercadorias, ao invés de dinheiro.

A comparação por sexo revela, como era de se esperar, maior concentração masculina nas faixas de renda mais elevadas. Os dados de 96 mostram que 46,7% dos homens brasileiros recebem mais de 2 salários mínimos (SM), quando entre as mulheres apenas 22,2% alcançaram este patamar de renda. Esta diferença de renda é ainda maior na Bahia, onde 12,5% das mulheres ganham mais que 2 salários mínimos, enquanto 28,6% dos homens ganham acima deste valor. Na RMS, a diferenciação é ainda maior, com 34,5% dos homens e apenas 17,8% das mulheres ganhando acima de 2 salários mínimos. Na região Sudeste, apesar de maiores proporções da população ganhando mais, a diferenciação entre homens e mulheres é também marcante, com 54,1 dos homens ganhando mais de 2 salários mínimos e apenas 27% das mulheres. A proporção de mulheres torna-se maior que a de homens na medida em que as faixas de renda são menos elevadas e sempre entre os indivíduos sem rendimento.

A evolução das faixas de renda durante o período de 92 a 96 aponta para uma melhoria no rendimento médio mensal da população brasileira. Houve um aumento de 23,5% para 33,9% da população com rendimento médio de mais de 2 SM e, com exceção de relativa estabilidade para os sem rendimentos, as demais faixas de renda, menos elevadas, sofreram decréscimo durante o período. Este movimento é marcante na região Sudeste do país, onde a proporção da população que recebe até meio salário mínimo cai de 4,6% em 1992 para 1,3% em 1996, enquanto a que recebe mais de 2 salários mínimos cresce de 27,8 % para 40% no mesmo período. No Nordeste ocorre uma melhoria também significativa, mas com a concentração de maiores proporções da população ainda em faixas de renda menores.

Tabela 2. 13 - Rendimento Médio Mensal para População Urbana de 10 ou mais anos de idade (%)

Classes de Rendimento	1992	1993	1995	1996
Sem rendimento				
Brasil	40,0	39,6	39,1	39,9
Sudeste	38,4	37,8	38,2	37,8
Nordeste	46,7	45,6	45,4	46,8
Bahia	45,1	45,0	44,6	47,0
RMS	45,3	44,7	41,3	45,7
Até 1/2 SM				
Brasil	7,0	5,6	2,9	2,1
Sudeste	4,6	3,6	2,0	1,3
Nordeste	14,7	13,6	6,9	5,4
Bahia	10,9	9,5	5,2	3,3
RMS	5,9	5,4	3,7	2,1
Mais de 1/2 a 1 SM				
Brasil	12,7	14,2	11,9	11,3
Sudeste	12,1	12,8	10,3	8,4
Nordeste	13,3	17,0	17,9	26,1
Bahia	14,8	16,5	17,0	16,9
RMS	12,4	13,6	15,0	13,1
Mais de 1 a 2 SM				
Brasil	16,8	14,8	14,1	12,9
Sudeste	16,4	14,9	13,3	11,8
Nordeste	14,2	11,4	14,9	13,0
Bahia	14,4	12,6	14,7	12,7
RMS	13,1	15,1	17,3	15,9
Mais de 2 SM				
Brasil	23,5	25,8	32,1	33,9
Sudeste	27,8	30,1	35,3	40,0
Nordeste	9,3	10,7	14,1	15,0
Bahia	14,8	16,2	18,5	20,0
RMS	21,2	22,6	25,3	27,9

Fonte: PNAD/IBGE, Nossos cálculos.

2.5. JORNADA

A jornada de trabalho das crianças e adolescentes é um elemento importante para caracterizar a inserção desta parcela da população no mercado de trabalho, além de permitir a análise mais aprofundada acerca da conjugação de trabalho e estudo. Sabóia³⁹ diz que um dos aspectos mais negativos do trabalho infantil é o abandono da escola pelos jovens trabalhadores. Isto ocorre pela

³⁹ Sabóia, 1996, p. 11.

impossibilidade de conciliação entre as longas jornadas de trabalho a que estão submetidos estes jovens trabalhadores e sua dedicação aos estudos.

Miller (1993) afirma, no entanto, que, durante a década de oitenta, cai o número de crianças e adolescentes urbanos que trabalhavam mais de 40 horas semanais (de 77%, em 1981 para 70% em 1990). Por outro lado, houve aumento da participação no trabalho parcial, tanto no trabalho realizado com uma carga horária de até 20 horas semanais (7,5%, em 1981, e 12% em 1990) quanto naquele de 21 a 39 horas (16% e 18%, nos mesmos períodos). No caso particular das crianças de 10 a 14 anos, este fenômeno é mais visível, com uma queda de 21% no total de crianças com jornada de trabalho completa (de 62%, em 1981, para 49%, em 1990).⁴⁰ Parte deste incremento foi devido ao crescimento das atividades familiares e ao fato de que as crianças contraem, em geral, vínculos contratuais mais precários, o que permite maior flexibilidade de horário. Apesar da ligeira melhora da condição de inserção da criança no mercado de trabalho, quase a metade das crianças de 10 a 14 anos que trabalham na área urbana o fazem em jornada integral, o que dificulta o acesso desta criança à escola.

A intensidade do trabalho também é função da idade e, portanto, o tempo de trabalho das crianças é menor do que o dos adolescentes. Para os adolescentes de 15 a 17 anos, a análise por grupos de horas trabalhadas mostra que, em 1990, 79% deste grupo etário trabalhava 40 horas semanais ou mais, em contraposição aos 83% em 1981, acompanhando o mesmo movimento de queda da jornada de trabalho verificado para as crianças. Miller (1993) ainda destaca, no entanto, a realização de trabalho integral por parte de mais de 71% dos adolescentes trabalhadores no Nordeste, e mais de 82%, no Sudeste. Apesar da queda da jornada de trabalho das crianças e adolescentes, estas permanecem muito longas: no Nordeste onde 61% dos jovens entre 10 e 17 anos trabalham 40 horas ou mais por semana, enquanto no Sudeste este percentual sobe para 74%, o que confirma também que a proporção de trabalho de jornada completa é maior no Sudeste que no Nordeste, tanto para crianças como para adolescentes.

Um determinante da maior dedicação das crianças e adolescentes ao trabalho é a remuneração recebida por este grupo etário por hora trabalhada. Cervini & Burger (1991) demonstram que para o trabalho infanto-juvenil, no conjunto do Brasil urbano, melhores remunerações só ocorrem com um aumento significativo da jornada de trabalho, acima de 40 horas por semana, sendo que esta situação ocorre com mais evidência na faixa etária mais frágil — 10 a 14 anos.⁴¹ Os dados da PNAD confirmam esta tendência ao verificarmos que as crianças de 10 a 14 anos com jornada de trabalho completa ganhavam em média 0,8 SM em 1990. Este percentual cai para a metade se analisarmos os rendimentos das crianças que trabalhavam até 20 horas semanais. Os maiores

⁴⁰ Miller, 1993, p. 260.

⁴¹ Cervini & Burger, 1991, p. 42.

rendimentos auferidos pelos adolescentes também estão concentrados no grupo de pessoas que trabalhavam 40 horas ou mais.

No Brasil, 3.583.000 jovens de 10 a 14 anos estão ocupados e trabalham 40 horas ou mais por semana, de acordo com a PNAD de 1995. Entre eles estão 24% da faixa de 10 a 14 anos e 63,6% da faixa de 15 a 17 anos de idade. O trabalho em jornada integral praticamente inviabiliza a manutenção dos jovens na escola e compromete a qualidade da educação destes jovens trabalhadores.

Na região Sudeste do país, a proporção de jovens é bem mais significativa, com 72,1% dos adolescentes de 15 a 17 anos trabalhando nestas condições de jornada integral, com características bem próximas às dos adultos. É no Estado de São Paulo que os adolescentes mais trabalham em jornada integral entre os jovens ocupados – eles são 79,2%. Em certa medida, o trabalho do adolescente em jornada integral confirma sua inserção no mercado de trabalho de forma praticamente equivalente às condições dos adultos. As crianças do Sudeste também trabalham mais em jornada integral: elas são 33,9% das crianças de 10 a 14 anos ocupadas.

No Nordeste do país, a proporção de adolescentes trabalhando em jornada integral é menor que no Sudeste – 51%, assim como a proporção de crianças de 10 a 14 anos – 20,3%. Na Bahia a proporção de jovens trabalhando em jornada integral cai ainda mais, com 48,6% dos adolescentes e 17,1% das crianças. Esta menor proporção de ocupados em jornada integral pode significar, por um lado, uma maior precariedade nas condições de inserção dos jovens nordestinos e baianos, mas por outro lado, pode viabilizar a manutenção destes na escola enquanto trabalham.

O trabalho em jornada integral é especialmente perverso entre as crianças de 10 a 14 anos, que não têm acesso a direitos trabalhistas, mesmo trabalhando como adultos, por terem sua condição de empregados considerada ilegal e, além disso, serem prejudicadas na sua performance e manutenção na escola.

2.6. ESCOLA E TRABALHO

Diversos estudos sobre trabalho infantil demonstram que o exercício de atividades, remuneradas ou não, dentro ou fora do espaço doméstico dificulta, quando não impede, a frequência das crianças e adolescentes à escola. Na análise para as regiões metropolitanas de Recife e São Paulo, Cervini & Burger (1991) constataram que 61% das crianças urbanas conjugam o trabalho com a frequência à escola. Contudo, verifica-se a exclusão de 39% destas crianças do sistema, o que só ocorre para apenas 8% entre os não-ocupados.⁴²

A análise da adequação entre faixa etária e nível de escolaridade é outro fator que merece destaque. A distribuição do total de crianças que frequentam a escola entre aquelas que trabalham e aquelas

⁴² Cervini & Burger, 1991, p. 39.

que não realizam nenhuma atividade econômica indica que a conjugação de trabalho e estudo inicialmente aumenta os índices de defasagem escolar, culminando com expulsão da criança da escola. Constata-se que o índice de inadequação é bem maior para as crianças que trabalham e freqüentam a escola, entre as quais 84% estão, no mínimo, atrasadas em uma série para sua idade, do que para as crianças que não trabalham, que têm índice de inadequação acima de 63,0%. Já para o total das crianças que freqüentam a escola e trabalham, verifica-se que, do total de ocupados, apenas 3,9% freqüentam a escola na série adequada, de forma positiva entre os não ocupados, esta situação ascende a 18,6%.

Para os adolescentes, são menores os níveis de dedicação exclusiva ao estudo. Bairros (1992), na análise para a RM de Salvador, mostra que o percentual de adolescentes que só se dedicam aos estudos é muito pequeno se comparado com as crianças na mesma condição. Dentre os adolescentes brancos, 71% só estudam, enquanto para as crianças brancas a participação relativa daquelas que apenas freqüentam a escola sobe para 91%. O percentual de adolescentes que conjugam trabalho e estudo é de 13%, 19% e 23% para os adolescentes brancos, pardos e pretos respectivamente. O quadro de aprofundamento das desigualdades segundo a cor é registrado também para as crianças, que têm entre seus representantes pretos o maior percentual de crianças que trabalham ao mesmo tempo que têm que se dedicar a atividades escolares (10,8%). Apesar da maior participação das crianças pretas entre o grupo de trabalhadores que freqüentam a escola, este percentual ainda é menor que os apresentados para os adolescentes independente da cor da pele.

A literatura revela também maior incompatibilidade para os adolescentes entre o trabalho e a escola, dado que os níveis de não freqüência à escola e a defasagem escolar são muito mais pronunciados entre adolescentes que entre crianças.⁴³

⁴³ Cervini & Burger, 1991, p. 39.

Tabela 2. 14 - Distribuição das pessoas de 10 a 17 anos por condição de atividade, segundo a cor RMS – 1988 e 1996 (%)

Condição de Atividade	Brancos		Pretos		Pardos	
	1988	1996	1988	1996	1988	1996
<i>Só Estudam</i>						
10-14	91,4	- ¹	72,8	-	86,4	-
15-17	71,2	-	41,8	-	58,8	-
Total	81,6	95,8	61,6	87,4	76,8	89,0
<i>Trabalham e Estudam²</i>						
10-14	3,0	-	10,8	-	5,4	-
15-17	13,3	-	22,7	-	18,9	-
Total	6,3	1,4	15,1	2,0	10,1	2,3
<i>Só Trabalham*</i>						
10-14	0,5	-	8,7	-	2,1	-
15-17	7,2	-	25,5	-	12,5	-
Total	2,6	0,2	14,8	2,3	5,7	1,8
<i>Afazeres Domésticos</i>						
10-14	1,0	-	3,1	-	3,5	-
15-17	8,2	-	7,2	-	6,5	-
Total	6,3	1,4	4,6	5,3	4,6	4,4
<i>Nenhuma dessas atividades</i>						
10-14	4,1	-	4,6	-	2,6	-
15-17	0,1	-	2,8	-	3,3	-
Total	3,2	1,2	3,9	3,0	2,8	2,5

Fonte: FIBGE/PNAD.

(1) Número de observações não significativo na amostra.

(2) Inclusive procurando trabalho

1988: Dados reproduzidos de Bairros, 1992, p. 8.

1996: Nossos cálculos.

Neste tópico também não há consenso a respeito dos motivos que levam as crianças a não frequentar a escola. Fletcher & Ribeiro⁴⁴ pontuam que as informações disponíveis impossibilitam concluir até que ponto os jovens desistem da escola por serem forçados a trabalhar em virtude da pobreza de suas famílias ou se são levados a trabalhar porque não têm acesso aos serviços de educação pública.

Segundo Cervini & Burger⁴⁵, verificou-se uma pronunciada expansão do sistema educacional durante a década de 80. Essa expansão nas áreas urbanas, favoreceu especialmente a população em idade escolar, o que é constatado com o aumento da taxa de escolarização de 83,8%, em 1981, para 89,4% em 1988. Observa-se que esse crescimento não contemplou todas as faixas etárias; um melhor desempenho foi verificado entre as crianças de 7 a 9 anos, entre as quais as taxas de escolarização subiram de 79,3% para 90,3%. Verificou-se, no entanto, uma estabilidade para as crianças de 10 a 14 anos, com as taxas subindo levemente de 86,7% para 88,9%.⁴⁶ O fenômeno de expansão da escolarização das crianças de 7 a 9 anos foi constatado com a mesma intensidade na maioria dos diferentes contextos urbanos.

⁴⁴ Fletcher & Ribeiro, 1988 apud Bairros, 1992, p. 10.

⁴⁵ Cervini & Burger, 1991, p. 35.

⁴⁶ Cervini & Burger, 1991, p. 31.

Segundo o IBGE, 4,6 milhões de crianças e adolescentes de 10 a 17 anos estudavam e trabalhavam, de acordo com a PNAD de 1995. A continuidade dos estudos, apesar da inserção no mercado de trabalho, pode indicar uma perspectiva de melhoria futura das condições econômicas destes jovens, apesar deles não terem a possibilidade de obter o mesmo desempenho daqueles que só estudam. No Nordeste, a proporção de jovens que estudam e trabalham ao mesmo tempo é maior que no Sudeste. Nos Estados da Bahia e São Paulo, as proporções têm movimentos diferentes para crianças e adolescentes. Entre as crianças, 17,1% estudam e trabalham na Bahia e apenas 6,1% em São Paulo. Já entre os adolescentes, as proporções são inversas, ou seja, maiores em São Paulo (26,3%) que na Bahia (24,5%), o que pode ser explicado pela maior formalidade do trabalho dos adolescentes enquanto estagiários, com a exigência de sua continuidade na escola, o que não pode ser definido para as crianças que trabalham na “ilegalidade”.

No país como um todo, 2,6 milhões de crianças e adolescentes de 10 a 17 anos só trabalham e não freqüentam a escola.⁴⁷ A proporção de crianças que só estudam é bem menor que aquela de crianças que estudam e trabalham, mas a de adolescentes não é tão menor. As diferenças regionais também são destacadas aqui, com 6,4% das crianças e 22,3% dos adolescentes do Nordeste apenas trabalhando, frente a 2,3% das crianças e 16,6% – número abaixo dos nacionais – do Sudeste na mesma situação. O Estado da Bahia tem uma situação um pouco melhor que o conjunto da região Nordeste, o que indica que consegue manter suas crianças um pouco mais na escola, apesar das altas taxas de participação. Estes números da Bahia estão, no entanto, ainda bem distantes dos números do Estado de São Paulo; o ideal seria que este tipo de condição dos jovens fosse totalmente erradicado, pois compromete totalmente o seu futuro como indivíduo e cidadão.

Situação mais problemática é a das crianças que não estudam, não trabalham e nem realizam afazeres domésticos.⁴⁸ Em 1995 elas eram 658 mil no país, representando 1,9% entre as crianças na faixa de 10 a 14 anos e 3,1% entre os jovens de 15 a 17 anos. No Nordeste e na Bahia a proporção destes jovens é praticamente a mesma entre crianças e adolescentes. A diferença entre crianças e adolescentes é maior no Sudeste e em São Paulo, onde as crianças estão menos nesta condição, mas os adolescentes possuem proporções elevadas.

As condições de ocupação como trabalhadores domésticos e a dedicação exclusiva aos afazeres domésticos, sem vínculo como empregados, são atividades importantes quando tratamos do trabalho infanto-juvenil. Os trabalhadores domésticos representavam 822 mil, enquanto a dedicação a afazeres domésticos era comum a 1,8 mil jovens de 10 a 17 anos no Brasil em 1995, segundo o IBGE.

⁴⁷ De acordo com UNICEF/IBGE. Indicadores sobre Crianças e Adolescentes Brasil 1991-1996, p.138.

⁴⁸ Esta condição equivale conceitualmente aos “outros inativos” do Capítulo 4.

Entre os trabalhadores domésticos as proporções no Nordeste são inferiores às do Sudeste. Sobretudo as crianças de 10 a 14 anos trabalham mais em atividades domésticas no Sudeste. Na Bahia, 5,4% das crianças e 11,3% dos adolescentes são trabalhadores domésticos, enquanto em São Paulo as proporções são de 12,7% e 9,4%, também superiores às do Estado nordestino. Entre os jovens que se dedicam exclusivamente a afazeres domésticos, na região Nordeste as proporções são um pouco mais elevadas que no Sudeste. Na Bahia, 4,6% das crianças e 10,8% dos adolescentes dedicam-se a afazeres domésticos; no Estado de São Paulo as proporções são de 2,7% e 12,2%. As diferenças de proporções entre trabalhadores domésticos e jovens dedicados exclusivamente a afazeres domésticos indicam uma maior distância dos jovens do Nordeste e da Bahia do mercado mais formalizado de trabalho, pois eles estão mais presentes na atividade exercida dentro do domicílio em prejuízo de sua educação e sua inserção no mercado de trabalho.

Tabela 2. 15 - Distribuição das pessoas de 10 a 17 anos por condição de atividade, segundo a Região 1996 (%)

Condição de Atividade	Brasil	Sudeste	Nordeste	Bahia	RMS
<i>Só Estudam</i>					
10-14	93,0	94,0	91,6	92,6	95,3
15-17	71,9	69,8	74,1	77,4	80,9
Total	85,8	85,9	85,4	87,2	90,0
<i>Trabalham e Estudam</i>					
10-14	1,3	1,3	1,1	1,3	0,8
15-17	6,7	8,3	5,2	5,3	4,4
Total	3,2	3,6	2,5	2,7	2,1
<i>Só Trabalham</i>					
10-14	0,4	0,4	0,4	0,2	0,1
15-17	4,7	5,0	3,8	4,3	4,0
Total	1,9	1,9	1,6	1,7	1,6
<i>Afazeres Domésticos</i>					
10-14	3,2	2,6	3,8	3,0	2,0
15-17	12,1	11,4	11,6	8,2	7,4
Total	6,2	5,5	6,6	4,8	4,0
<i>Nenhuma dessas atividades</i>					
10-14	2,1	1,8	3,1	2,9	1,9
15-17	4,6	5,6	5,3	4,8	3,3
Total	2,9	3,0	3,9	3,6	2,4

Fonte: PNAD, Nossos cálculos.

O estudo da situação nos anos 80 e 90 permite-nos identificar de forma mais geral uma melhoria nas condições de vida das crianças e adolescentes brasileiros, que tiveram uma redução na sua taxa de participação na atividade econômica. No entanto, aqueles jovens que continuaram a participar economicamente do mercado de trabalho passaram a exercer atividades relacionadas com a sobrevivência de sua família, para seu próprio consumo e de seus familiares.

De acordo com a Tabela 2. 15, podemos verificar que a questão do trabalho infanto-juvenil tem tamanho absoluto reduzido e muitos jovens que exercem atividade produtiva também continuam estudando. Apesar disto, a questão do trabalho infantil deve ser analisada com especial atenção

devido à sua importância nas famílias e às consequências irreversíveis no futuro dos jovens e das novas famílias que formarão.

É com este objetivo que, após uma visão geral do Brasil e das diferenças regionais mais marcantes, serão detalhadas as características das crianças e adolescentes da Região Metropolitana de Salvador frente aos adultos e às suas famílias no capítulo 3 que segue e, posteriormente, no capítulo 4, as informações sobre educação e trabalho destes jovens.

CAPÍTULO 3 - CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR

A comparação temporal entre dois bancos de dados permite uma ampla exploração das modificações que ocorreram em dois períodos de observação, uma vez que o volume de informações consistentes, extraídos de um mesmo universo mas em momentos distintos, possibilita comparações de variáveis estruturais, permitindo aprofundar o entendimento dos movimentos que ocorreram no mercado de trabalho em relação à problemática do trabalho da criança e do adolescente.

Assim, utilizando-se dos dados da PED, analisa-se algumas características relativas ao trabalho da criança e do adolescente na RMS. Para tanto considerou-se no primeiro período os meses de Outubro de 1996, - quando se iniciou o levantamento completo da amostra plena no campo¹, - a Fevereiro de 1998, quando se iniciou a atual pesquisa sobre trabalho infantil. Neste período foram realizadas 111.111 entrevistas, correspondendo a pessoas agrupadas em 28.782 famílias.

Em relação ao segundo período, foram recuperadas, em amostra de 1987/1988, as informações referentes às pessoas acima de 10 anos, configurando um total de 96.858 pessoas, agrupadas em 29.309 famílias. Infelizmente, não foi possível recuperar as informações sobre as crianças abaixo de 10 anos de idade, dificultando algumas comparações que envolvam o conjunto dos membros das famílias.

3.1. Características da PIA

Destacando-se apenas a parcela da amostra para a qual há a disponibilidade de dados sobre as formas de inserção na atividade econômica, usualmente considerada como a População em Idade Ativa (PIA) verifica-se, na Tabela 3.1, que em 1996/1998, cerca de 11% das crianças e 39% dos adolescentes estão ocupados ou procurando ocupação, números que mesmo sendo inferiores aos dos adultos apresentam uma primeira aproximação para o tamanho do problema do trabalho infantil.

Comparando-se com os dados levantados em 1987/88 observa-se a redução do envolvimento destas pessoas com a busca ou a realização de atividade econômica, configurando uma queda da Taxa de Participação². Por outro lado, observa-se também o aumento do desemprego, particularmente entre os adolescentes. Estes movimentos entre PIA e PEA são diferenciados para as crianças e adolescentes, já que entre os adultos a Taxa de Participação permanece praticamente a mesma no período de 10 anos.

¹ De julho a setembro de 1996 foram realizadas pesquisas pilotos para ajuste da amostra.

² Neste trabalho, utilizam-se como sinônimos as Taxa de Participação e Taxa de Atividade para expressar a proporção de pessoas economicamente ativas em relação à população em idade ativa.

Tabela 3.1 Composição da PIA por tipo de inserção econômica

Situação	10 a 14 anos		15 a 17 anos		Mais de 18 anos	
	87/88	96/98	87/88	96/98	87/88	96/98
DESEMPREGO OCULTO	1,3	1,2	4,6	6,4	4,6	6,3
Desemprego por Desalento	-	-	2,4	3,4	1,8	2,1
Desemprego c/ Trabalho Precário	-	-	2,2	3,0	2,8	4,2
DESEMPREGO ABERTO	1,5	2,4	7,4	10,3	5,8	7,8
Desempregados/PIA	2,8	3,6	12,0	16,7	10,4	14,1
OCUPADOS	11,4	7,0	30,4	22,0	60,6	56,6
PEA/PIA	14,2	10,6	42,4	38,7	71,0	70,7
INATIVO COM BICO	2,0	1,4	-	1,5	0,7	0,6
INATIVO PURO	83,8	88,0	55,7	59,8	28,3	28,7
Inativos/PIA	85,8	89,4	57,6	61,3	29,0	29,3
PIA	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Taxa de Desemprego (DES/PEA)	19,6	33,8	28,3	43,1	14,7	19,9

Fonte: PED-RMS. UFBA/SEI/SETRAS/DIEESE/SEADE-SP. Nossos cálculos.

Dadas as especificidades do trabalho infantil, bem como as formas de busca da ocupação e de inserção no mercado de trabalho o conceito de Taxa de Desemprego entre as crianças deve ser qualificado. A busca do trabalho infantil, por exemplo, depende muito mais da ação dos parentes e amigos, que de uma forma mais sistemática como encontrada entre os adolescentes e adultos, em que a ação individual desempenha um papel mais relevante.

Duas observações podem ser retidas da Tabela 3.1 acima. Em primeiro lugar, tem-se que as maiores taxas de desemprego referem-se aos adolescentes e em segundo, é importante observar que a Inatividade cresceu de um a outro período entre as crianças e adolescentes, sobretudo a inatividade sem trabalho excepcional entre as crianças de 10 a 14 anos, confirmando os dados já apresentados no Capítulo anterior.

Os dados da Tabela 3.2 mostram que a População em Idade Ativa manteve-se quase inalterada em sua composição etária, com um ligeiro declínio do grupo de crianças entre 10 e 14 anos, o que pode estar refletindo parte do processo de transição demográfica da década de 80, quando houve redução da taxa de crescimento demográfico, e, ao mesmo tempo, repercutindo o processo de aumento da migração de adolescentes e adultos na segunda metade da década de 90.

Tabela 3.2 Composição da População em Idade Ativa por grupo etário (%)

Grupos Etários	87/88	96/98
10 a 14	15,8	13,2
15 a 17	9,0	9,3
Mais de 18	75,2	77,5

Fonte: PED-RMS. UFBA/SEI/SETRAS/DIEESE/SEADE-SP. Nossos cálculos.

A transição demográfica ocorrida em finais da década de 1980, com a queda das taxas de fertilidade, impactou sobre o número de crianças dez anos depois. A manutenção da proporção dos adolescentes sugere que a chamada “onda jovem” ainda não passou na RMS, compensando a perda do número de jovens de idades inferiores a 15 anos.

3.2. Composição da PIA por sexo e cor

Os dados da Tabela 3.3 indicam que os homens apresentam um grau de atividade econômica um pouco mais elevado do que as mulheres, refletindo-se em uma proporção feminina muito mais baixa entre os ocupados do que entre os inativos.

Tabela 3.3 Proporção de Mulheres e negros na Composição da PIA RMS (%)

PIA \ Grupos Idade	% Mulheres			% Negros		
	10 a 14 anos	15 a 17 anos	18 e mais	10 a 14 anos	15 a 17 anos	18 e mais
1996/98						
Inativos	51,8	58,1	72,6	84,2	79,3	74,5
OCUPADOS	30,0	43,1	46,0	93,4	88,2	79,2
Desempregados	33,7	48,3	51,8	92,4	89,1	84,6
PEA	31,2	45,3	47,2	93,1	88,6	80,3
PIA	49,6	53,1	54,6	85,2	82,9	78,6
1987/88						
Inativos	54,0	62,1	78,3	86,1	84,6	77,9
OCUPADOS	31,4	40,4	42,8	92,9	91,9	82,5
Desempregados	23,8	39,0	52,9	92,7	90,3	86,1
PEA	29,9	40,0	44,3	92,8	91,5	83,0
PIA	50,6	52,7	54,1	87,0	87,5	81,5

Fonte: PED-RMS. UFBA/SEI/SETRAS/DIEESE/SEADE-SP. Nossos cálculos

A Tabela 3.3 mostra que as principais mudanças nas diferenças de participação das mulheres entre os ocupados e inativos ocorreram, nestes dez anos, entre os adolescentes e os adultos, sendo menor entre as crianças, que já apresentavam em 1987/88 diferenças significativas entre meninos e meninas. Nesta comparação convém também notar que a proporção de mulheres crianças desempregadas cresce substancialmente, de quase 24%, em 1987/88, para quase 34% dos desempregados de 1996/98, refletindo uma maior disposição para inserir-se na PEA, por parte das meninas, que não encontram ocupação.

Mesmo que a mudança relativa na participação de mulheres entre as crianças tenha mudado pouco, elas constituem a faixa etária mais diferenciada em termos de atividade econômica,

quando comparados meninos e meninas, uma vez que, entre as crianças ocupadas, as meninas representam apenas 30%, enquanto correspondem a quase 52% dos inativos. Entre os adolescentes e os adultos, a diferença da participação das mulheres quando comparados os ocupados e os inativos se reduz, refletindo a associação entre o aumento da Taxa de Atividade feminina e a idade. Destaque-se que entre os inativos adultos quase 73% são mulheres, indicando um grande potencial de oferta de trabalho neste segmento, que era ainda maior em 1987/88, quando as mulheres representavam 78,3% dos inativos. As mulheres adultas estão, portanto, menos inativas. A estabilidade da inatividade para a população como um todo, vista na Tabela 3.1 indica um ritmo intenso de entrada das mulheres no mercado de trabalho na década, mesmo entre as mais jovens.

No que se refere à questão racial, no entanto, os dados mostram que também entre as crianças aumentou a diferença entre inativos e ocupados, crescendo a atividade econômica das crianças negras. Os dados da Tabela 3.3 indicam que as crianças negras apresentam um nível de ocupação mais elevado do que as crianças não negras, uma vez que a proporção de negros entre os ocupados (93%) é substantivamente maior do que a participação de negros entre todas as crianças de 10 a 14 anos (85%). Os mesmos dados também revelam diferentes formas de inserção no mercado de trabalho. As diferenças de proporção dos negros entre os diversos componentes da PIA são sistemáticas em direção a uma maior inserção econômica dos negros na atividade econômica, com uma proporção mais elevada na composição da PEA do que na PIA, diferença que diminui entre os adultos, quando se observa que as crianças negras economicamente ativas representam uma proporção 1,11 vezes maior do que a proporção de crianças de 10 a 14 anos negras entre os inativos. Esta proporção é de 1,12 entre os adolescentes e de 1,06 entre os adultos. A maior exposição das crianças negras ao mercado de trabalho traz conseqüências profundas sobre o desempenho escolar e sobre as possibilidades de fluxo futuro de rendimentos, devido as dificuldades de continuidade do processo de formação profissional. Esta superexposição das crianças e adolescentes negros ao mercado de trabalho aumentou quando se comparam os dados de 1996/98 com os da década passada, particularmente no que se refere às crianças negras.

Pode-se, portanto, concluir que a atividade econômica é maior entre os meninos negros, reduzindo a importância do atributo sexo à medida em que a idade aumenta, ao mesmo tempo em que a inatividade das mulheres cresce. Levando-se em conta apenas os ocupados, as diferenças entre homens e mulheres e entre negros e não negros se ampliam quando comparados com os inativos.

Tabela 3.4 Distribuição da PIA segundo o tempo de migração

PIA \ Grupos Idade	Sempre Morou na RMS			Menos de 3 anos de RMS		
	10 a 14 anos	15 a 17 anos	18 e mais	10 a 14 anos	15 a 17 anos	18 e mais
1996/98						
Inativos	86,1	80,3	46,1	5,6	7,4	6,1
OCUPADOS	80,7	69,3	49,6	10,1	15,8	6,8
Desempregados	82,3	79,3	60,2	6,9	7,3	7,3
PEA	81,2	73,6	51,7	9,0	12,1	6,9
PIA	85,6	77,7	50,1	6,0	9,2	6,7
Taxa de Participação	10,1	36,7	73,0	16,0	50,8	73,1
1987/88						
Inativos	85,6	79,8	48,7	4,8	7,5	7,6
OCUPADOS	74,4	63,3	67,2	12,2	16,3	15,4
Desempregados	83,6	77,1	59,5	3,7	7,3	8,8
PEA	76,2	71,9	65,8	10,5	13,8	13,7
PIA	84,3	76,4	73,2	5,6	10,2	11,1
Taxa de Participação	12,8	39,9	72,2	26,6	57,5	71,6

Fonte: PED-RMS. UFBA/SEI/SETRAS/DIEESE/SEADE-SP. Nossos cálculos

A migração parece ter mudado de forma nos seus componentes internos por faixa etária. Entre os ocupados, a proporção de recém migrantes (menos de 3 anos) cai para todas as faixas, especialmente para os adultos (de 15,4% para 6,8%). Esta proporção entre os inativos cresce um pouco entre as crianças, se mantém praticamente estável para os adolescentes e apresenta uma ligeira queda entre os adultos. Já entre os desempregados, eleva-se bastante a participação dos recém migrantes (de 3,7% para 6,9%) entre as crianças, sem o correspondente movimento entre adolescentes e adultos. Isto sugere que as crianças recém chegadas à RMS vem para a PEA e ficam desempregadas, ainda que haja um ligeiro aumento também da inatividade.

Entre os que sempre viveram na RMS os movimentos são inversos. Eles aumentam sua participação entre as crianças e adolescentes ocupados, caindo entre os adultos ocupados, portanto, os jovens que sempre moraram na RMS estão participando mais do mercado de trabalho. A proporção dos nativos da RMS se mantém também entre os inativos de todas as faixas etárias, aumentando um pouco a sua proporção entre os adolescentes desempregados.

A taxa de participação das crianças que migraram para a RMS há menos de 3 anos (16,0%) é substancialmente maior do que a mesma taxa para as crianças que sempre viveram na região (10,1%), indicando que o processo migratório recente está associado claramente a um aumento da atividade econômica das crianças. Enquanto as crianças que sempre viveram na RMS representavam 80,7% das crianças ocupadas e 86,1% das inativas, entre as crianças recém migrantes, estes percentuais eram de 10,1% e 5,6% sugerindo a diferenciação do grau de envolvimento com a atividade econômica. Entre os adolescentes esta diferença da taxa de participação é ainda maior refletindo o padrão de migração dos jovens que mudam para a RMS

em busca de emprego, aparentemente o encontrando mais do que as crianças que fazem o mesmo percurso. As crianças recém chegadas à RMS desempregadas são uma proporção maior (6,9%) dos desempregados do que entre todas as crianças (6,0%), ao passo que os desempregados adolescentes recém migrantes (7,3%) compõem uma proporção menor do que todos os adolescentes que migraram há menos de 3 anos (9,2%). Contrariamente a isto, os adolescentes recém migrantes ocupados representam 15,8% do grupo de ocupados. Deve-se observar também que a diferença da Taxa de Participação entre os adolescentes recém migrantes e que sempre moraram na RMS (50,8% e 36,7%, respectivamente) é a maior entre os grupos etários considerados. Apesar das diferenças entre migrantes e não migrantes, quando observamos os dois períodos no tempo, as taxas de participação tanto das crianças e adolescentes nativos como dos recém migrados cai, mas percebe-se uma queda muito mais significativa para os que chegam na RMS, o que pode indicar uma mudança no perfil dos novos migrantes, que não vêm mais exclusivamente para a atividade econômica, mas passam a vir para a região e ficam na inatividade, provavelmente em busca de melhor escolaridade³.

Na medida em que as pessoas se incorporam a grupos de idade mais elevada, as diferenças de inserção econômica dos migrantes se reduzem, ficando praticamente indistinta entre os adultos, que apresentam taxas de participação quase iguais entre os recém chegados e os que sempre moraram na RMS. Entre os adultos, a taxa de participação não se reduz no tempo e a migração ocorre para a atividade econômica.

3.2.1. A Composição dos Ocupados

A **Erro! A origem da referência não foi encontrada.** detalha a inserção dos ocupados, mostrando que as crianças se distribuem principalmente entre as ocupações relacionadas a atividades de Conta Própria⁴ e ao Trabalho Familiar. Entre os adolescentes, as ocupações assalariadas são importantes, assim como as de Conta Própria de forma semelhante a dos adultos, ainda que o assalariamento sem carteira esteja mais presente entre os mais jovens. O Trabalho Familiar é praticamente inexistente entre os adultos, enquanto o Trabalho Doméstico absorve em torno de 10% das pessoas deste grupo etário. Mesmo com a proporção elevada entre os adultos, a proporção de crianças e adolescentes no trabalho doméstico é também maior que a dos adultos.

Comparando-se os dados de 1987/88 com os de 1996/98, observa-se o aumento da ocupação de crianças principalmente no trabalho familiar, bem como o aumento do assalariamento das

³ Esta hipótese será melhor analisada no Capítulo 4.

⁴ Na PED, os ocupados podem ser empregados assalariados, os que recebem exclusivamente em espécie, os conta própria ou autônomos, os empregadores, os profissionais universitários autônomos, os donos de negócio familiar, os domésticos e os trabalhadores familiares. Na Tabela 3., os Conta própria incorporam, além dos próprios, os empregadores, profissionais universitários e donos de negócio familiar, que representam uma proporção pequena dos ocupados na amostra, sobretudo entre os mais jovens.

crianças, sobretudo sem carteira de trabalho assinada. Entre os adolescentes, cai a participação dos domésticos, mantendo-se o trabalho familiar e crescendo o assalariamento. Entre os adultos há um aumento da participação do trabalho doméstico, sugerindo uma elevação da idade média deste tipo de ocupação, e uma redução do assalariamento – contrariamente aos mais jovens – aumentando a proporção de assalariados sem carteira assinada. A participação do trabalho familiar infantil que passa de 25,0% em 1987/88 para 31,5% em 1996/98 é um indicador da utilização das crianças como complementos reais de renda, incorporando-as no auxílio a outro membro da família em sua atividade, mesmo que sem remuneração monetária.

Tabela 3.5 Composição da Posição na Ocupação

PIA \ Grupos Idade	10 a 14 anos	15 a 17 anos	18 e mais
1996/98			
Micro empres./CP/Neg. Fam.	32,2	25,4	31,2
Domésticos	13,5	23,2	10,0
TRAB FAMILIAR	31,5	11,3	1,1
Assalariado	22,8	40,2	57,7
Assalariado Sem Cart.	21,4	27,8	9,8
Total Ocupados	100,0	100,0	100,0
1987/88			
Micro empres./CP/Neg. Fam.	35,5	28,0	29,8
Domésticos	19,4	26,5	7,9
TRAB FAMILIAR	25,0	10,0	1,2
Assalariado	20,1	35,5	61,0
Assalariado Sem Cart	18,4	26,4	6,4
Total Ocupados	100,0	100,0	100,0

Fonte: PED-RMS. UFBA/SEI/SETRAS/DIEESE/SEADE-SP. Nossos cálculos

A Tabela 3.6 sugere que a proporção de crianças no trabalho doméstico é maior entre os recém migrantes do que entre os que sempre viveram na RMS. Enquanto 10,1% do total de crianças ocupadas têm menos de 3 anos de RMS, esta proporção entre os domésticos se eleva para 40%. A participação relativa para adultos foi sensivelmente menor, indicando que a ocupação doméstica dos recém migrantes concentra-se de forma significativa entre as crianças de 10 a 14 anos e adolescentes. Esta concentração se manifesta nas altas taxas de recém migrantes entre os domésticos, que no entanto são muito semelhantes à proporção daqueles que sempre viveram na RMS, entre as crianças e adolescentes, mas distintas entre os adultos. Note-se que a proporção dos adultos domésticos que sempre viveram na RMS é maior que entre os recém migrantes, sugerindo uma menor incidência deste tipo de inserção ocupacional na migração mais recente.

Os dados parecem indicar também um certo padrão de migração de ocupados por faixa etária. A proporção das crianças ocupadas (entre 10 e 14 anos) que sempre morou na RMS diminuiu de 80,7%, uma proporção bem mais elevada que a dos adolescentes e adultos maiores de 18 anos. Enquanto, entre os recém migrantes, a proporção entre os domésticos é maior do que a

proporção do total de ocupados, entre os que sempre moraram na RMS esta posição relativa se altera, com os domésticos apresentando proporções de nativos da região menores do que entre o conjunto de ocupados.

A Tabela 3.6 mostra ainda que nos 10 anos considerados (1987-1997) manteve-se a proporção de crianças recém migrantes ocupadas como domésticas, enquanto aumentava a presença de adolescentes recém chegados nesta ocupação. Cresceu a presença de crianças e principalmente de adolescentes recém migrantes como trabalhadores familiares, reduzindo-se a ocupação assalariada das crianças e adolescentes que chegaram à RMS a menos de 3 anos nas duas pesquisas.

Destaque-se também que entre os assalariados, a situação de ter sido sempre residente na RMS parece ser importante para todas as faixas etárias, uma vez que a sua proporção entre este tipo de ocupação é superior à proporção de moradores permanentes da RMS entre o total de ocupados da região.

Tabela 3.6 - Ocupados por Posição na Ocupação e Grupos de Idade segundo tempo de migração para a RMS (%)

PIA \ Grupos Idade	Menos de 3 anos de RMS			Sempre morou na RMS		
	10 a 14	15 a 17	18 e mais	10 a 14	15 a 17	18 e mais
	anos	anos		anos	anos	
1996/98						
Micro empres/CP/Neg Fam	5,8	9,0	4,9	86,5	74,0	46,6
Domésticos	40,0	43,9	18,0	45,2	42,3	32,0
TRAB FAMILIAR	7,1	9,0	6,4	83,6	76,9	50,5
Assalariado	2,6	5,7	5,9	89,2	79,7	54,2
Assalariado Sem Cart	2,7	6,3	9,7	89,1	79,9	55,2
Total Ocupados	10,1	15,8	6,8	80,7	69,3	49,6
1987/88						
Micro empres/CP/Neg Fam	6,3	7,7	5,6	79,7	79,3	48,7
Domésticos	40,3	40,3	19,9	52,5	47,7	34,5
TRAB FAMILIAR	4,6	5,8	6,9	79,4	72,6	47,2
Assalariado	5,0	8,2	7,0	79,8	78,2	53,1
Assalariado Sem Cart	4,8	9,0	10,2	80,3	78,2	56,9
Total Ocupados	12,2	16,3	7,6	74,4	69,9	50,2

Fonte: PED-RMS. UFBA/SEI/SETRAS/DIEESE/SEADE-SP. Nossos cálculos

Detalhando os atributos pessoais dos ocupados por posição na ocupação, a Tabela 3.4 mostra o aumento da ocupação feminina entre os adultos (de 42,9% para 46,0%) e também entre os adolescentes (de 40,9% para 43,1%). Este aumento se dá especialmente no emprego assalariado, mas sobretudo sem carteira de trabalho assinada. Entre as crianças, deve-se notar a crescente participação dos meninos no trabalho doméstico, que fez reduzir a proporção de mulheres de 92% em 1987/88 para 86,1% em 1996/98.

Os dados da Tabela 3.4 também confirmam as hipóteses de predominância feminina no trabalho doméstico, ainda que indiquem uma menor proporção entre as crianças de 10 a 14 anos, sugerindo que nesta faixa etária há uma presença mais do que significativa de meninos exercendo

estas atividades. A razão de masculinidade é maior entre os assalariados em todos os grupos etários, especialmente entre as crianças, refletindo as diferenciações de possibilidade de acesso a estes postos mais formalizados, ainda que tenha havido um aumento da presença de mulheres neste tipo de ocupação. Como já anteriormente assinalado, o trabalho familiar é muito raro entre os adultos e além disto, a Tabela 3.4 mostra que, dos poucos adultos que se dedicam a esta atividade, a proporção de mulheres é muito grande. A proporção de meninas e adolescentes na condição de trabalhadoras por Conta Própria cresce, mas cai para as mulheres adultas, que passam a ser mais assalariadas.

Tabela 3.4 Posição na Ocupação por Grupo de Idade, Sexo e Cor (%)

PIA \ Grupos Idade	Proporção de Mulheres			Proporção de Negros		
	10 a 14 anos	15 a 17 anos	18 e mais	10 a 14 anos	15 a 17 anos	18 e mais
1996/98						
Micro empres/CP/Neg Fam	20,0	29,4	40,6	94,9	87,8	90,4
Domésticos	86,1	93,3	93,5	97,4	92,6	93,6
TRAB FAMILIAR	29,0	32,5	70,0	90,3	88,7	89,6
Assalariado	12,3	25,8	40,3	93,3	85,7	87,3
Assalariado Sem Cart	10,4	20,5	37,2	100,0	86,8	90,0
Total Ocupados	30,0	43,1	46,0	93,4	88,2	89,8
1987/88						
Micro empres/CP/Neg Fam	14,9	25,3	43,8	94,4	94,0	82,3
Domésticos	92,0	94,5	92,7	94,1	94,2	93,7
TRAB FAMILIAR	27,4	30,8	72,1	90,1	88,8	80,7
Assalariado	7,5	14,9	35,3	92,4	89,4	81,1
Assalariado Sem Cart	7,5	14,0	38,4	92,8	91,0	86,4
Total Ocupados	31,7	40,9	42,9	92,9	91,9	82,5

Fonte: PED-RMS. UFBA/SEI/SETRAS/DIEESE/SEADE-SP. Nossos cálculos

Também pode-se observar que as crianças negras são encontradas em maior proporção nas atividades domésticas e de conta própria, além dos assalariados sem carteira, que têm um nível de ocupação superior à proporção de crianças em todas as ocupações, com exceção do trabalho familiar. Isto pode sugerir que, como a cor é um atributo geralmente de toda a família, a proporção de crianças negras ajudando parentes adultos negros têm as mesmas dificuldades de inserção no mercado de trabalho. O predomínio de negros entre os domésticos se verifica também entre os adolescentes e adultos, indicando uma certa conformação do perfil de cor deste tipo de ocupação.

Tabela 3.5 Regularidade Contínua das Ocupações (%)

Posição na Ocupação Agregada	10 a 14	15 a 17	18 e mais	Total
1996/98				
Micro empres/CP/Neg Fam	57,9	65,4	81,1	80,1
Trabalhador familiar	83,7	82,4	88,3	85,6
Domésticos	93,9	95,3	88,2	89,0
Assalariado	89,2	93,8	92,2	92,2
Total	67,9	79,0	85,2	84,5
1987/88				
Micro empres/CP/Neg Fam	58,0	64,7	73,4	72,3
Trabalhador familiar	66,6	73,7	76,8	72,6
Domésticos	91,6	96,6	86,4	88,4
Assalariado	93,3	96,2	94,9	95,0
Total	74,0	85,3	87,6	87,0

Fonte: PED-RMS. UFBA/SEI/SETRAS/DIEESE/SEADE-SP. Nossos cálculos

Os dados da Tabela 3.5 acima mostram que as ocupações são predominantemente regulares⁵ para todas as faixas etárias e tipos de ocupação. Convém destacar, no caso das crianças, que as ocupações de conta-própria apresentam uma grande proporção de irregularidade, assim como na atividade assalariada, que cresce tanto para adolescentes como para crianças. O envolvimento com o trabalho familiar parece ser uma atividade com alto grau de regularidade, que cresceu significativamente para as crianças entre os dois períodos analisados. Em 1987/88, a regularidade das ocupações das crianças era maior que em 1996/98, o que indica uma maior disponibilidade de tempo fora da ocupação. O movimento é contrário para os Trabalhadores Familiares, que passaram a trabalhar com maior regularidade em 1996/98.

Na Tabela 3.6, se evidencia que as crianças ocupadas têm mais tempo de serviço como trabalhador familiar, onde metade das crianças estão nesta atividade há um ano. Observe-se ainda que este tipo de atividade declina com o aumento da idade, os que a exercem continuam esta forma de inserção iniciada anteriormente, uma vez que a mediana do tempo de serviço aumenta. Como esperado, metade das crianças assalariadas estão incorporadas nestes postos de trabalho há menos de 3 meses, sendo de quatro meses a mediana das crianças domésticas. Valores semelhantes foram encontrados para os adolescentes, só havendo diferenciação para os adultos, o que é de se esperar dada a maior dispersão de idade deste grupo.

⁵ A regularidade está sendo definida pela repetição e continuidade da atividade e do fluxo de renda dela decorrente, ao longo do tempo, não se relacionando com a formalização ou não dos vínculos de trabalho. Coincide com o conceito de 'regularidade contínua' da PED.

Tabela 3.6 Tempo de Serviço Mediano em meses

Posição na Ocupação Agregada	10 a 14 anos	15 a 17 anos	18 e mais
1996/98			
Micro empres/CP/Neg Fam	6	6	36
Trabalhadores familiares	12	24	36
Domésticos	4	5	12
Assalariados	3	6	30
1987/88			
Micro empres/CP/Neg Fam	6	6	36
Trabalhadores familiares	15	24	27
Domésticos	3	3	9
Assalariados	3	4	30

Fonte: PED-RMS. UFBA/SEI/SETRAS/DIEESE/SEADE-SP. Nossos cálculos

Ainda que as crianças tenham uma média de jornada de trabalho inferior aos adolescentes e adultos, ela representa mais de um turno diário comprometido com a ocupação, conforme se verifica na Tabela 3.7 abaixo. As diferenças se mantêm quando comparadas as jornadas medianas e o primeiro e nono decís da distribuição, com exceção dos domésticos. Nestas ocupações, apesar da diferença das médias, os valores mais altos da distribuição se aproximam, sendo que, no caso dos assalariados, as crianças apresentam um nono decil mais elevado do que os adultos. No que se refere à jornada média de trabalho das crianças deve-se destacar a moda de 56 horas semanais para as ocupações de domésticos, - e de 60 horas para os adolescentes, - que absorve quase um terço das crianças ocupadas, evidenciando claramente a dificuldade de conciliação de trabalho e estudo neste tipo de inserção econômica. O Trabalho Familiar foi a forma de ocupação que teve crescimento de jornada média no tempo para as crianças, passando de 28 horas semanais em média em 1987/88 para 32 em 1996/98. A jornada média dos Trabalhadores por Conta Própria cresce sobretudo para adultos e adolescentes.

Tabela 3.7 Jornada média semanal dos ocupados, incluindo zeros

	Decil 10%			Decil 50%			Decil 90%			Moda		
	10 a 14	15 a 17	Mais de 18	10 a 14	15 a 17	Mais de 18	10 a 14	15 a 17	Mais de 18	10 a 14	15 a 17	Mais de 18
1996/98												
Micro/CP/Neg Fam	1	2	6	16	24	42	48	60	77	0	0	40
Trab Familiar	6	8	10	24	30	42	56	65	77	20	24	0
Doméstico	9	22	16	42	54	50	70	72	72	56	60	48
Assalariado	7	15	18	30	36	40	60	60	57	30	20	40
1987/88												
Micro/CP/Neg Fam	0	4	6	20	28	40	48	56	72	0	48	48
Trab Familiar	5	12	10	25	30	40	56	60	80	30	20	48
Domésticos	16	28	16	53	56	50	72	72	72	60	60	60
Assalariado	12	20	20	36	45	42	60	66	60	48	48	40

Fonte: PED-RMS. UFBA/SEI/SETRAS/DIEESE/SEADE-SP. Nossos cálculos

Neste aspecto, o trabalho familiar, também importante fonte de ocupação para as crianças, apresenta uma jornada média menor, apesar da grande dispersão evidenciada pela distância entre o primeiro e o nono decil (50 horas), ainda que menor do que entre os domésticos (61 horas)

e assalariados (53 horas). As distâncias entre o nono decil e a mediana que indicam a concentração nos valores superiores da distribuição, excluindo os extremos mais altos, apresentadas na Tabela 3.8, mostram que enquanto entre os adultos assalariados há uma maior concentração de jornadas em torno da mediana, a dispersão cresce no que se refere ao assalariamento adolescente e principalmente infantil, podendo ser interpretado como um indicador da maior precariedade deste tipo de vínculo com o mercado de trabalho. No que se refere aos outros tipos de ocupação, com exceção dos domésticos, a relação se inverte com a dispersão de jornada aumentando com a idade dos trabalhadores. A situação dos domésticos, ocupação intensiva na utilização de crianças e adolescentes, se explica pela elevada jornada mediana.

Tabela 3.8 Diferença entre nono decil e mediana da jornada semanal média

	10 a 14	15 a 17	Mais de 18
1996/98			
Micro/CP/Neg Fam	32	36	35
Trab Familiar	32	35	35
Doméstico	28	18	22
Assalariado	30	24	17
1987/88			
Micro/CP/Neg Fam	28	28	32
Trab Familiar	31	30	40
Doméstico	19	16	22
Assalariado	24	21	18

Fonte: PED-RMS. UFBA/SEI/SETRAS/DIEESE/SEADE-SP. Nossos cálculos

Em relação a 1988, houve um aumento da cauda superior da distribuição da jornada dos domésticos crianças e adolescentes, permanecendo estável este indicador entre os adultos. Fenômeno semelhante pode ser observado entre os assalariados, ainda que em menor intensidade, refletindo uma maior dispersão superior da jornada. A dispersão aumenta no tempo para crianças e adolescentes em todas as posições na ocupação. Entre os adultos, contrariamente, chega a diminuir um pouco para trabalhadores familiares e mantém-se praticamente estável nas demais ocupações.

Ainda que não seja possível distinguir os dados de crianças e adolescentes por razões de representatividade estatística, os dados da Tabela 3.9 são sintomáticos dos impactos da ocupação sobre a formação destes jovens. Além de jornadas relativamente altas, a proporção de trabalhadores, especialmente os assalariados e os de conta própria, que exercem mais de uma atividade econômica pode ser interpretada como mais uma indicação de que há um grande grau de precariedade nas relações de trabalho dos jovens, mesmo que a incidência do trabalho adicional seja inferior à ocorrência do fenômeno entre os adultos. Nos dez anos considerados, o trabalho adicional aumentou, especialmente entre os assalariados e domésticos, sugerindo uma redução de seus níveis de rendimento. Entre os trabalhadores familiares houve uma redução do trabalho adicional, indicando que este tipo de atividade passou a incorporar a maior parte da dedicação de seus trabalhadores, mesmo entre os mais jovens.

Tabela 3.9 Proporção de trabalhadores com trabalho adicional

Trabalho adicional	10 a 17 anos	18 e mais
1996/98		
Micro empres/CP/Neg Fam	6,0	11,0
Trabalhador familiar	2,5	5,2
Domésticos	2,2	7,1
Assalariado	4,8	12,1
1987/88		
Micro empres/CP/Neg Fam	5,4	9,8
Trabalhador familiar	3,2	4,0
Domésticos	1,3	7,3
Assalariado	2,2	8,3

Fonte: PED-RMS. UFBA/SEI/SETRAS/DIEESE/SEADE-SP. Nossos cálculos

Os dados da Tabela 3.10 abaixo sugerem que aumenta a ocupação de crianças em Salvador, principalmente em trabalhos familiares e em atividade de conta própria, declinando a ocupação dos adolescentes, especialmente os assalariados, refletindo uma maior absorção destes nos mercados de trabalho dos outros municípios da RMS, fora de Salvador. No que se refere aos adolescentes, reduz ainda mais a participação dos postos de trabalho familiar em Salvador. As proporções de ocupações assalariadas em Salvador não diferem substancialmente entre os diversos grupos etários considerados. Ressalte-se que no caso de emprego doméstico adulto há uma super representação dos postos de trabalho em Salvador, indicando que o emprego de maiores de 18 anos fora de Salvador na atividade doméstica é significativamente mais raro.

Tabela 3.10 Proporção dos que trabalham em Salvador (%)

	10 a 14 anos	15 a 17 anos	18 e mais
1996/98			
Micro empres/CP/Neg Fam	72,4	72,3	81,0
Trabalhador familiar	72,5	68,9	75,0
Domésticos	80,9	85,1	89,4
Assalariado	75,9	75,6	77,3
Total	74,4	76,2	79,6
1987/88			
Micro empres/CP/Neg Fam	66,7	76,1	78,6
Trabalhador familiar	64,4	68,0	72,1
Domésticos	83,4	87,2	89,9
Assalariado	84,2	85,0	78,9
Total	73,0	81,5	79,6

Fonte: PED-RMS. UFBA/SEI/SETRAS/DIEESE/SEADE-SP. Nossos cálculos

Quase 10% das crianças assalariadas trabalham na própria residência com cômodos adaptados ou não, proporção que cai para pouco mais de 6% entre os adolescentes e menos de 2% entre os adultos. Estas proporções são em 1996/98, menores do que em 1987/88 para as crianças e adolescentes e são mais ou menos as mesmas para os adultos. A maior participação do trabalho realizado na própria residência ocorre entre as crianças que são trabalhadores familiares, revelando que há uma grande aproximação entre o trabalho de ajuda a familiares e o próprio

trabalho doméstico para as crianças e adolescentes. Por outro lado, dada a natureza do trabalho familiar em ajuda a parente, a proporção dos que fazem esta ajuda fora da residência é um importante indicador do tipo de contribuição que estas crianças trazem à renda familiar, mesmo recebendo apenas remuneração em espécie ou benefício. A alta proporção encontrada entre os adultos deve ser interpretada com cautela, devido a pouca representatividade deste tipo de inserção produtiva desta faixa etária. O aumento da proporção de trabalho na residência das crianças e adolescentes assalariados pode ser interpretado como um indicador de formas de assalariamento associadas com o trabalho na família.

Tabela 3. 11 Proporção dos que têm local do trabalho fora da residência

	10 a 14	15 a 17	18 e mais
1996/98			
Micro empres/CP/Neg Fam	88,4	84,6	71,2
Trab. Fam.	72,1	72,5	70,8
Assalariado	91,0	94,2	98,9
1987/88			
Micro empres/CP/Neg Fam.	90,8	85,5	67,7
Trab. Fam	74,1	72,8	62,3
Assalariado	98,4	99,0	99,6

Fonte: PED-RMS. UFBA/SEI/SETRAS/DIEESE/SEADE-SP. Nossos cálculos

Como mais um indicador da precariedade das formas de inserção das crianças e adolescentes no mercado de trabalho, os dados da Tabela 3. 12 revelam que quase 99% das crianças em atividades ditas de conta própria trabalham com menos de dez colegas. Deve-se comentar que também entre adultos e adolescentes as ocupações deste tipo com mais de 10 trabalhadores correspondem a pouco mais de 94% de todos os postos correspondentes. No entanto, também entre os assalariados, a concentração de atividade econômica em pequenos estabelecimentos é bastante alta para as crianças e adolescentes, atingindo pouco mais de 60% apenas entre os adultos. A queda observada de 1987 para 1997 da proporção dos assalariados adolescentes e adultos que trabalham com mais de 10 colegas indica o crescimento da ocupação assalariada entre as pequenas empresas.

Tabela 3. 12 Proporção dos que trabalham com mais de 10 trabalhadores

	10 a 14	15 a 17	18 e mais
1996/98			
Micro empres/CP/Neg Fam	1,1	6,5	6,7
Trab Fam	0,7	1,4	5,0
Assalariado	12,3	15,0	39,4
1987/88			
Micro empres/CP/Neg Fam	-	-	5,5
Trab Fam	-	-	-
Assalariado	-	22,8	58,8

Fonte: PED-RMS. UFBA/SEI/SETRAS/DIEESE/SEADE-SP. Nossos cálculos

Entre os conta própria que, como vimos na **Erro! A origem da referência não foi encontrada.**, absorvem quase um terço das crianças ocupadas, cerca de 80% trabalham diretamente para o público, caindo esta proporção para 60% entre os adolescentes e pouco mais de 63% entre os adultos. Pode-se inferir a partir destes dados que as atividades consideradas autônomas mais precárias, voltadas diretamente para o atendimento do público são as que mais absorvem crianças.

Nos dois períodos considerados observa-se uma substancial mudança interna nas formas de atuação dos conta própria que reduzem suas atividades diretamente relacionadas com o público, aumentando sua clientela empresarial, especialmente entre os adultos (de 12,9% para 36,3%), ao mesmo tempo em que mantêm a mesma proporção de utilização de instrumentos de trabalho próprios. Entre as crianças e adolescentes, o aumento da relação com a clientela empresarial foi acompanhada de redução da posse dos instrumentos de trabalho, sugerindo um certo assalariamento, disfarçado de relações autônomas.

Tabela 3. 13 Algumas características dos Conta Própria

Proporção do total de CP	10 a 14	15 a 17	18 e mais
1996/98			
Trabalha Para o Público	79,6	60,2	63,7
Tem Instrumentos Próprios	60,0	47,9	78,9
1987/88			
Trabalha Para o Público	83,8	75,5	87,1
Tem Instrumentos Próprios	69,9	56,3	80,5

Fonte: PED-RMS. UFBA/SEI/SETRAS/DIEESE/SEADE-SP. Nossos cálculos

Entre os assalariados, os dados levantados não indicam a presença do fenômeno da terceirização⁶ entre as crianças, com um pequena evidência nos adolescentes e atingindo uma

⁶ A empresa onde trabalha é diferente da que paga o salário.

proporção de quase 8% dos assalariados adultos. Entre estes, quase 80% têm carteira assinada e mais de 70% têm emprego em empregador privado. As crianças e adolescentes diferem em termos de formalização de vínculos, evidenciando a eficácia das restrições legais ao trabalho infantil, apesar de que a substancial diferença na proporção de empregadores privados que empregam crianças em comparação aos adultos e adolescentes também possa ser interpretado como uma evidência da burla destas restrições.

Tabela 3. 14 Algumas características dos Assalariados

Proporção do total de Assalariados	10 a 14	15 a 17	18 e mais
1996/98			
Terceirizados	-	1,9	7,8
Carteira Assinada	1,5	14,7	79,1
Empregador Privado	95,4	81,7	70,4
1987/88			
Terceirizados	-	-	7,2
Carteira Assinada	-	19,3	81,4
Empregador Privado	95,5	92,4	72,7

Fonte: PED-RMS. UFBA/SEI/SETRAS/DIEESE/SEADE-SP. Nossos cálculos

3.2.2. Os inativos

Como esperado, a maior parte das crianças e adolescentes inativos são estudantes, como se mostra na Tabela 3. 15. A proporção reportada de crianças que não têm atividades econômicas e, além de não estudar, vivem de ajuda de outros, o que reflete um certo grau de precariedade de renda, é de mais de 4%, crescendo para quase oito por cento quando se consideram os adolescentes. Entre os adultos, aposentadorias, pensões e rendas de não trabalho constituem quase 40% da inatividade, taxa apenas um pouco superior aos afazeres domésticos como característica de inatividade.

Tabela 3. 15 Composição dos Inativos

	10 a 14 anos	15 a 17 anos	Mais de 18
1996/98			
Aposentado/Outro	-	-	39,6
Afazeres domésticos	-	-	36,0
Estudante	94,7	87,9	12,3
Vive de Ajuda	4,2	7,8	12,0
1987/88			
Aposentado/Outro	-	-	29,2
Afazeres domésticos	2,3	7,8	50,6
Estudante	93,2	83,8	10,9
Vive de Ajuda	4,1	7,8	9,3

Fonte: PED-RMS. UFBA/SEI/SETRAS/DIEESE/SEADE-SP. Nossos cálculos

3.2.3. Os desempregados

Os dados da Tabela 3. 16 indicam diferentes formas de procurar trabalho por parte dos desempregados. Enquanto os adultos recorrem a visitas a empresas, buscam agências, sindicatos, respondem ou colocam anúncios em jornais, contatam clientes e adotam outras formas mais tradicionais de procura numa proporção superior a 70%, as crianças e adolescentes buscam suas ocupações através de conhecidos e parentes ou diretamente na rua. Estes dados sugerem que a inserção das crianças no mercado de trabalho tem um grande componente relacionado com a rede de relações sociais em que se encontra a família.

A comparação dos resultados das pesquisas no período de 1987 a 1997 mostra que houve uma mudança da posição relativa das formas de procurar ocupação entre as crianças e adolescentes que reduziram a busca diretamente na rua, aumentando a busca das redes de relações através de conhecidos e amigos.

Tabela 3. 16 Formas de procurar trabalho pelos desempregados

	10 a 17 anos	Mais de 18
1996/98		
PROC EMP/AG/SIN/Jornal/Outra	47,4	70,3
PROCURARAM CONHECIDOS	36,3	20,2
PROCURARAM NA RUA	16,3	9,6
1987/88		
PROC EMP/AG/SIN/Jornal/Outra	49,7	70,1
PROCURARAM CONHECIDOS	27,8	16,0
PROCURARAM NA RUA	22,5	13,9

Fonte: PED-RMS. UFBA/SEI/SETRAS/DIEESE/SEADE-SP. Nossos cálculos

Aparentemente não há grandes diferenças entre crianças, adolescentes e adultos quando se analisa o tempo dedicado à procura de trabalho. Em relação a 1987/88, os dados de 1996/98 parecem sugerir uma menor pressão da demanda de trabalho por parte das crianças que procuraram ocupação nos sete dias anteriores às das datas da pesquisa (de 35,2% para 27,8%) de acordo com a Tabela 3. 17. Esta Tabela também mostra que a procura é mais intensa no último mês, havendo uma maior participação na procura dentro do mês da pesquisa, porém além da semana, entre as crianças, sugerindo que elas têm uma ação menos sistemática de busca contínua de emprego. Os adultos, com suas responsabilidades maiores apresentam uma proporção maior de busca nos últimos sete dias do que as crianças e adolescentes.

Tabela 3. 17 Tempo da última procura de trabalho

	10 a 14 anos	15 a 17 anos	Mais de 18
1996/98			
ULT 7 DIAS	27,8	28,2	38,5
DE 8 A 30 DIAS	52,3	47,7	40,7
DE 1 A 3 MESES	15,6	19,1	16,2
Mais de 3 meses	4,4	5,0	4,6
1987/88			
ULT 7 DIAS	35,2	28,6	31,2
DE 8 A 30 DIAS	46,5	50,4	46,2
DE 1 A 3 MESES	-	18,0	16,5
Mais de 3 meses	-	3,0	6,1

Fonte: PED-RMS. UFBA/SEI/SETRAS/DIEESE/SEADE-SP. Nossos cálculos

Uma outra diferença da situação das crianças e adolescentes desempregados em relação aos adultos refere-se ao tempo de serviço na última ocupação e o tempo de desemprego, como se vê na Tabela 3. 18 onde destaca-se a maior rotatividade das ocupações que empregam crianças

Tabela 3. 18 Tempo de serviço na última ocupação e tempo de desemprego

% com menos de 1 ano	10 a 14 anos	15 a 17 anos	Mais de 18
1996/98			
Trabalhava	79,1	62,8	30,4
Saiu	92,7	89,3	64,2
1987/88			
Trabalhava	60,6	63,9	31,9
Saiu	95,8	93,8	68,3

Fonte: PED-RMS. UFBA/SEI/SETRAS/DIEESE/SEADE-SP. Nossos cálculos

3.3. Famílias

Como já referenciado no Capítulo 1, a inserção das crianças no mercado de trabalho não está exclusivamente relacionada aos níveis de renda familiar, mas também reflete outras variáveis sociais e demográficas, relacionadas com a estrutura das famílias, níveis de escolaridade e posição na ocupação dos membros adultos. O relacionamento dos adolescentes com o mercado de trabalho é ainda mais complexo porque, além das variáveis já consideradas, também reflete a decisão individual mais aproximada do comportamento dos adultos.

3.3.1. A distribuição das famílias

Ao se analisar a problemática do trabalho infantil e de adolescentes pela ótica familiar é necessário distinguir aqueles casos que se referem apenas às famílias que possuem algum dos seus membros nas idades pertinentes. Das famílias da Região Metropolitana de Salvador, pesquisadas pela PED em 1996/98 somente 30,4% possuíam entre seus membros crianças, quase 24% tinham adolescentes e 42,3% tinham adolescentes ou crianças entre seus membros, como se evidencia na Tabela 3. 19.

Estes dados mostram que quase 60% (57,7% em 1996/98) das famílias da RMS não estão diretamente relacionadas com a problemática do trabalho infantil e/ou adolescente pois não possuem membros nestas faixas etárias.

Tabela 3. 19 Distribuição das Famílias segundo a idade de seus membros e relação com a PEA(%)

	1987/88	1996/98
Famílias sem crianças	66,5	69,6
Famílias sem adolescentes	76,7	76,2
Famílias sem crianças e adolescentes	56,2	57,7
Das famílias com crianças	33,5	30,4
Nenhuma criança na PEA	82,4	87,2
Uma criança na PEA	14,7	11,2
Mais de uma criança na PEA	2,9	1,7
Das famílias com adolescentes	23,3	23,8
Nenhum adolescente na PEA	55,1	57,5
Um adolescente na PEA	38,5	37,1
Mais de um adolescente na PEA	6,4	5,3
Com crianças ou adolescentes	43,8	42,3
Nenhum adolescente ou criança na PEA	67,2	70,0
Um adolescente ou criança na PEA	24,4	23,7
Mais de um adolescente ou criança na PEA	8,4	6,3

Fonte: PED-RMS. UFBA/SEI/SETRAS/DIEESE/SEADE-SP. Nossos cálculos

Entre as famílias que têm crianças (30,4% de todas as famílias em 1996/98, proporção menor que os 33,5% de 1987/88), quase 13% têm pelo menos uma de suas crianças na PEA, enquanto 42,4% das famílias que têm membros na idade entre 15 e 17 anos está relacionada com um ou mais de seus jovens economicamente ativos.

Mais de dois terços das famílias que têm crianças, têm apenas uma – proporção que cresceu significativamente na década, enquanto que o terço com mais de uma criança não insere todas no

mercado de trabalho. A maior parte das famílias não utiliza suas crianças na atividade econômica como se pode observar na segunda coluna da Tabela 3. 20 a seguir, que sugere que quase 13% das famílias têm pelo menos um dos seus membros na faixa de 10 a 14 anos economicamente ativo. O número de crianças, no entanto, sugere que a existência de mais de uma criança na família introduz o problema da escolha de quem vai para o mercado de trabalho e quem fica. Nas famílias com mais de duas crianças, apenas aproximadamente um terço coloca a criança adicional também no mercado de trabalho.

Tabela 3. 20 Distribuição das crianças na PEA por crianças na PIA

Crianças na PIA	Crianças na PEA (%)			
	Nenhuma	Uma	Duas ou mais	Todas
1996/98				
Uma	90,6	9,4	0,0	68,3
Duas ou mais	79,7	15,0	5,3	31,7
Todas	87,2	11,2	1,6	100,0
1987/88				
Uma	87,2	12,8	0,0	59,5
Duas ou mais	75,2	17,5	7,3	40,5
Todas	82,4	14,7	2,9	100,0

Fonte: PED/RMS- SEI/UFBA/SEADE/DIEESE/SETRAS. Nossos cálculos

Por outro lado, a Taxa de Atividade das crianças é fortemente influenciada pelo tamanho da família; porém, deve-se destacar que entre as famílias que têm suas crianças na PEA a relação entre tamanho e participação diminui, indicando que há uma certa preservação dos membros infantis em relação à exposição ao mercado de trabalho.

Tabela 3. 21 Taxa de Atividade Média por Família com Crianças

Tamanho da família	Famílias c/ PIA infantil		Famílias c/ PEA infantil	
	Chefe homem	Chefe mulher	Chefe homem	Chefe mulher
1996/98				
2 a 4 pessoas	7	11	92	89
5 a 7 pessoas	10	13	76	80
8 ou mais	13	11	63	60
1987/88				
2 a 4 pessoas	12	17	88	86
5 a 7 pessoas	12	17	64	74
8 ou mais	13	19	58	63

Fonte: PED/RMS- SEI/UFBA/SEADE/DIEESE/SETRAS. Nossos cálculos.

Os dados da Tabela 3. 21, que refletem as Taxas de Atividade Infantil (PEA/PIA) média das famílias entre as que têm crianças e que têm crianças na PEA, sugerem uma relação positiva entre o tamanho da família e a utilização econômica de suas crianças, especialmente nas famílias chefiadas por mulher, como se observa nas duas primeiras colunas da Tabela 3.24. Já as duas últimas colunas, que reproduzem as médias calculadas apenas entre as famílias que têm crianças economicamente ativas, mostram uma menor utilização das crianças nas famílias chefiadas por mulher, com exceção das famílias de 5 a 7 membros e uma relação inversa, para os dois tipos de famílias entre a Taxa de Atividade média por família e o número de seus membros. Observando-se os dois períodos analisados, percebe-se uma queda clara da atividade das crianças em famílias com PIA infantil com até sete membros; nas famílias maiores, com oito membros ou mais, a queda só acontece entre as famílias chefiadas por mulheres.

Tabela 3. 22 Características do tamanho das famílias da RMS

	Amostra 1987/88			Amostra 1996/98		
	Crianças	Adolescentes	Adultos	Crianças	Adolescentes	Adultos
Média total membros família	4,81	5,24	3,31	5,33	5,37	3,86
(desvio padrão)	1,94	2,11	1,92	1,99	2,15	2,03
% de famílias com pelo menos um membro na PEA tendo um na PIA	12,8	39,8	72,8	9,4	37,5	71,3
% de famílias com pelo menos um membro na PEA tendo dois na PIA	21,3	59,3	90,1	17,4	57,6	88,8
% de famílias com pelo menos um membro na PEA tendo três na PIA	31,2	67,2	93,1	30,3	75,0	93,2
% de famílias com pelo menos um membro na PEA	17,6	44,9	88,8	12,8	42,5	90,6

Fonte: PED-RMS. UFBA/SEI/SETRAS/DIEESE/SEADE-SP. Nossos cálculos

Os dados da Tabela 3. 22 indicam surpreendentemente uma elevação do tamanho médio das famílias com pelo menos uma criança, um adolescente e um adulto entre os dois pontos das pesquisas. Por outro lado, evidencia-se também que houve uma redução da proporção de famílias com filhos na PEA, sendo esta redução maior nas famílias com menos membros na PIA respectiva. Por exemplo, enquanto entre as famílias com uma criança, a proporção daquelas que as inseriam na PEA caía de 12,8% para 9,4%, entre aquelas com 3 crianças a proporção das famílias com crianças na PEA só declinava de 31,2% para 30,3%. Isto reforça a hipótese de que as famílias maiores continuam tendo maior probabilidade de colocar seus filhos na PEA.

Outros elementos importantes na caracterização das famílias encontram-se na Tabela 3. 23 a seguir.

Tabela 3. 23 Outras características da estrutura familiar

	Amostra 1987/88			Amostra 1996/98		
	Crianças	Adolescentes	Adultos	Crianças	Adolescentes	Adultos
% de família só com chefe sem cônjuge	25,1	29,5	32,3	28,22	33,72	37,97
% de famílias com chefe assalariado com carteira ou funcionário público	42,9	40,1	43,2	36,12	31,57	33,96
% de famílias com empregada doméstica moradora	6,3	9,1	6,1	5,50	7,39	5,81
Tempo de serviço médio chefe de família ocupado com PIA correspondente (media de meses) (desvio padrão)	68,90 102,16	72,71 108,29	58,53 95,60	68,63 103,35	70,39 102,69	60,86 100,73
Tempo de migração médio chefe de família migrante com PIA correspondente (anos)	20,9 12,0	22,2 13,0	19,7 13,5	22,6 13,0	23,4 13,5	22,5 15,0
Idade média do chefe de família (media de anos) (desvio padrão)	43,9 11,1	45,5 11,9	41,9 14,5	44,3 11,0	45,5 11,9	44,4 15,0

Fonte: PED-RMS. UFBA/SEI/SETRAS/DIEESE/SEADE-SP. Nossos cálculos

Os dados indicam que a proporção de famílias apenas com chefe, sem o cônjuge aumentou nas duas amostras, tanto naquelas com crianças, como nas só com adultos. A expansão das famílias com um adulto chefe é um fenômeno esperado, assim como a maior precariedade das relações de trabalho dos chefes de família. A proporção de assalariados com carteira ou funcionários públicos entre os chefes de famílias caiu entre os dois períodos considerados. Esta perda relativa das formas de inserção produtiva mais estabilizadas entre os chefes de família, também se reproduz na queda da participação de famílias que têm despesas com empregadas domésticas moradoras.

Considerando-se a renda média das crianças, adolescentes e adultos ocupados que receberam rendimentos em dinheiro, verifica-se na Tabela 3. 24 algumas características importantes das famílias que colocam suas crianças no mercado de trabalho, em contraste com outras que, mesmo tendo crianças entre seus membros, as mantêm como economicamente inativas.

Tabela 3. 24 Características das Famílias com crianças

Características	Entre as famílias com pelo menos uma criança de 10 a 14 anos	
	Nenhuma na PEA	1 ou mais
Chefe Mulher	25,8%	30,5%
Renda dos Adultos		
Média (Real corrente)	698,7	379,7
Mediana	313	200
Quartil 3	765	440
Tempo de Serviço do Chefe		
Média (meses)	98,9	84,2
Mediana	60	36
Quartil 3	168	120
Escolaridade do Chefe		
Média (anos)	7,7	5,6
Mediana	8	5
Quartil 3	11	8
Chefes assalariados	34,4%	24,0%

Fonte: PED/RMS- SEI/UFBA/SEADE/DIEESE/SETRAS. Nossos cálculos.

Nas famílias com crianças na PEA, os adultos têm renda média mais baixa e seus chefes são em menor proporção assalariados, com menor escolaridade e apresentam uma proporção de chefes mulheres mais elevada. Essas famílias ocupam seus postos de trabalho há menos tempo, em relação àquelas que os chefes, mesmo tendo crianças, não as colocam no mercado de trabalho.

Tabela 3. 25 Renda média por família dos seus membros por faixa etária (Reais de Fevereiro de 1998)

	Amostra 1987/88			Amostra 1996/98		
	Crianças	Adolescentes	Adultos	Crianças	Adolescentes	Adultos
Renda adultos Média real por família	1731,6	1831,2	1789,7	840,4	893,7	867,2
	2807,1	2888,25	3088,9	1147,6	1213,7	1175,3
Renda Crianças Média real por família	130,5	136,4	127,5	53,3	49,0	53,1
	198,2	212,3	180,9	44,4	42,0	44,2
Renda Adolescentes Média real por família	230,2	240,5	240,2	106,3	112,9	112,3
	234,2	238,5	238,6	95,4	123,2	122,9
Renda real dos adultos por família que tem rendimento da PIA correspondente	930,0	1167,6	1789,7	397,6	597,4	867,2
	1040,5	1511,9	3088,9	415,7	807,99	1175,3
Renda real dos adolescentes por família que tem rendimento da PIA correspondente	228,4	240,5	246,1	107,3	112,9	112,9
	227,0	238,5	248,0	145,1	123,2	129,2
Renda real das crianças por família que tem rendimento da PIA correspondente	130,5	150,5	129,2	53,3	44,7	51,8
	198,2	256,7	191,8	44,4	35,7	42,8

Fonte: PED/RMS- SEI/UFBA/SEADE/DIEESE/SETRAS. Nossos cálculos.

Nota: Renda real em fevereiro de 1998, exclusive famílias com renda zero.

Na Tabela 3. 25 pode-se constatar que, entre os dois períodos analisados, houve redução generalizada da renda média de todos os tipos de família, redução essa que levou os níveis de renda a patamares inferiores à metade daqueles observados no primeiro momento da pesquisa. Os rendimentos das crianças são muito baixos, apenas um pouco mais que R\$ 50, enquanto os

adolescentes ganham um pouco menos que um salário mínimo. Como os rendimentos das crianças correspondem a cerca de 6,0% do rendimento familiar e os dos adolescentes à 13,0%, tem-se que a verdadeira garantia do sustento familiar são os ganhos dos adultos, cerca de R\$ 860 em média. Dessa forma, a implementação de políticas específicas para garantir a retirada das crianças do mercado de trabalho, bem como limitar a inserção dos adolescentes, deve assegurar grandes ganhos sociais a custos não muito elevados.

Tabela 3. 26 Distribuição dos membros das famílias

Posição no domicílio	Amostra 1987/88			Amostra 1996/98		
	Pessoas	Idade Média	Desvio Padrão	Pessoas	Idade Média	Desvio Padrão
Todos	100,0	30,1	16,1	100,0	32,1	17,1
Chefe e cônjuge	49,2	39,7	13,9	49,1	42,6	14,5
Filho	37,5	18,0	7,0	37,3	19,3	8,0
Doméstico(a) e parente doméstico(a)	2,0	22,7	9,5	2,0	25,0	9,8
Agregados e outros parentes	10,7	29,9	19,8	10,9	30,2	20,5
Outros	0,6	26,6	11,0	0,7	29,2	13,1

Fonte: PED/RMS- SEI/UFBA/SEADE/DIEESE/SETRAS. Nossos cálculos.

Por fim, apresentam-se, na Tabela 3. 26, a distribuição dos membros das famílias, nos dois períodos analisados. O casal, chefe e cônjuge, por exemplo, representa cerca de 50,0% do tamanho médio das famílias da RMS, com idade média em torno dos 42 anos. Os filhos representam 37,5% do tamanho das famílias e têm, em média 19 anos, enquanto os agregados e outros parentes, com 10,9% do tamanho das famílias, apresentam idade média de 30 anos. Os domésticos representam apenas 2% da composição familiar e têm, em média 25 anos. Numa comparação dos dados do primeiro momento da pesquisa (1987/88) com o segundo (1996/98), pode-se perceber que a questão do envelhecimento populacional, tão presente nos países economicamente mais avançados, encontra-se também presente na RMS. Isso se verifica para todos os membros das famílias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTONJI, J. G., HAYASHI, F. and KOTLIKOFF, L. J. Parental Altruism and Inter Vivos Transfers: Theory and Evidence. In: *Journal of Political Economy*, 1997, v. 105, n. 6, pp. 1121-1166.
- AZEVEDO, J. S. Gabrielli de. Trabalho da Criança e do Adolescente: Referências à Decisão Familiar sobre a Entrada na PEA. In: *Revista Econômica do Nordeste*, v. 29, n. especial, pp. 787-804, Jul. 1998.
- AZEVEDO, 1997. Qualificação REN.
- AZEVEDO, J.S.G. de; MENEZES, W.F. Mudanças nos mercados de trabalho de algumas regiões metropolitanas: desemprego e informalidade. *Força de Trabalho e Emprego*, v.14, n.1/2/3. Salvador: CRT, 1996.
- BAIROS, Luiza. – Crianças e Adolescentes no Mercado de Trabalho da Região Metropolitana de Salvador – *Rev. Força Trabalho e Emprego Salvador* – vol. 9, n. 3, 1992.
- BARROS, R. P. e LAM, D. Desigualdade de Renda, Desigualdade de Educação e Escolaridade das Crianças no Brasil. In: *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 23, n. 2, ago. 1993, pp. 191-218.
- BARROS, R. P. e MENDONÇA, R. Infância e Adolescência no Brasil: As Conseqüências Da Pobreza Diferenciada Por Gênero, Faixa Etária E Região De Residência. In: *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 21, n. 2, ago. 1991, pp. 355-376.
- BARROS, R. P., CAMARGO, J. M. e MENDONÇA, R. Pobreza, Estrutura Familiar e Trabalho. In: FERNANDES, R. (org.), op. cit., 1995.
- BARROS, R. P., FOX, L. and MENDONÇA, R. Female-Headed Households, Poverty and the Welfare of Children in urban Brazil. In: *Economic Development and Cultural Change*, v. 45, n. 2, 1997, pp. 231-257.
- BECKER, G. A Theory of Social Interaction. In: *Journal of Political Economy*, v. 82, Dec. 1974, pp:1063-93.
- BECKER, G. A Treatise on the Family. 2ed. Cambridge, HUP, 1991.
- BETTIO & VILLA, 1998. (Nota 37, cap.1)
- BROWNING, M. Children and Household Economic Behavior. In: *Journal of Economic Literature*, vol. 300, Sep. 1992, pp. 1431-1475.
- CACCIAMALI, Maria Cristina. *Informalização Recente do Mercado de Trabalho Brasileiro*. Ministério do Trabalho. Texto para Discussão, n. 19, 1989.
- CARD, D. E.. & KRUEGER, A. B. *Myth and measurement: the new economics of the minimum wage*. Princeton: Princeton University Press, 1995.
- CARVALHO, José Carmelo Braz; KAPPEL, Maria Dolores Bombardelli; ALVES, Maria Isabel Coelho. Condições Educacionais. *Indicadores Sociais. Uma Análise da Década de 1980*, IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -, Rio de Janeiro, 1995.
- CARVALHO, Mario Cesar. Trabalho é proibido a menores de 16 anos. *Folha de São Paulo*, 1-6, 14.01.1999.
- CERVINI, R. e BURGER, F. O Menino Trabalhador no Brasil Urbano dos Anos 80. In: FAUSTO, A. e CERVINI, R. (org), op. cit., 1991.
- CERVINI, R., BURGER, F. O Menino Trabalhador no Brasil Urbano dos Anos 80. In: FAUSTO, A., CERVINI, R. (org.) op. cit. , 1991.
- CROMPTON, R. GALLIE, D. and PURCELL, K. Changing Forms of Employment. Organisations, Skills and Gender. London: Routledge, 1996.
- DEX, S. H. , JOSHI, H., MACRAN, S. and McCULLOCH, A. Women's Employment Transitions Around Child Bearing. In: *Oxford Bulletin of Economics and Statistics*, v. 60, n. 1, 1998, pp. 80-97.
- FAUSTO, A. e CERVINI, R. (org.) *O Trabalho e a Rua: Crianças e Adolescentes no Brasil Urbano dos Anos 80*. São Paulo: Cortez, 1991.
- FERNANDES, R. (org) *O Trabalho no Limiar do Século XXI*, LTr/ABET, 1995.
- FERNANDES, R. Contratos Informais de Trabalho: Uma análise a partir da experiência brasileira. In: *ANPEC Anais XXIV Encontro Nacional de Economia*, Salvador, Dez. 1996, pp. 42-61.

- GITTER, R. J. and SCHEUR (nota 9, cap.1), W. US and German Youths: Unemployment and the Transition from School to Work. In: *Monthly Labor Review*, v. 120, n. 3, 1997, pp. 16-20.
- GRAZIANO DA SILVA, José; Del GROSSI, Mauro Eduardo. A mudança no conceito de trabalho nas novas PNADs. *Economia e Sociedade*, Campinas, (8): 247-61, jun. 1997.
- GROOTAERT, C and KANBUR, R. *Child Labor: a Review. Background paper for the 1995 World Development Report, on Labor*. World Bank, Dec. 1994.
- HILDEBRAND, W. How Relevant are Specifications of Behavioral Relations on the Micro-Level for Modelling the Time Path of Population Aggregates. In: *European Economic Review*, v. 42, 1998, pp. 437-58.
- LERMAN, R. I. Child Support Policies. In: *Journal of Economic Perspectives*, vol. 7, n. 1, Winter 1993, pp. 171-182.
- LEVINSON, D. Children's Labor Force Activity and Schooling in Brazil. PhD Dissertation, University of Michigan, UMI, 1991.
- LOPES, J. e GOTTSCHALK, A. Recessão, pobreza e família. A década pior que perdida. In: *São Paulo em Perspectiva*, vol. 4, n. 1, jan. - mar., 1990, pp. 100-109.
- MILLER, Lilian (a). Condições de Trabalho da Criança e do Adolescente Urbanos, Anais do III encontro Nacional de Estudos do Trabalho, *ABET* – Associação Brasileira de Estudos do Trabalho -, Rio de Janeiro, vol. I, 1993.
- MILLER, Lilian (b). A Distribuição da Renda Pessoal. *Indicadores Sociais. Uma Análise da Década de 1980*, IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -, Rio de Janeiro, 1995.
- OLIVEIRA Jr., Lourival Batista; PIRES, Júlio Manoel. Programa Bom Menino. *Informações FIPE*, 90:10-12, out. 1987.
- OLIVEIRA, Jane Souto de; PORCARO, Rosa Maria; JORGE, Angela Filgueiras. Mudanças no Perfil de Trabalho e Rendimento no Brasil. *Indicadores Sociais. Uma Análise da Década de 1980*, IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -, Rio de Janeiro, 1995.
- OLIVEIRA, Luiz Antônio Pinto de; FELIX, Cleber (a). A Dinâmica Demográfica Recente: Níveis, Tendências e Diferenciais. *Indicadores Sociais. Uma Análise da Década de 1980*, IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -, Rio de Janeiro, 1995.
- OLIVEIRA, Luiz Antônio Pinto de; FELIX, Cleber (b). Novas Tendências Demográficas: Breves Notas a partir dos Resultados do Censo Demográfico de 1991. *Indicadores Sociais. Uma Análise da Década de 1980*, IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -, Rio de Janeiro, 1995.
- OLIVEIRA, O. e PIRES, J. M. O Trabalho da Criança e do Adolescente. In: FERNANDES, R. (org.), op. cit., 1995.
- OLIVEIRA, Oris de. *O trabalho da criança e do adolescente* – A mão-de-obra infanto-juvenil. São Paulo: LTr, 1994.
- OLIVEIRA, Oris. *Trabalho Infantil* (mimeo), 1998.
- OLIVEIRA, PORCARO e JORGE, 1995. (ABET?)**
- PATRINOS, H. A. and PSACHAROPOULOS, G. Family Size, schooling and child labor in Peru- An empirical analysis. In: *Journal of Population Economics*, n. 10, 1997, pp. 387-405.
- PEREIRA, Irani et al. *Trabalho do Adolescente: mitos e dilemas*. São Paulo: Instituto de Estudos Especiais da PUC/SP, 1984.
- PIRES, Júlio Manuel. O Trabalho Infantil na Legislação Brasileira, Anais do IV Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, *ABET* – Associação Brasileira de Estudos do Trabalho -, Rio de Janeiro, vol. 3, 1993.
- PIRES, Julio Manuel. *Trabalho Infantil: a necessidade e a persistência*. (mimeo) Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1988.
- POCHMAN, M. *Políticas do trabalho e de garantia de renda no capitalismo em mudança: um estudo sobre as experiências da França, da Inglaterra, da Itália e do Brasil desde o segundo pós-guerra aos dias de hoje*. São Paulo: LTr, 1995.
- POLLACK, R. A. A Transaction Cost Approach to Families and Households. In: *Journal of Economic Literature*, v. 23, June 1985, pp.: 581-608.

- REES, A. An Essay On Youth Joblessness. In: *Journal of Economic Literature*, vol. 24, Jun. 1986, pp. 613-628.
- RIBEIRO, Rosa; SABÓIA, Ana Lúcia; BRANCO, Helena Castello. Família, Criança e Trabalho. *Indicadores Sociais. Uma Análise da Década de 1980*, IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -, Rio de Janeiro, 1995.
- SABOIA, Ana Lúcia; BREGMAN, Silvia Reis. A Evolução da Taxa de Atividade de Crianças e Adolescentes no Brasil Urbano – 1979/1990, *Anais do III encontro Nacional de Estudos do Trabalho*, ABET – Associação Brasileira de Estudos do Trabalho -, Rio de Janeiro, vol. I, 1993.
- SABÓIA, João. Distribuição de Renda e Pobreza Metropolitana no Brasil. Textos para discussão, n. 268. *IE – UFRJ*, Rio de Janeiro, 19??.
- SABOIA, João. Trabalho Infante-Juvenil no Brasil dos anos 90, *Caderno de Políticas Sociais – Série Documentos Para Discussão*, n. 3, 1996.
- SORENSEN, E. , CLARK, S. A Child-Support Assurance Program: How much will it reduce child poverty, and at what cost?. In: *American Economic Review*, vol. 84. n. 2, May 1994, pp.114-119.
- UNICEF. *Situação Mundial da Infância*, 1997.
- URANI, André. Ajuste macroeconômico e flexibilidade do mercado de trabalho no Brasil: 1981-95. In CAMARGO, J.M.(org.) *Flexibilidade do mercado de trabalho no Brasil*. Ed. FGV, 1996.